

Coleção Zero à Esquerda

Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados
David Snow e Leon Anderson
- Dicionário de bolso do almanaque philosophico zero à esquerda
Paulo Eduardo Arantes
- Globalização em questão
Paul Hirst e Grahame Thompson
- A ilusão do desenvolvimento
Giovanni Arrighi
- Os moedeiros falsos
José Luís Fiori
- Metamorfose da questão social
Robert Castel
- Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização
Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (Orgs.)
- Terrenos vulcânicos
Dolf Oehler
- Os últimos combates
Robert Kurz

Conselho Editorial da Coleção Zero à Esquerda

Otília Beatriz Fiori Arantes
Roberto Schwarz
Modesto Carone
Fernando Haddad
Maria Elisa Cevalco
Ismail Xavier
José Luís Fiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arrighi, Giovanni

A ilusão do desenvolvimento / Giovanni Arrighi ; | tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos |. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1997. - (Coleção Zero à Esquerda)

Título original: *Workers of the world at century's end.*
ISBN 85.326.1885-5

1. Desenvolvimento econômico 2. Economia mundial 3. História econômica - Século XX 4. Trabalho e classes trabalhadoras I. Título. II. Série.

97-4472

CDD-330.904

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia moderna : Século XX : História 330.904
2. Século XX : Economia moderna : História 330.904

Giovanni Arrighi

A ilusão do desenvolvimento

tradução: Sandra Vasconcelos

2ª Edição

SBD-FFLCH-USP



 EDITORA
VOZES

Petrópolis
1997

330.904
A776w7
2. ed.
e. 2

© 1997, Giovanni Arrighi

Título do original inglês:
Workers of the World at Century's End

Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil:

Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico, ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

FICHA TÉCNICA DA VOZES

PRESIDENTE

Gilberto M.S. Piscitelli, OFM

DIRETOR EDITORIAL

Avelino Grassi

EDITOR

Lídio Peretti

DIRETOR INDUSTRIAL

José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE

Omar Santos

EDITORAÇÃO

Editoração e organização literária: Jaime A. Clasen

Revisão gráfica: Revitec S/C

Capa e projeto gráfico: Mariana Fix e Pedro Fiori Arantes

Supervisão gráfica: Valderes Rodrigues

ISBN 85.326-1885-5

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL
21000050061

SUMÁRIO

7 Prefácio: Arrighi toma o elevador

ANDAR SUPERIOR

- 19 Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista
- 53 A ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos?
- 93 A ascensão do Leste Asiático: aspectos regionais e sistêmicos mundiais

ANDAR INTERMÉDIO

- 137 A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica
- 207 A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semiperiferia
- 253 A desigualdade mundial de renda e o futuro do socialismo

ANDAR INFERIOR

- 295 Século marxista, século americano
- 351 Trabalhadores do mundo no final do século

980571

A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica*

I. Colocação do Problema

I.1. Uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a “maturidade” e o “atraso”, como diriam os teóricos da modernização, ou entre o “centro” e a “periferia”, como diriam os teóricos da dependência. A título de ilustração, podemos pensar em alguns países latino-americanos, como a Argentina, Chile, México e Brasil; na África do Sul; e na maior parte dos países do sul e leste da Europa, incluindo a URSS.

Ao longo do século XX, todos esses países experimentaram transformações sociais e econômicas de longo alcance, freqüentemente associadas a convulsões políticas. Contudo, em aspectos

* Esse capítulo (de Giovanni Arrighi e Jessica Drangel) foi inspirado por questões levantadas no Research Working Group (RWG) on Semiperipheral States e num projeto anterior sobre a Política Econômica do sul da Europa, ambos no Centro Fernand Braudel. Este último projeto estava principalmente interessado na mudança política no sul da Europa. Seus resultados foram publicados em outra parte (Arrighi, 1985a). O RWG on Semiperipheral States foi formado há três anos e tem se ocupado da economia política e social de processos de desenvolvimento, através do exame de estudos de caso selecionados. No momento em que escrevemos esse artigo, os países analisados e as pessoas envolvidas no RWG eram os seguintes: África do Sul (William G. Martin), Argentina (Roberto P. Korzeniewicz), Chile (Miguel Correa),

importantes, eles não conseguiram “alcançar” o seletivo grupo de Estados que, em algum momento, estabeleceram os padrões de status e riqueza do sistema mundial. Desse ponto de vista, e considerados como um grupo de Estados, sua posição hoje parece ser tão intermediária quanto era 50 ou talvez 100 anos atrás.

A existência de um grupo intermediário relativamente estável de Estados discrepa das expectativas tanto da teoria da modernização quanto da teoria da dependência. De acordo com a teoria da modernização, as posições intermediárias são temporárias porque são *transicionais*: os Estados passam a ocupar posições intermediárias no caminho do atraso à modernidade. Em contraste, de acordo com a teoria da dependência, as posições intermediárias são temporárias porque são *residuais*: as tendências polarizadoras da economia mundial acabarão por empurrar os Estados que ocupam posições intermediárias em direção ao centro ou em direção à periferia. Partindo de premissas diferentes, na verdade opostas, as teorias da modernização e da dependência concordam, assim quanto à instabilidade essencial das posições intermediárias.¹

I.2. Essas visões foram implícita ou explicitamente contestadas, nos anos 70, por teorias que passaram a enfatizar a

Índia (James Matson), Israel (Beverly J. Silver), Itália (Giovanni Arrighi), México (Jessica Drangel), Polônia (Ravi Palat), Portugal (Carlos Fortuna), Taiwan (Dennis Engbarth) e Turquia (Eyüp Özveren). Agradecemos a todos os participantes do RWG, assim como a Immanuel Wallerstein e Brian Van Arkadie, pelas estimulantes discussões, comentários e críticas, em várias fases da preparação do artigo. Agradecimentos especiais para Bill Martin e Beverly Silver por comentários detalhados sobre uma versão anterior, para Bill Davis pela ajuda com o computador, e para Roberto Korzeniewicz e Trevor Abrahams pela colaboração na elaboração e apresentação dos dados. Publicado originalmente em *Review*, X, 1, Summer 1986, 9-74.

¹ Essas tendências ainda são evidentes em estudos mais recentes. Dessa maneira, Rostow (1978:561, *et passim*), por um lado, enfatiza a singularidade nacional de casos de crescimento econômico estagnado. Por outro lado, Amin (1982:168,196, *et passim*) argumenta que a polarização é imutável, e que os países semi-industrializados têm um futuro econômico pouco promissor pela frente.

importância das posições intermediárias. Apresentadas principalmente como qualificações e elaborações da teoria da dependência, algumas delas começaram a conceituar posições intermediárias entre centro e periferia, ao definir países “subimperiais” (Marini, 1969) ou “nações mediadoras” (Galtung, 1972). Outras teorias reconheceram a possibilidade de que o desenvolvimento, em geral, e a industrialização, em particular, poderiam ocorrer no interior dos Estados ao mesmo tempo que ainda reproduziam uma estrutura de dependência (Cardoso & Faletto, 1979).

Essas importantes qualificações e elaborações da teoria da dependência contêm dois defeitos principais. Em primeiro lugar, estão focalizadas de modo estreito demais num caso especial, aquele do Estado “dependente” ou “subordinado”, de que alguns países latino-americanos são o exemplo perfeito. Esse foco deixa de considerar alguns dos mais significativos exemplos de status socioeconômico intermediário – principalmente a URSS que, longe de ser dependente ou subordinada, é uma das duas superpotências mundiais. E, inversamente, pode levar a incluir, entre os Estados intermediários, países (como o Canadá) que atingiram, em todos os aspectos, status de núcleo orgânico, mas apresentam características de “dependência estrutural”.

Em segundo lugar, as teorias em questão, ainda que baseadas numa perspectiva de sistemas mundiais, focalizam Estados individualmente, à medida que eles passam a ocupar posições intermediárias ou a experimentar “desenvolvimento dependente”. Isso deixa a análise aberta a diversos tipos de “falácias de composição”, no sentido de que o que se julga verdadeiro, no caso de Estados individualmente, pode não ser verdadeiro para grupos de Estados.

I.3. Baseando-se nessas teorizações anteriores, o conceito de semiperiferia de Wallerstein foi introduzido exatamente para evitar esses defeitos. Os detalhes do conceito serão examinados criticamente na segunda parte desse artigo. No momento, é suficiente dizer que Wallerstein segue os teóricos da

dependência ao supor uma economia mundial, estruturada nas relações núcleo orgânico-periferia. Essas relações, entretanto, não ligam economias nacionais ou regionais, como na maioria das versões da teoria da dependência, mas atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. As atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente.

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Conseqüentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o *locus* da exploração e da impotência.²

A legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. Exatamente devido a essa combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas, desenvolvidas dentro de suas fronteiras, supõe-se que os Estados semiperiféricos têm o poder de resistir à periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico.

Esses pressupostos valem para grupos de Estados (do núcleo orgânico, semiperiféricos, periféricos), mas não para Estados individualmente:

² As reflexões de Wallerstein sobre a semiperiferia estão espalhadas em livros e artigos publicados nos últimos dez anos. Os artigos mais importantes podem ser encontrados em Wallerstein (1979 e 1984) e a formulação mais recente em Wallerstein (1985).

Ao longo do tempo, os *loci* das atividades econômicas vão mudando... Daí a razão por que algumas áreas “progridem” e outras “regredem”. Mas o fato de Estados específicos mudarem sua posição na economia mundial, da semiperiferia para o núcleo orgânico, digamos, ou vice-versa, não muda, em si mesmo, a natureza do sistema. Essas mudanças serão registradas por Estados individualmente, como “desenvolvimento” ou “regressão”. O fator-chave a observar é que, no interior da economia capitalista mundial, *por definição*, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema funciona graças à existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia (Wallerstein, 1979:60-61; em itálico no original).

De acordo com essa conceituação, a importância relativa de cada estrato ou grupo de Estados permanece mais ou menos constante ao longo da história da economia capitalista mundial (Hopkins & Wallerstein, 1977:129). Supõe-se que essa estrutura triádica estável da economia mundial, por sua vez, desempenhe um papel-chave na promoção da legitimidade e estabilidade do sistema.³

Nesse capítulo, discutirei exclusivamente a afirmação de que os Estados intermediários constituem uma posição estrutural distinta da economia mundial. Investigarei se as três posições estruturais distintas da economia mundial podem ser identificadas empiricamente, e se a importância relativa de cada estrato realmente permaneceu mais ou menos constante, não ao longo de toda a história da economia mundial, mas ao longo dos últimos 45 anos.

I.4. Ainda que assim delimitado, o problema não apresenta solução fácil. As sugestões de Wallerstein sobre o modo de identificar a zona semiperiférica não ajudam muito. Num texto antigo sobre esse assunto, ele responde à pergunta: “Como podemos identificar um Estado semiperiférico quando encontramos um?”, fornecendo dois critérios: um, “[num] sistema

³ Trata-se de uma suposição adicional que diz respeito à função da zona semiperiférica e que não é nem necessária nem suficiente para explicar sua existência.

de troca desigual, o Estado semiperiférico fica no meio, em termos dos produtos que exporta e em termos dos níveis salariais e margens de lucro que conhece”; e, dois, “[o] interesse direto e imediato do Estado como uma máquina política no controle do mercado (interno e internacional) é maior do que nos Estados do núcleo orgânico ou nos periféricos” (1979: 71,72).

Num texto posterior, ele nos diz que a semiperiferia

inclui os países economicamente mais fortes da América Latina: Brasil, México, Argentina, Venezuela, possivelmente o Chile e Cuba. Inclui toda a faixa externa da Europa: a parte sul de Portugal, a Espanha, Itália e Grécia; a maior parte da Europa do Leste; partes da região norte, como a Noruega e Finlândia. Inclui uma série de países árabes: Argélia, Egito e Arábia Saudita; e também Israel. Inclui, na África, pelo menos a Nigéria e o Zaire e, na Ásia, a Turquia, Irã, Índia, Indonésia, China, Coreia e Vietnã. E inclui a velha *Commonwealth* branca: Canadá, Austrália, África do Sul e, possivelmente, a Nova Zelândia (Wallerstein, 1979:100).

Fica claro, de imediato, que essa longa lista de Estados (que inclui algo da ordem de dois terços da população mundial) não se baseia nos dois critérios apresentados acima. Inclui Estados que (1) exportam uma grande diversidade de produtos, (2) se caracterizam por uma grande diversidade de níveis salariais (e, tanto quanto se pode dizer, margens de lucro), e (3) buscam uma grande diversidade de políticas em relação aos mercados interno e mundial. Na realidade, a lista simplesmente inclui todos os Estados que parecem ocupar uma posição intermediária na economia mundial, do ponto de vista ou de seus níveis de renda ou de seu poder no sistema inter-Estados. A ligação entre essas posições e a estrutura da economia mundial, tal como expressa no conceito de semiperiferia, se perde inteiramente, e a lista poderia ter sido organizada sem qualquer referência a esse conceito.

Não é de se estranhar que até mesmo estudiosos que nutrem simpatia pelo conceito de semiperiferia se queixem de suas ambigüidades e falta de operacionalidade. Dessa maneira,

Milkman, que saúda o conceito como “um aperfeiçoamento em relação aos esquemas de duas categorias, ainda prevalentes em muitas das teorizações sobre relações internacionais”, considera-o “um dos componentes mais fracos e mais ambíguos do sistema de Wallerstein” (1979:264). Evans, que usa o conceito para situar seu “modelo brasileiro”, admite francamente que “[até] que a idéia de ‘semiperiferia’ seja especificada teoricamente e as características dos países ‘semiperiféricos’ sejam melhor elaboradas, o uso do termo é primordialmente um modo de afirmar que existe uma categoria distinta de países que não podem ser simplesmente considerados ‘periféricos’ e, contudo, são estruturalmente distintos dos países do centro” (1979:291).

Esse é um uso mínimo do conceito de semiperiferia que não faz justiça ao seu impulso inovador e à riqueza de suas implicações teóricas e práticas. Aceitaremos, portanto, o desafio de Evans no sentido de uma maior especificação teórica e da operacionalização do conceito em questão. Começaremos, na Parte II, com a rerepresentação e com a elaboração da conceituação que Wallerstein faz da semiperiferia. Na Parte III, derivaremos, da revisão dessa conceituação, critérios operacionais para a identificação empírica das três zonas da economia mundial. Como fica claro, a aplicação desses critérios a dados que cobrem o período de 1938-83 nos permite não apenas identificar as três zonas em questão, mas também observar alguns padrões interessantes de desenvolvimento da economia mundial como um todo e de cada uma de suas zonas. A quarta e última parte do artigo delineará brevemente as principais implicações teóricas dessas descobertas e o trabalho que ainda fica por fazer.

II. O Conceito de Semiperiferia

II.1. Já se observou que o conceito de semiperiferia permanece prisioneiro da ambigüidade de seus usos. Pois ele nos remete a duas definições diferentes, sem realmente reconciliá-

las. Uma é econômica: a semiperiferia é localizada no espaço e cobre aquelas regiões onde a soma dos “excedentes” que entram e saem flutua em torno do ponto zero. Isso sugere uma situação intermediária na hierarquia da economia mundial, ligando um equilíbrio negativo com o “núcleo orgânico” e um equilíbrio positivo com outros países, menos avançados... A outra definição é política. Ela enfatiza a ação voluntária dos Estados para melhorar a posição relativa de seus países, aceitando a competição, mas, ao mesmo tempo, buscando uma política de equiparação (Aymard, 1985:40).

Essa ambigüidade é combinada ao fato de o termo “semiperiferia” ser usado, às vezes, para sugerir uma posição intermediária na hierarquia do sistema inter-Estados. Subjacente à longa lista de países periféricos de Wallerstein, mencionada na Parte I, está uma confusão entre a posição de um Estado em relação à divisão mundial do trabalho e sua posição no sistema inter-Estados, por exemplo. Ela fica ainda mais clara na alegação de Chirot de que, já que a completa descolonização reduziu o poder diferencial entre os Estados do núcleo orgânico e os da periferia, a soberania formal eliminou a periferia, e os países da Ásia, África e América Latina podem agora ser incluídos na categoria dos semiperiféricos (1977:148,179-81).

Para evitar essas ambigüidades, usaremos o termo “semiperiferia” exclusivamente para nos referirmos a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho e nunca para nos referirmos a uma posição no sistema inter-Estados. Ao fazer isso, não sugerimos que o comando nas arenas econômica e política mundiais não esteja estreitamente inter-relacionado. Pelo contrário, queremos enfatizar que a separação dos dois tipos de comando é uma peculiaridade da economia capitalista mundial (em oposição aos impérios mundiais), que deve ser submetida a um detalhado exame empírico e teórico, em vez de ser suposta através da postulação de sua identidade (ver II.5, abaixo).

II.2. Ao nos voltarmos para a dicotomia núcleo orgânico-periferia, através da qual a teoria dos sistemas mundiais define

a estrutura da economia mundial, enfrentamos mais ambigüidades. A dicotomia se destina a designar a distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades que constituem a divisão do trabalho, com formato de um arco único, que define e demarca a economia mundial. Supõe-se que todas essas atividades são integradas em cadeias de mercadorias.⁴ Essas cadeias podem ser analisadas de dois pontos de vista distintos. Um deles é aquele típico da economia clássica, assim como da sua crítica Marxiana. Concentra-se na distribuição do produto total entre os rendimentos do trabalho, os rendimentos da propriedade e um residual a que se pode referir como “lucro puro” ou rendimento empresarial. O outro é aquele típico da teoria dos sistemas mundiais. Concentra-se na distribuição do produto total, não entre os fatores de produção, mas entre os diversos nós da cadeia de mercadorias (“atividades econômicas”) – sendo que cada um consiste de uma combinação de diferentes fatores de produção.

Os economistas clássicos (e Marx), propositalmente, puseram de lado (principalmente através do pressuposto da pura competição) a desigualdade de recompensas que advém para diferentes unidades do mesmo fator de produção quando elas buscam remuneração em diferentes tipos de atividade. A teoria dos sistemas mundiais coloca no centro de sua conceituação exatamente o que os economistas clássicos haviam posto de lado. Ao fazer isso, entretanto, reteve o termo “excedente” (através do qual os economistas clássicos designaram os rendimentos não provenientes do trabalho) sem definir claramente seu significado na nova construção teórica.

Do nosso ponto de vista, o uso do termo “excedente” não é necessário nem ajuda a definir as relações núcleo orgânico-

⁴ “Tome-se um item de consumo final e remonte-se à origem do conjunto de insumos que culminou no item – as transformações anteriores, as matérias-primas, os mecanismos de transporte, o insumo de mão-de-obra em cada um dos processos materiais, os insumos de alimentação na mão-de-obra. A esse conjunto interligado de processos chamamos de uma cadeia de mercadorias” (Hopkins & Wallerstein, 1977:128).

periferia. Tudo o que precisamos é pressupor que os atores econômicos (independente de buscarem ou não uma remuneração pela força de trabalho, bens ou energias empresariais), longe de aceitar a competição como um dado, procuram continuamente transferir, e alguns conseguem transferir, a pressão da competição de si próprios para outros atores.⁵ Como resultado, os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias tende a se polarizar em posições que transferiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas).

Segue-se daí que as recompensas agregadas em atividades periféricas tenderão a se aproximar dos níveis de remuneração que são apenas marginalmente mais altos do que aqueles que os fatores de produção nelas envolvidos alcançariam coletivamente fora da divisão mundial de trabalho. Em contraste, as recompensas agregadas em atividades típicas do núcleo orgânico tenderão a incorporar a maioria, se não todos, dos benefícios globais da divisão mundial de trabalho.⁶ É uma outra questão se as recompensas de cada classe de fatores de produção (salários, remunerações e lucros), em

⁵ Este foi realmente o espírito das formulações originais da dicotomia centro-periferia de Prebisch e seus colegas (Nações Unidas, 1950; Prebisch, 1959). Essa formulação, no entanto, não levou suficientemente em conta a dinâmica e os aspectos de longo prazo da relação. Ver Hopkins e Wallerstein (1977:115-16) e II.3. abaixo.

⁶ Podemos optar por usar o termo "excedente" como uma designação abreviada do diferencial entre o produto total de uma cadeia de mercadorias e as recompensas totais que adviriam para os fatores de produção se eles fossem remunerados de acordo com as taxas obtidas nas atividades periféricas. Se fizermos isso, podemos dizer (como na seção I.3 acima) que as atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido no interior de uma cadeia de mercadorias e que as atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nenhum excedente. Devemos, no entanto, ter consciência de que, conceitualmente, essa noção de excedente é bem distinta da de mais-valia usada por Marx e pelos economistas clássicos para designar os rendimentos de propriedade e empresariais.

oposição às recompensas agregadas, são ou não maiores ou menores nas atividades do núcleo orgânico e da periferia. Depende de como as recompensas agregadas são distribuídas entre salários, remunerações e lucros dentro de cada atividade.

Para determinar isso, precisamos de suposições e hipóteses adicionais que não dizem respeito à definição de atividades do núcleo orgânico e periféricas. Podemos supor que os lucros absorvem todo o diferencial entre as recompensas das atividades do núcleo orgânico e da periferia, sendo que, neste caso, os salários e/ou remunerações serão os mesmos em ambos os tipos de atividades. Ou podemos supor que os salários e/ou remunerações absorvem o diferencial, sendo que, neste caso, os lucros serão os mesmos nas atividades do núcleo orgânico e da periferia. É somente sob um conjunto extremamente restritivo de suposições, como sugerem e o fazem Wallerstein (1979:71; 1984:16), Chase-Dunn (1984:87) e outros, que podemos usar o nível de salários (ou de lucro) como um critério para distinguir as atividades do núcleo orgânico e da periferia. Esse conjunto restritivo de suposições não é nem necessário para definir rigorosamente as relações núcleo orgânico-periferia, nem útil para capturar a variedade de situações (em termos de distribuições fatoriais de recompensas) nas e através das quais as relações núcleo orgânico-periferia se reproduziram historicamente. No que se segue, consideraremos, portanto, apenas o nível das recompensas *agregadas* como indicativo do status de núcleo orgânico ou de periferia de uma atividade.

II.3. Supomos, além disso, que nenhuma atividade específica (quer definida em termos de sua produção ou da técnica usada) é inerentemente típica do núcleo orgânico ou típica da periferia. Uma atividade pode se tornar, em um dado momento no tempo, típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, mas cada uma tem aquela característica por um período limitado. Apesar disso, há sempre alguns produtos e técnicas que são típicos do núcleo orgânico e

outros que são típicos da periferia em qualquer momento dado.⁷

A razão para essa suposição é que, seguindo Schumpeter, vinculamos o impulso fundamental que gera e sustenta as pressões competitivas numa economia capitalista a inovações orientadas para o lucro, definidas como “o estabelecimento de uma nova função de produção” (1964:62) ou, em nossos termos, o estabelecimento, alargamento, aprofundamento e reestruturação de cadeias de mercadorias. Definidas de modo amplo, as inovações incluem a introdução de novos métodos de produção, novas mercadorias, novas fontes de suprimento, novas rotas de comércio e mercados e novas formas de organização.

A intromissão dessas inovações “revolucionaria incessantemente a estrutura econômica *a partir de seu interior*, destruindo incessantemente a velha, criando incessantemente uma nova” (Schumpeter, 1954:83). Na visão de Schumpeter, esse processo de “destruição criativa” é a essência do capitalismo. Por um lado, é “não apenas a mais importante fonte imediata de ganhos, mas também produz indiretamente, através do processo que põe em movimento, a maioria daquelas situações das quais surgem ganhos e perdas caídos do céu e nas quais as operações especulativas adquirem escopo significativo” (1964:80). Por outro lado, causa desequilíbrios e competição implacável; torna obsoletas as combinações produtivas preexistentes; impõe perdas generalizadas (1964:80).

Conseqüentemente,

prêmios [espetaculares] muito maiores do que teria sido necessário para suscitar o esforço específico são lançados a uma pequena minoria de ganhadores, impulsionando assim, de maneira

⁷ Isso diferencia nossa posição daquela de Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina (CEAL) a que nos referimos na nota 5. Wallerstein tem o mérito de ter desvinculado o conceito de relações núcleo orgânico-periferia de qualquer par específico de produtos (tais como matérias-primas versus produtos manufaturados) ou de qualquer par específico de regiões/países. Ele ainda mistura, entretanto, a relação núcleo orgânico-periferia com o uso de técnicas mais ou menos mecanizadas (ver, por exemplo, 1984:16).

muito mais eficaz do que o faria uma distribuição mais igualitária e mais “justa”, a atividade daquela grande maioria de homens de negócios que recebem de volta uma compensação muito modesta ou nada ou menos que nada, e que, contudo, fazem o máximo porque têm os grandes prêmios diante dos olhos e superestimam suas chances de se saírem igualmente bem.

Schumpeter usou essa conceituação para desenvolver, entre outras coisas, a teoria da alternância de longas fases de “prosperidade” e “depressão” econômicas, ou fases A e B, como são chamadas agora. Ao supor que as revoluções nas funções produtivas ocorrem em movimentos descontínuos, que se separam uns dos outros por períodos de comparativa calma, ele dividiu o funcionamento incessante do processo de destruição criativa em duas fases – a fase da revolução propriamente dita e a fase da absorção dos resultados da revolução:

Enquanto essas coisas estão sendo iniciadas, temos um rápido dispêndio e “prosperidade” predominante ... e enquanto estão sendo completadas e seus resultados aparecem, temos a eliminação de elementos antiquados da estrutura industrial e “depressão” predominante (1954:68).

Do mesmo modo que Schumpeter supôs que as inovações orientadas para o lucro e seus efeitos (o refreamento da competição num extremo e sua intensificação, no outro) se agrupam *no tempo*, podemos supor (independente da validade daquela outra afirmação) que se agrupam *no espaço*. Dito de outro modo, podemos substituir “enquanto” por “onde” na citação acima e lê-la como uma descrição das relações núcleo orgânico-periferia no espaço, ao invés de uma descrição de fases A-B no tempo.⁸

⁸ Poderíamos, naturalmente, manter as duas leituras e vincular a uma fonte comum os dois tipos de desigualdade. Para um passo tentativo nessa direção, ver Arrighi et al. (1986). Também poder-se-ia observar que a citação anterior de Schumpeter (1964:73-74) não precisa ser alterada para ser lida como uma descrição das relações núcleo orgânico-periferia – a menos que queiramos torná-la mais geral, substituindo “homens de negócios” por “atores econômicos e políticos”.

II.4. As empresas capitalistas raramente se envolvem numa única atividade, mas reúnem diferentes atividades dentro de seus domínios organizacionais e serão, portanto, caracterizadas por combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia. Conseqüentemente, ao buscar lucros máximos/mais altos, cada empresa se empenhará continuamente em melhorar aquela combinação, entrando em novos campos de operação e abandonando outros, e também transformando as atividades nas quais está envolvida em qualquer momento dado. Isso equivale a dizer que cada empresa capitalista, além de gerar pressões competitivas através de inovações, está sempre e simultaneamente envolvida em responder às pressões criadas por outras empresas – isto é, em abandonar (ou transformar) as atividades nas quais a pressão competitiva é alta ou crescente, e entrar em atividades nas quais a pressão competitiva é baixa ou decrescente.

Duas coisas devem ser registradas nesse processo. Em primeiro lugar, é um jogo de soma zero. Como a ascensão de uma atividade ao status de núcleo orgânico implica o declínio de uma outra ou mais atividades ao status de periferia (isto é, implica que as pressões competitivas foram deslocadas de uma atividade para outras atividades), o sucesso de uma empresa em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado das combinações de outras empresas. Em segundo lugar, como a empresa capitalista é o *locus* de “acumulação” (de bens, *expertise*, conhecimento especializado e organização), a capacidade presente de uma empresa em melhorar sua combinação de atividades dependerá, até certo ponto, de seu êxito passado em fazê-lo.

O resultado é que as atividades de núcleo orgânico tendem a se agrupar num grupo relativamente pequeno de empresas que, usando uma outra expressão de Schumpeter, “são o agressor, por natureza, e empunham a arma realmente eficaz da competição (1954:89). Como já deveria estar claro, essa “arma realmente eficaz da competição” é a capacidade de transferir continuamente a pressão da competição de nosso

domínio organizacional para atividades que estão fora desse domínio, gerando um fluxo contínuo de inovações dentro de um dado domínio, e/ou transferindo o próprio domínio em resposta às inovações de outras empresas. Vamos nos referir a esse grupo de empresas, dentro do qual as atividades de núcleo orgânico tendem a se agrupar, como “capital do núcleo orgânico” e à sua contrapartida (o grupo necessariamente maior de empresas para cujo domínio de atividades a pressão da competição é transferida) como “capital periférico” (ver Averitt, 1968).

O agrupamento das atividades de núcleo orgânico e de periferia em dois grupos diferentes de empresas não produz em si e por si mesmo uma polarização semelhante do espaço da economia mundial em zonas do núcleo orgânico e zonas periféricas. Certamente, a polarização das empresas capitalistas terá, em qualquer momento dado, uma dimensão espacial no sentido óbvio de que o capital do núcleo orgânico deve se localizar em algum lugar. Podemos também supor que as empresas do núcleo orgânico são atraídas aos mesmos locais por uma economia externa que resulta do fato de elas se manterem unidas. Podemos chamar o conjunto desses locais de a “zona do núcleo orgânico”.

De modo geral, entretanto, qualquer polarização espacial desse tipo seria extremamente instável num prazo mais longo porque as “desvantagens de custo” dos locais na zona do núcleo orgânico inevitavelmente superariam suas “vantagens de receita”. Dito de outro modo, a principal vantagem para o capital do núcleo orgânico de operar numa zona do núcleo orgânico é a proximidade aos mercados grandes e estáveis proporcionados pelas altas recompensas que advêm para as atividades de núcleo orgânico. Mas essas altas recompensas sempre se refletem, até certo ponto, em remunerações mais altas e/ou salários mais altos do que aqueles obtidos nas zonas periféricas. Quanto mais o capital do núcleo orgânico se junta num local específico do núcleo orgânico, mais as desvantagens associadas a essas remunerações e/ou salários mais altos podem superar as vantagens associadas à proximidade às altas receitas

e, portanto, deflagrar uma realocização do capital do núcleo orgânico em direção ao que anteriormente eram locais mais periféricos. Na ausência de outros fatores que não as atividades de maximização do lucro das empresas capitalistas, a polarização do espaço da economia mundial em zonas do núcleo orgânico e da periferia seria, portanto, extremamente volátil: enquanto, em qualquer momento dado, as atividades de núcleo orgânico e de periferia se agrupariam em diferentes locais, os locais específicos que desempenham o papel de zona do núcleo orgânico e de zona periférica estariam mudando o tempo todo.

II.5. Outros fatores, entretanto, estão atuando (e têm estado atuando historicamente). A luta competitiva entre as empresas capitalistas não ocorreu num vazio político, mas esteve intimamente inter-relacionada com a formação dos Estados – isto é, de jurisdições territoriais formalmente soberanas. Seguindo a teoria dos sistemas mundiais, supomos (1) que uma multiplicidade desses Estados (cada um com responsabilidade autônoma pelas decisões políticas dentro de sua jurisdição, e cada um dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade) foi parte integrante da formação da economia mundial e (2) que quase todas as cadeias de mercadorias de alguma importância atravessaram suas fronteiras.

Como cada Estado tem jurisdição formal sobre o movimento das mercadorias, bens, força de trabalho, e energias empresariais além e dentro de suas fronteiras, cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera. Restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazê-las atingir o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico – isto é, eles podem agir sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial.

Se o sistema mundial tivesse um único aparato de Estado em forma de arco, este poderia impor monopólios verdadeiros e completos que seriam o principal, se não o único, determi-

nante das relações núcleo orgânico-periferia. O mesmo seria verdade em relação a qualquer um dos muitos aparatos de Estado, se não houvesse uma divisão mundial de trabalho em forma de arco. Mas, numa economia capitalista mundial, dividida numa multiplicidade de jurisdições de Estado e continuamente sujeita aos choques endógenos das inovações nas funções produtivas, o poder que cada aparato de Estado tem de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitado pelo poder que os outros Estados têm de fazer o mesmo e, sobretudo, pelas pressões competitivas geradas continuamente pelas inovações econômicas.

Neste contexto, pode-se supor que os Estados se envolvem num jogo de soma zero, análogo àquele jogado entre as empresas capitalistas, mas com fins e meios radicalmente diferentes. A analogia reside no fato de (1) os Estados conterem dentro de seu domínio jurisdicional uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que eles lutam para melhorar e (2) que a real melhoria da combinação contida em qualquer um dos Estados (ou grupo de Estados) sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado da combinação contida por outros Estados. Dada a primeira suposição, a segunda é o corolário de nossa definição das relações núcleo orgânico-periferia.

No entanto, os Estados não são unidades de maximização do lucro. Eles também não organizam nem controlam as atividades econômicas que se encontram em suas jurisdições tão estreita e diretamente quanto as empresas capitalistas. A função principal dos Estados não é a acumulação da riqueza, mas sim, a reprodução de seu monopólio do uso legítimo da violência sobre um dado território contra as contestações de outros Estados e de seus próprios cidadãos. Os Estados, portanto, buscam a legitimidade e usam a força nessa busca – um objetivo e um instrumento que são normalmente estranhos à empresa capitalista.

Apesar dessas diferenças entre empresas capitalistas e Estados, supomos que os Estados também lutam para melhorar

(ou evitar o rebaixamento de) sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia. O comando econômico tem um caráter cumulativo que falta ao comando político porque a “riqueza” pode ser acumulada mais facilmente do que o “poder”. A capacidade de fazer valer o comando econômico (cumulativo) sobre o comando político (não cumulativo) é portanto sempre um ingrediente importante na luta pela legitimidade e poder entre os Estados e entre os Estados e seus cidadãos.⁹

Numa economia mundial capitalista, a capacidade dos Estados de fazê-lo é sempre problemática. A principal dificuldade reside no fato de que o comando econômico depende muito de uma participação inovadora na divisão mundial do trabalho (II.3), e de que as empresas capitalistas se tornaram progressivamente os agentes especializados dessa participação (II.4). O problema de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia de um Estado reside, portanto, principalmente, na capacidade de atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o “capital do núcleo orgânico” (tal como definido na seção anterior). Essa capacidade é apenas em parte um reflexo do poder político de um Estado – a chance de que seus comandos serão obedecidos por outros Estados e por seus cidadãos. Pelas razões dadas abaixo, ela depende igualmente, se não mais, da proporção em que um Estado já desenvolveu vínculos orgânicos com o capital do núcleo orgânico e, portanto, já contém, dentro de sua jurisdição, uma combinação de atividades predominantemente de núcleo orgânico.

⁹ Não é, porém, o único ingrediente. A condição de periferia econômica pode ser compensada ou mais do que compensada na arena política pelo tamanho, ideologia, organização e inovações políticas de diversos tipos (ver Schurmann, 1974). Isso foi demonstrado de modo notável pela derrota militar e política do mais poderoso Estado do núcleo orgânico (os EUA) por um Estado relativamente pequeno e economicamente periférico (Vietnã). Ao mesmo tempo, a derrota não afetou significativamente o comando econômico dos dois Estados, que permaneceram como eram antes do confronto – Estado do núcleo orgânico (EUA) e estado periférico (Vietnã).

Essa dependência que a capacidade presente e futura de um Estado de melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia tem de seu sucesso anterior gera, para usar uma expressão de Myrdal (1956), processos de “causalidade circular e cumulativa”, que foram o sustento da teoria da dependência. Esses processos são extremamente óbvios e plausíveis quando são referidos aos pólos opostos do espectro formado pelas diversas combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia contidas nos Estados: o pólo periférico, que consiste de países que abrangem atividades predominantemente periféricas, e o pólo do núcleo orgânico, que consiste de países que abrangem atividades predominantemente de núcleo orgânico.

Dada a grande diferença entre as combinações que caracterizam esses dois grupos de Estados, é relativamente fácil justificar o pressuposto de que os Estados do núcleo orgânico têm uma capacidade muito maior do que os Estados periféricos de reter/atraindo capital do núcleo orgânico dentro de sua jurisdição. Pois o grande (e crescente) diferencial entre as recompensas que advêm para as atividades típicas de núcleo orgânico e aquelas que advêm para as atividades periféricas¹⁰ se reflete necessariamente na capacidade dos Estados do núcleo orgânico (e numa correspondente incapacidade dos Estados periféricos) de (1) controlar o acesso de todas as principais cadeias de mercadorias aos escoadouros que garantam melhor remuneração; (2) fornecer a infra-estrutura e os serviços exigidos por atividades típicas de núcleo orgânico e (3) criar um clima político favorável à capacidade empresarial capitalista.

Isso significa que os Estados do núcleo orgânico controlam as vantagens de receitas das localidades do núcleo orgânico e conseguem usar esse controle tanto para desenvolver uma relação simbiótica com o capital do núcleo orgânico, que já está localizado dentro de sua jurisdição, quanto para atrair mais

¹⁰ Acerca das circunstâncias nas quais se pode pressupor que o diferencial em questão seja não apenas grande, mas também crescente, ver nota 16.

capital do núcleo orgânico vindo das localidades periféricas. Certamente, os Estados periféricos controlam as vantagens de custo das localidades periféricas. De modo geral, entretanto, não conseguem usar esse controle para competir com eficácia com os Estados do núcleo orgânico para atrair capital do núcleo orgânico por duas razões principais.

Em primeiro lugar, dado o número muito maior de Estados periféricos do que de Estados do núcleo orgânico, é mais fácil para esses últimos barganhar e obter acesso livre às vantagens de custo de localidades periféricas do que é para os primeiros barganhar e obter acesso livre às vantagens de receitas das localidades do núcleo orgânico. Conseqüentemente, a vantagem de custo de localidades periféricas “depende” muito mais de um acesso livre às vantagens de receitas de localidades do núcleo orgânico do que as últimas dependem de um acesso livre às primeiras.

Em segundo lugar, e intimamente relacionado com o exposto acima, no ambiente típico da zona do núcleo orgânico – caracterizado por mercados remuneradores, infra-estruturas e serviços eficientes e um clima político favorável à empresa capitalista – os custos altos não são um obstáculo, mas sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica – caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infra-estrutura e serviços ineficientes e um clima político freqüentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista – os custos altos são incapazes de sustentar as inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar atividades periféricas.¹¹

¹¹ Uma outra razão pela qual os salários mais baixos da zona periférica deixam de atrair atividades de núcleo orgânico, é que eles são normalmente acompanhados de tendências que compensam seus efeitos positivos nos custos de produção. Já que as recompensas nas atividades periféricas são, por definição (II.3), apenas marginalmente mais altas do que os fatores de produção poderiam obter fora da divisão social do trabalho da economia mun-

O resultado é que, com o tempo, os Estados do núcleo orgânico e o capital do núcleo orgânico tendem a desenvolver uma relação simbiótica que aumenta a capacidade recíproca de consolidar e reproduzir sua associação a atividades mais típicas do núcleo orgânico. O inverso dessa tendência é a incapacidade endêmica dos países periféricos de fugir de sua associação a atividades predominantemente periféricas. Consideradas juntas, as duas tendências implicam uma polarização estável, se não crescente, do espaço da economia mundial numa zona periférica e numa zona do núcleo orgânico.

II.6. Essa conclusão é plausível quando referida a Estados que têm jurisdição sobre uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que está ou abaixo de um limiar muito baixo de atividades típicas de núcleo orgânico presentes na combinação (Estados periféricos) ou acima de um limiar muito mais alto (Estados do núcleo orgânico). Não há qualquer razão, no entanto, para se supor que ela se aplica a todos os Estados que têm jurisdição sobre uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia (Estados semiperiféricos).

Esses Estados estarão sujeitos às mesmas tendências polarizadoras que reproduzem continuamente as zonas de núcleo orgânico e de periferia da economia mundial. Todavia, a combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia que está sob sua jurisdição oferece aos Estados semiperiféricos a oportunidade de resistir à periferização através da exploração de sua vantagem de receitas diante dos Estados periféricos e sua vantagem de custo diante dos Estados do núcleo orgânico. Eles podem fazer isso de várias maneiras.

dial, se o diferencial em recompensas é principalmente um diferencial de salário, haverá uma forte tendência entre os chefes de família periféricos de retirar periodicamente a força de trabalho dos circuitos da economia mundial. Como conseqüência, as ofertas de mão-de-obra e de esquadros para a produção capitalista tornam-se ainda mais descontínuas e menos confiáveis que anteriormente, com efeitos negativos óbvios sobre a lucratividade.

Podem tentar obter algum tipo de isolamento das pressões competitivas, através do fortalecimento dos vínculos que ligam as atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro de suas fronteiras, à custa dos vínculos que atravessam aquelas fronteiras. Ou podem tentar seguir a política oposta de fortalecimento de uma ou de outra vantagem de custo de produção situada dentro de sua jurisdição, em competição com localidades do núcleo orgânico. Ou podem tentar algum tipo de combinação dessas duas estratégias, numa tentativa de ter o melhor dos dois mundos: alguma proteção de atividades de núcleo orgânico dentro de suas fronteiras e intensificação da competição nas atividades de núcleo orgânico localizadas fora de suas fronteiras. Qualquer que seja a estratégia, a ação do Estado na zona semiperiférica faz diferença: ao explorar seletivamente as tendências de periferização da economia mundial, os Estados semiperiféricos normalmente conseguirão neutralizá-las.

Essas estratégias, entretanto, serão, em geral, contraproducentes do ponto de vista da melhoria da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia de países na zona semiperiférica. Na medida em que os Estados semiperiféricos conseguem isolar as atividades típicas do núcleo orgânico, localizadas dentro de sua jurisdição, das pressões competitivas mundiais, eles também as privam das vantagens de operar num espaço econômico mais amplo e do incentivo de gerar o fluxo contínuo de inovações que sozinhas, a longo prazo, podem reproduzir posições do núcleo orgânico. Na medida em que os Estados semiperiféricos conseguem ressaltar as vantagens de custo de locais dentro de suas jurisdições, os produtores da zona semiperiférica podem efetivamente competir com os produtores da zona do núcleo orgânico. Essa competição, no entanto, longe de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia da zona semiperiférica, é um dos mecanismos que transforma as atividades de núcleo orgânico em atividades periféricas e mantém a combinação daquela zona mais ou menos igual.

Essa conceituação não exclui a possibilidade de que Estados semiperiféricos individualmente, buscando uma combinação particularmente inovadora de políticas econômicas e/ou abençoados por uma conjuntura econômica mundial que lhes dá uma forte vantagem competitiva, possam melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia, até que se tornem Estados do núcleo orgânico. Também não exclui a possibilidade de que Estados periféricos possam igualmente passar para a zona semiperiférica. Pelo contrário, essas transições devem ser consideradas não apenas como possibilidades reais, mas também como mecanismos-chave de reprodução das três zonas separadas da economia mundial. Assim como a incapacidade endêmica dos Estados periféricos de fugir da sua associação a atividades predominantemente periféricas é o inverso da capacidade do Estado do núcleo orgânico de consolidar sua associação a atividades predominantemente características do núcleo orgânico (II.5), também a incapacidade da maior parte dos Estados semiperiféricos de passar para o núcleo orgânico (e dos Estados periféricos de passar para a semiperiferia) é o inverso do êxito de alguns Estados em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia e em passar para uma posição mais alta. Nossa conceituação sugere, entretanto, que essas são exceções, através das quais a regra é imposta, e que a regra é que os Estados permaneçam na zona na qual eles já se encontram.

II.7. Em resumo, os Estados não são beneficiários passivos de combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia. Embora todos eles se empenhem em melhorar ou pelo menos em evitar o rebaixamento da combinação que se encontra sob sua jurisdição, a capacidade de realmente ser bem-sucedido nesse esforço não se distribui de forma igual entre todos os Estados. Ela varia de modo descontínuo, devido ao peso das atividades típicas de núcleo orgânico que fazem parte da combinação que já se encontra sob uma jurisdição de Estado.

De acordo com nossa conceituação, a interação dos processos econômicos e políticos da economia mundial produz

uma distribuição de freqüência da população mundial pelas atividades de núcleo orgânico e de periferia do Estado de residência do tipo mostrado na Figura 1. Supõe-se que a distribuição apresenta uma grande inclinação em direção ao ponto mais baixo da gama de combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia, porque as atividades periféricas, por definição, se aglomeram muito mais do que as atividades de núcleo orgânico. O ponto PC no eixo x corresponde ao limiar acima do qual os Estados podem melhorar a combinação que se encontra sob sua jurisdição, a fim de consolidar sua posição de núcleo orgânico; o ponto PP corresponde ao limiar abaixo do qual os Estados têm pouco ou nenhum poder, não apenas para melhorar, mas mesmo para evitar o rebaixamento de sua combinação, provocado pela consolidação de posições de núcleo orgânico. Nós nos referiremos a esses limiares como “perímetro do centro” (PC) e “perímetro da periferia” (PP) para designar o fato de que eles definem, respectivamente, a fronteira inferior da zona do núcleo orgânico e a fronteira superior da zona periférica.¹²

Entre esses dois limiares fica a zona semiperiférica, que é o conjunto de todos os Estados que, devido à combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia sobre a qual têm jurisdição, exercem o poder de evitar o rebaixamento de sua combinação, mas têm pouco poder para promover sua melhoria. Essa distribuição trimodal nos permite dar um sentido analítico preciso ao conceito de semiperiferia porque ela nos fornece dois pontos óbvios de corte através dos quais podemos, inequivocamente, distinguir três grupos de Estados ou zonas da economia mundial: uma zona periférica, uma zona semiperiférica e uma zona de núcleo orgânico. Tudo o que precisamos, a essa altura, a fim de identificar as três zonas, é de uma mensuração operacional das várias combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia.

¹² O termo “perímetro do núcleo orgânico” (e, por analogia, o termo “perímetro da periferia”) é tirado de Lange (1985) que, entretanto, o usa num sentido diferente (ver Arrighi, 1985b:247).

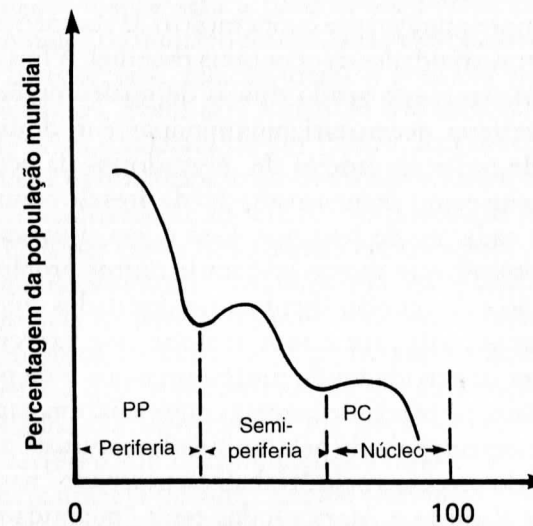


Figura 1
Distribuição hipotética da população mundial
(porcentagem da população mundial por
combinação de atividades de núcleo orgânico e
de periferia do Estado de residência)

III. A Estratificação da Economia Mundial: uma análise empírica

III.1. Deve-se declarar, de início, que não há um meio operacional de distinguir empiricamente entre atividades tipicamente periféricas e atividades típicas de núcleo orgânico e, portanto, de classificar os Estados de acordo com a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram sob sua jurisdição. Como já foi enfatizado repetidas vezes (II.2, II.3), nenhuma linha ou técnica de produção consegue, em si e por si mesma, definir uma atividade como sendo

típica de periferia ou típica de núcleo orgânico.¹³ Uma atividade específica ser de um tipo ou de outro depende de suas relações sempre mutáveis de cooperação e de competição com todas as outras atividades da economia mundial. A fim de classificar atividades como sendo típicas de núcleo orgânico ou típicas de periferia, necessitaríamos minimamente de um mapa completo de todas as cadeias de mercadorias da economia mundial, assim como de uma avaliação da pressão competitiva relativa em cada um de seus nós. Essa é, em si mesma, uma tarefa impossível, que apenas levantaria outros problemas de quantificação e de reunião significativa dos dados coletados.

Felizmente, não precisamos realizar esse exercício. As combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia desempenham, na teoria de sistemas mundiais, um papel análogo àquele desempenhado pela "utilidade marginal" na teoria neoclássica do preço ou pelo "trabalho encarnado" nas teorias de valor de Ricardo e Marx. Todas essas "quantidades" desempenham um papel-chave em suas respectivas conceituações, mas não podem ser submetidas à mensuração direta. O que importa é a capacidade de derivar dessa conceituação um conjunto de hipóteses empiricamente verificáveis que nos forneçam mensurações indiretas de variáveis-chave.

Desse ponto de vista, nossa conceituação é extremamente operacional. De acordo com nossos pressupostos, as atividades de núcleo orgânico comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria dos, se não todos os, benefícios globais da divisão mundial do trabalho, enquanto que as atividades de periferia comandam recompensas agregadas que incorporam poucos, se é que incorporam algum, daqueles benefícios (ver II.2 acima). Quanto maior o peso das atividades periféricas

¹³ As tentativas mais sofisticadas de classificar os Estados de acordo com as atividades são, ao que nos consta, as de Snyder e Kick (1979) e de Nemeth e Smith (1985). Embora eles não ajudem a identificar as três zonas da economia mundial, esses estudos podem ser muito valiosos na definição de padrões de comércio de Estados em diferentes posições estruturais, desde que essas posições tenham sido identificadas em alguma outra base (ver III.6 abaixo).

na combinação que se encontra dentro da jurisdição de um dado Estado, menor será a parcela dos benefícios totais da divisão mundial do trabalho comandada pelos residentes daquele Estado. Inversamente, quanto maior o peso das atividades de núcleo orgânico, maior será a parcela daqueles benefícios comandada pelos residentes de um Estado. As diferenças no comando sobre os benefícios totais da divisão mundial do trabalho devem necessariamente se refletir em diferenças comensuráveis no PNB per capita dos Estados em questão.

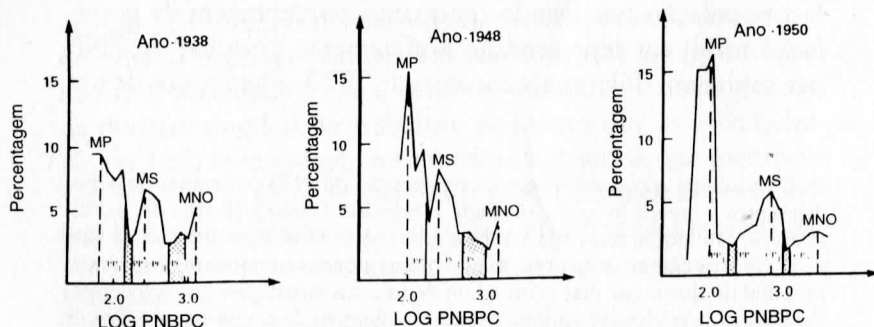
Podemos, portanto, considerar o PNB per capita expresso numa unidade monetária comum como uma medida indireta e aproximada da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro da jurisdição de um dado Estado. Consideramos o log do PNB per capita, não apenas devido à sua distribuição extremamente assimétrica, mas principalmente porque estamos mais interessados nas diferenças relativas do que nas diferenças absolutas entre os Estados. E consideramos o PNB per capita em dólares americanos a taxas de câmbio de mercado porque estamos mais interessados nas diferenças de comando sobre os recursos econômicos mundiais do que nas diferenças em padrões reais de vida¹⁴.

III.2. Usando dados das fontes especificadas no Apêndice I, a população por Estado (enquanto porcentagem da população total) foi representada graficamente pelo log do PNB per capita em dólares americanos de 1970, a intervalos de um

¹⁴ Os problemas que envolvem a comparação do PNB per capita de países diferentes convertido numa unidade monetária comum através do uso de taxas de câmbio de mercado são bastante conhecidos. Eles derivam do fato de as taxas de câmbio refletirem mais o que as moedas comandam no mercado mundial do que o que elas comandam dentro das jurisdições dos respectivos Estados. Há estudos em andamento com o objetivo de encontrar critérios de conversão que tornem as contas nacionais comparáveis em termos do poder de compra da moeda e não em termos do comando implícito sobre os recursos econômicos mundiais (ver Kravis, et al., 1975, 1978, 1982). Do nosso ponto de vista, entretanto, o problema não se coloca porque nossa conceituação se refere ao comando sobre as fontes econômicas mundiais e não a padrões reais de vida.

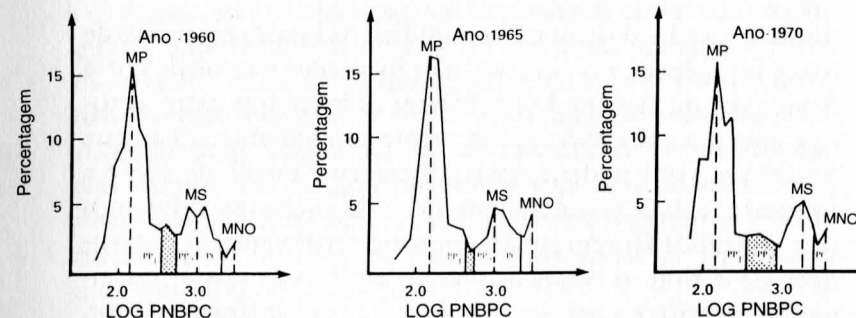
décimo. As distribuições de frequência resultantes, atenuadas através de uma média móvel de três intervalos, são mostradas na Figura 2. Como se pode ver, cinco das nove distribuições (1938, 1950, 1975, 1980 e 1983) são aproximadamente trimodais, ao passo que a trimodalidade das distribuições de 1948, 1960, 1965 e particularmente a de 1970 é mais duvidosa.

Em todos os casos, entretanto, a distribuição apresenta as seguintes analogias com a distribuição ideotípica da Figura 1: (1) Todas apresentam um máximo, nas extensões inferiores do log do PNB per capita, que se destaca como uma “modalidade periférica” (MP) óbvia; (2) no outro extremo da extensão, todas se voltam para cima, gerando um máximo local que pode ser identificado como a “modalidade do núcleo orgânico” (MNO); (3) todas, exceto a distribuição de 1960 (que apresenta dois picos intermediários de igual frequência separados por um único intervalo), têm um pico intermediário (separado das modalidades do núcleo orgânico e periférica por um ou mais intervalos de baixa frequência), que podemos identificar como a “modalidade semiperiférica” (MS). No caso de 1960, escolhemos um tanto arbitrariamente como modalidade semiperiférica o intervalo que se situa entre os dois picos.



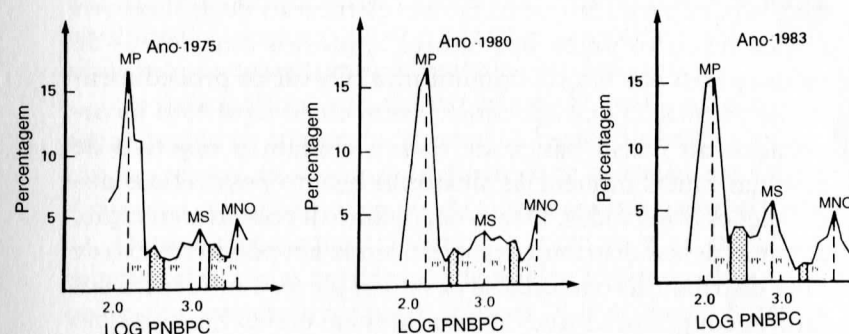
NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 2a
Distribuição real da população mundial
(porcentagem da população total pelo
log do PNB per capita do Estado de residência)



NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 2b
Distribuição real da população mundial
(porcentagem da população total pelo
log do PNB per capita do Estado de residência)



NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 2c
Distribuição real da população mundial
(porcentagem da população total pelo
log do PNB per capita do Estado de residência)

O fato de as três zonas estarem, na maioria dos casos, separadas por um ou mais intervalos de baixa frequência, em vez de pontos de corte únicos (PP e PN), como na Figura 1, não contradiz de modo algum nossa conceituação anterior. Ao contrário, quanto mais longa a extensão de baixa frequência, mais fortes devemos considerar as evidências de que as zonas da periferia, semiperiferia e do núcleo orgânico constituem posições estru-

turais separadas da economia mundial. As longas extensões de baixa frequência, no entanto, não fornecem pontos de corte óbvios nos quais se pode estabelecer as fronteiras entre as zonas, uma vez que elas freqüentemente apresentam mais do que um mínimo que poderia ser legitimamente escolhido como a fronteira real. O procedimento de codificação que adotamos (ver Apêndice II) representa um meio-termo entre a necessidade de definir as zonas dentro do espírito da nossa conceituação anterior e a necessidade de reter, para análise posterior, tantas características quanto possível das distribuições reais.

De modo geral, ao interpretar tanto as discrepâncias quanto as semelhanças entre as distribuições reais da Figura 2 e a distribuição ideotípica da Figura 1, deveríamos ter em mente que essa última se refere a espaços de tempo suficientemente longos para permitir que os fatores estruturais neutralizem os efeitos de curto prazo dos fatores aleatórios e os efeitos de médio prazo dos fatores conjunturais. Os vários procedimentos de atenuação que adotamos, assim como aqueles já incorporados ao nosso banco de dados, tinham o objetivo de eliminar tantas influências aleatórias quanto possível das distribuições observadas. O fato de, mesmo depois da atenuação, algumas dessas distribuições serem ainda um pálido reflexo de uma distribuição trimodal se deve, em parte, à influência dos fatores conjunturais que discutiremos em breve. Em parte, no entanto, se deve ao fato de que choques aleatórios não são apenas influências “perturbadoras” sobre o funcionamento “normal” do sistema, mas são parte integrante dele. As inovações e as paridades entre moedas nacionais, por exemplo, são ambas traços sistêmicos-chave da economia mundial. Mas ambas estão também, geralmente, sujeitas a algum grau de acaso em suas ocorrências e efeitos de curto prazo.¹⁵

¹⁵ No curto prazo, os efeitos das inovações sobre a distribuição de benefícios têm um forte componente aleatório no sentido de que os benefícios e perdas advêm inicialmente para os Estados e empresas de acordo com a combinação específica de recursos sobre os quais eles *por acaso* “se assentam”, mais do que, ou em acréscimo de, sua capacidade passada, presente e futura de se

Admitindo-se tudo isso, as distribuições observadas da Figura 2 sugerem que as influências aleatórias são apenas parte da história. Mais especificamente, o fato de cinco das nove distribuições mostrarem traços aproximados, mas claros de trimodalidade, sugere que, muito provavelmente, as influências sistemáticas do tipo pressuposto na nossa conceituação estão realmente em ação. A fim de avaliar a extensão e a natureza dessas influências, voltemo-nos agora para a análise intertemporal de nossas nove distribuições.

III.3. As modalidades das três zonas para os diversos anos que estão sendo considerados foram representadas graficamente na Figura 3, e a distribuição cumulativa da população mundial por zona, na Figura 4. Quando os pontos não são ligados por uma linha (como em 1948 e 1950), isso significa que não são comparáveis. Quando são ligados por uma linha pontilhada (como em 1950 e 1960), isso significa que a possibilidade de comparação é limitada (ver Apêndice I).

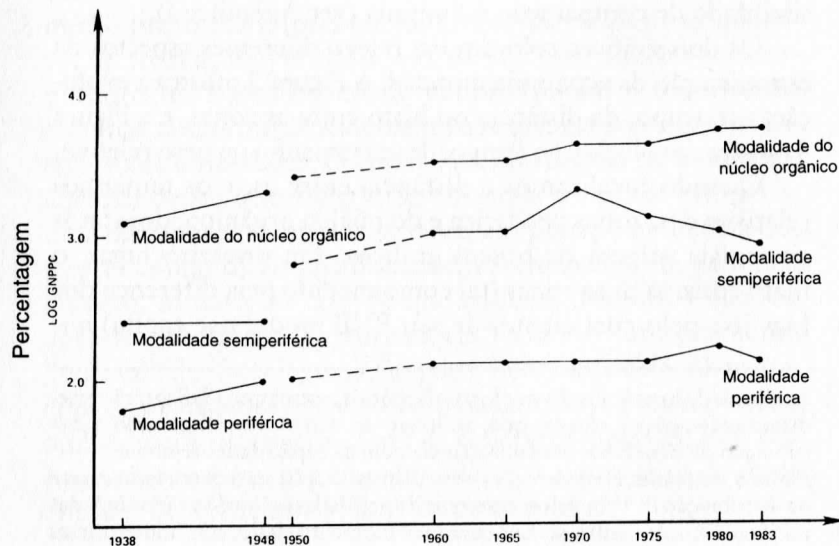
Os dois gráficos colocam em relevo diferentes aspectos da estratificação da economia mundial. A Figura 3 mostra a evolução, no tempo, da distância ou hiato entre as zonas, e a Figura 4 mostra a evolução, no tempo, de seu tamanho ou peso relativo.

Quando focalizamos a distância entre as, e os tamanhos relativos das, zonas periférica e do núcleo orgânico, dois fatos principais surgem de nossos gráficos. Em primeiro lugar, o hiato entre as duas zonas (tal como medido pela diferença dos logs [ou pelo coeficiente] de seu PNB modal per capita) au-

apropriar de benefícios. Esses efeitos aleatórios, entretanto, deflagrarão imediatamente ações e reações que, ao longo do tempo, reconfigurarão a distribuição de benefícios em consonância com as capacidades relativas.

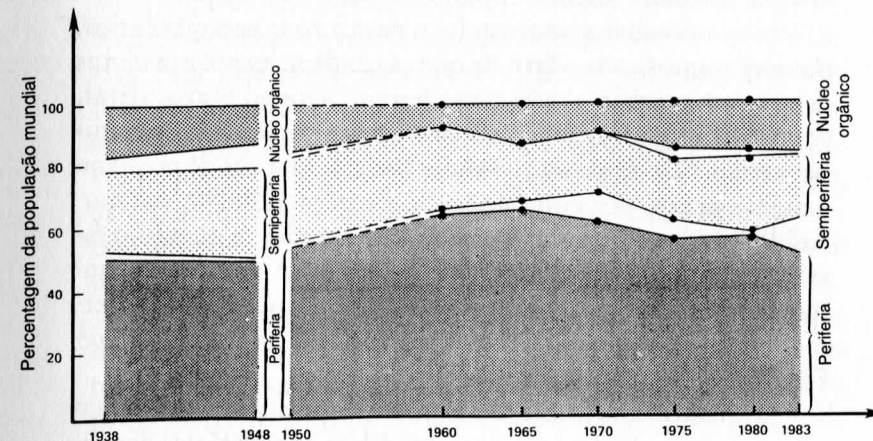
Mutatis mutandis, considerações semelhantes se aplicam a outro fator-chave na distribuição de benefícios: o sistema de paridades no qual as várias moedas nacionais trocam entre si. Em qualquer momento dado, um número mais ou menos grande dessas paridades são *criées par hasard* (como teria dito Walras), isto é, elas incluem um componente aleatório que se refletirá na distribuição observada dos benefícios entre os Estados. Somente a longo prazo surgirão as capacidades relativas de apropriação dos benefícios como o determinante-chave tanto do sistema de paridades quanto da distribuição de rendas.

mentou no período que estamos considerando, mas o aumento total ocorreu desde a metade da década de 1960. Como se pode ver na Figura 3, as modalidades do núcleo orgânico e de periferia experimentaram um crescimento rápido de 1938-48, um crescimento lento de 1950-60 e um crescimento zero de 1960-65. Em todos esses períodos, as duas taxas de crescimento foram iguais. Depois de 1965, entretanto, embora a modalidade do núcleo orgânico retomasse sua escalada, degrau por degrau, mas de modo constante, a modalidade periférica estagnou de modo que, em 1983, ainda estava no seu nível de 1960. Em segundo lugar, como se pode ver na Figura 4, o tamanho relativo da zona periférica cresceu de 3 a 4 vezes o tamanho da zona central em 1938/1948/1950 para 7 a 9 vezes em 1960/1965/1970. Daí em diante, entretanto, declinou, atingindo de 1980-1983 mais ou menos seu nível de 1938/1948/1950.



NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 3
Tendências do PNB modal per capita das três zonas



NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 4
Tendências do tamanho relativo das três zonas
(porcentagem da população mundial em cada zona)

Essas tendências podem ser interpretadas como evidência de que, ao longo dos 45 anos, as tendências polarizadoras da economia mundial não diminuíram, mas mudaram em intensidade e modo de operação. Na década de 1940, não havia tendências polarizadoras em evidência. De 1950 até a metade da década de 60, elas se materializaram numa periferação cada vez mais ampla (isto é, num aumento da proporção relativa da população mundial localizada na zona periférica); desde a metade da década de 60, em contrapartida, se materializaram numa periferação cada vez mais profunda (isto é, num aprofundamento da distância que separa as zonas periférica e do núcleo orgânico). O resultado líquido foi o seguinte: enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico é, no começo da década de 80, mais ou menos

*o que era na década de 40, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente.*¹⁶

Se agora voltarmos nosso foco para a zona semiperiférica, nos deparamos com o fato de que as tendências polarizadoras da economia mundial não conseguiram, a longo prazo, afetar, de maneira significativa, o tamanho e a posição da zona semiperiférica. Não obstante, consideráveis flutuações de pequeno e médio prazo, por volta do início da década de 80, sua modalidade ocupava uma posição tão intermediária quanto o fazia em 1938 ou em 1950 (ver Figura 3). Além disso, é interessante notar que o tamanho da zona semiperiférica permaneceu razoavelmente constante ao longo do período (ver Figura 4).

O quadro que surge da Figura 3 apresenta duas linhas relativamente rígidas (que correspondem às trajetórias das zonas periférica e do núcleo orgânico) contendo um espaço no qual uma terceira linha, mais flexível (que corresponde à trajetória da zona semiperiférica) movimenta-se para cima e para baixo entre o “teto” estabelecido pela trajetória da zona do núcleo orgânico e “chão” estabelecido pela trajetória da zona periférica. Quando a linha intermediária se aproxima do teto, como ocorre na década de 60-70 (ou do chão), as fronteiras entre a semiperiferia e o núcleo orgânico (ou a periferia) na Figura 2 tendem a se borrar e pode parecer que a correspondente distribuição de frequência tornou-se bimodal.

¹⁶ Ao interpretar essa descoberta, deveríamos ter em mente que um grau constante de polarização entre quaisquer duas das três posições estruturais da economia mundial (expressa em termos de combinações de atividades de núcleo orgânico e periféricas, como na Figura 1) implica uma distância cada vez maior ou cada vez mais estreita expressa no log do PNBPC, dependendo de ser possível supor se os benefícios da divisão mundial do trabalho estão aumentando ou diminuindo ao longo do tempo. Já que as três posições estruturais são definidas em termos da capacidade desigual dos Estados de se apropriar daqueles benefícios, se a desigualdade de capacidade permanece a mesma, mas os benefícios crescem, a distância entre as recompensas daqueles que têm capacidade maior e daqueles que têm capacidade menor deveria também aumentar (e se os benefícios também decrescem, a distância entre as recompensas deveria também decrescer).

Isso, no entanto, prova ser apenas um efeito temporário dos puxões e empurrões aos quais está sujeita a trajetória da zona semiperiférica. Esses puxões e empurrões podem ser interpretados como evidência do fato de que a zona semiperiférica está sujeita às mesmas tendências polarizadoras que mantêm as zonas do núcleo orgânico e periférica bem distantes. Contudo, em termos relativos, a zona semiperiférica, às vezes, perde (como em 1938-48 e novamente em 1970-83) e, às vezes, se beneficia (como em 1950-70) dessas tendências e essa alternância é o que tem reproduzido a semiperiferia como uma posição estrutural distinta da economia mundial.

Essa descoberta parece comprovar nossa afirmação de que os Estados semiperiféricos podem explorar seletivamente as tendências à periferização da economia mundial, de modo a evitar o rebaixamento de sua combinação de atividades de periferia e de núcleo orgânico, embora não o suficiente para atingir status de núcleo orgânico (II.6). Entretanto, de acordo com nossos pressupostos, a principal razão da existência de uma estrutura de três camadas da economia mundial é sua divisão numa multiplicidade de jurisdições de Estado dotadas de capacidade desigual de impor/resistir à periferização. Os Estados na camada superior acham relativamente fácil lá permanecer; os Estados na camada inferior acham extremamente difícil mover-se para cima; os Estados na camada média geralmente têm capacidade de resistir à periferização, mas não a capacidade de se mover para a camada superior. A mobilidade para cima ou para baixo de Estados, individualmente, portanto, não está excluída, mas é considerada excepcional (II.6).

Segue-se daí que, a fim de comprovar nossa hipótese, não é suficiente mostrar que é possível identificar uma estrutura de três camadas da economia mundial num período relativamente longo de tempo, como acabamos de fazer. Também é necessário mostrar que a composição em termos de Estado, de cada zona, não se alterou substancialmente num período igualmente longo de tempo. Se achamos que foi exatamente isso que ocorreu, temos boas razões para crer que a reprodução da estrutura de três camadas não é mero acidente, mas é, pro-

vavelmente, a consequência da capacidade desigual dos Estados de impor/resistir à periferização.

III.4. Com o intuito de verificar quanto a reprodução da estrutura de três camadas da economia mundial nos últimos 45 anos foi associada à mobilidade alta ou baixa dos Estados através das fronteiras das três zonas, montamos quadros de duplo registro que classificam os países de acordo com sua posição no início e no final de três períodos diferentes: 1938/50-1975/83 (Quadro 1), 1938/50-1960/1970 (Quadro 2) e 1960/70-1975/83 (Quadro 3).¹⁷ O Quadro 1 é o mais importante, porque cobre o período todo e porque compara anos nos quais a estrutura de três camadas da economia mundial estava mais claramente em evidência. Começamos, portanto, com o Quadro 1 e depois discutimos os dois subperíodos cobertos pelos Quadros 2 e 3.

Há dois modos de ler o Quadro 1: (1) ao longo das fileiras ou colunas para medir os ganhos e perdas de cada zona, ou (2) ao longo das diagonais para medir a mobilidade global (ou falta dela) do sistema. Lendo ao longo das diagonais principais (núcleo orgânico/núcleo orgânico, periferia/periferia), destacamos todos os países que, em 1975-83, estavam exatamente na mesma posição estrutural em que se encontravam em 1938-50. Se os somarmos, obteremos um total de 66 países de um total de 93 (ou 71%), que respondem por 84% da população total dos 93 países, independente de considerarmos os números da população de 1950 ou de 1983. Essas porcentagens já sugerem uma mobilidade global baixa dos Estados através das fronteiras das três zonas. Os Estados ao longo da diagonal principal, entretanto, não são apenas aqueles que não atravessaram as fronteiras de uma zona para outra. Os Estados ao longo das duas diagonais contíguas (núcleo orgânico/perímetro do núcleo orgânico, periferia/perímetro da periferia) são

¹⁷ O procedimento seguido na classificação dos Estados, assim como os nomes dos Estados que entram em cada quadrinho, são especificados no Apêndice III.

Estados que se moveram de uma zona para sua fronteira superior ou inferior (ou de uma fronteira para uma zona contígua), mas sem cruzar a própria fronteira. Ao todo, são 22 Estados que respondem por 10% da população total, tanto em 1950 quanto em 1983.

		Posição em 1938-50					
		Núcleo orgânico	PNO	Semi-periferia	PP	Periferia	Total
Posição em 1975-83	Núcleo orgânico	(a) 11 (b) 13.1 (c) 10.4	4 2.6 1.8	3 5.6 4.3			18 (+7) 165. (+3.4)
	PNO	(a) (b) (c)	1 0.1 0.1	4 1.4 1.2			5 (-1) 1.3 (-2.0)
	Semi-periferia	(a) (b) (c)	1 0.6 0.8	23 18.6 17.6	5 0.8 1.0	1 0.8 1.0	30 (-3) 20.4 (-5.9)
	PP	(a) (b) (c)		2 0.5 0.7	4 0.3 0.5	2 2.7 3.5	8 (-5) 4.7 (+2.4)
	Periferia	(a) (b) (c)		1 0.2 0.3	4 1.2 1.5	27 51.6 55.5	32 (+2) 57.3 (+2.2)
Total	(a) 11 (b) 13.1 (c)	6 3.3	33 26.3	13 2.3	30 55.1	93 (0) 100.0 100.0	

Quadro 1
Posição dos Estados em 1975-83, em comparação com sua posição em 1938-50.

Nota: (a) número de Estados; (b) % da população em 1950; (c) % da população em 1970. Ver Apêndice III para fontes e procedimentos.

Em resumo, 95% dos Estados para os quais havia dados disponíveis (e 94% da população total) estavam, em 1975/83, nas ou no interior das fronteiras da zona na qual se encontravam em 1938/50. Considerando-se o período como um todo, a mobilidade para cima ou para baixo no sistema foi verdadeiramente excepcional. De acordo com o Quadro 1, limitou-se a três casos de transição de uma posição semiperiférica para

uma posição de núcleo orgânico (Japão, Itália e Líbia, como se pode ver no quadro correspondente do Apêndice III); um caso de mobilidade ascendente, da periferia para a semiperiferia (Coréia do Sul, à qual provavelmente se somaria Taiwan se tivéssemos dados para os últimos anos); e um caso de mobilidade descendente, da semiperiferia para a periferia (Gana).

O fato de dois Estados relativamente grandes terem conseguido passar da semiperiferia para o núcleo orgânico e o fato de o crescimento demográfico na zona periférica ter sido maior do que no núcleo orgânico e na semiperiferia explicam a aparente polarização do sistema, mostrada na coluna "total" do quadro. Nessa coluna, pusemos entre parênteses as perdas (-) ou ganhos (+) dos Estados e de pontos percentuais da população total experimentados por cada posição, no período. Considerando-se as três posições intermediárias conjuntamente (semiperiferia, perímetro do núcleo orgânico e perímetro da periferia), no período de 45 anos em exame, elas perderam 9 Estados de um total de 52 (7 para o núcleo orgânico e 2 para a periferia) e 5,6 pontos percentuais da população de um total de 31,9 (3,4 para o núcleo orgânico e 2,2 para a periferia).

Nesse ritmo, levaria um século ou mais para a semiperiferia perder sua importância – supondo que isso ocorreria quando ela respondesse por 15% ou menos da população mundial. Mas, naturalmente, não sabemos se a perda dos últimos 45 anos pode ser extrapolada para o futuro, já que ela poderia ter sido influenciada por fatores cíclicos ou conjunturais. O período coberto por nossos dados não é suficientemente longo para nos permitir isolar essas influências. É suficientemente longo, no entanto, para nos dar uma idéia do seu possível impacto na tendência. Já vimos como as tendências de polarização e periferização da economia mundial se caracterizaram por intensidades e modos de operação diferentes em diferentes subperíodos do espaço de tempo coberto pelos nossos dados (II.3). Os Quadros 2 e 3 podem agora nos fornecer mais percepções a respeito desse modo mutável de operação.

		Posição em 1938-50					Total
		Núcleo orgânico	PNO	Semiperiferia	PP	Periferia	
Posição em 1960-70	Núcleo orgânico	(a) 3 (b) 7.3					3 7.3
	PNO	(a) 7 (b) 5.2					7 5.2
	Semiperiferia	(a) (b)	7 5.7	13 17.6			20 23.3
	PP	(a) (b)		7 2.6	1 0.4		8 2.9
	Periferia	(a) (b)		12 5.1	12 2.0	30 54.3	54 61.4
	Total	(a) 10 (b) 12.5	7 5.7	32 25.2	13 2.4	30 54.3	92 100.0

Quadro 2
Posição dos Estados em 1960-79,
em comparação com sua posição em 1938-50.
Nota: (a) # de Estados; (b) % da população.
Ver Apêndice III para fontes e procedimento.

As características mais marcantes desses dois quadros são (1) que ambos mostram uma maior mobilidade global do que o Quadro 1 e (2) que a mobilidade é exclusivamente descendente no período de 1938/50-1960/70 e exclusivamente ascendente no período de 1960/70-1975/83. A diagonal central (núcleo orgânico/núcleo orgânico, periferia/periferia) do Quadro 2 responde por 51% do número total de Estados e por 80% da população total e a do Quadro 3, por 51% dos Estados e 73% da população (contra 71% dos Estados e 84% da população no Quadro 1). A maior parte das diferenças entre os Quadros 2 e 3, por um lado, e o Quadro 1, por outro, não se deve à maior mobilidade dos Estados através das fronteiras das zonas. Pelo contrário, se deve à maior mobilidade para e das zonas e seu(s) perímetro(s) contíguo(s), como testemunha-

do pelo fato de as diferenças serem consideravelmente reduzidas se somarmos os quadrados de todas as diagonais centrais. As porcentagens correspondentes são 87% dos Estados e 95% da população no Quadro 2 e 76% dos Estados e 86% da população no Quadro 3 (contra 95% dos Estados e 94% da população no Quadro 1).

		Posição em 1960-70					
		Núcleo orgânico	PNO	Semi-periferia	PP	Periferia	Total
Posição em 1975-83	Núcleo orgânico	(a) 3 (b) 6.7	7 4.2	7 7.0	2 0.22		19 18.3
	PNO	(a) (b)		5 1.2	1 0.11		6 1.35
	Semi-periferia	(a) (b)		11 10.7	6 3.3	15 7.1	32 21.0
	PP	(a) (b)				8 4.0	8 4.0
	Periferia	(a) (b)				39 55.3	39 55.3
Total		(a) 3 (b) 6.7	7 4.2	23 19.0	9 3.6	62 66.4	104 100.0

Quadro 3
Posição dos Estados em 1975-83, em comparação com a sua posição em 1960-70.

Nota: (a) # de Estados; (b) % da população.
Ver Apêndice III para fontes e procedimentos.

Exceto pela porcentagem da população do Quadro 2 (que é nesse momento ligeiramente superior à porcentagem da população do Quadro 1), as diferenças são reduzidas, embora ainda razoavelmente grandes. Podemos, portanto, concluir que a mobilidade dos Estados na estrutura de três camadas da economia mundial foi menor no período de 1938-83 como

um todo do que em cada um de seus subperíodos. Como já se mencionou, a mobilidade nos dois subperíodos se deu em direções opostas. Sem entrarmos em detalhes desnecessariamente incômodos, essa oposição é revelada claramente pelos Quadros 2 e 3, já que, no primeiro, todos os quadrados vazios estão acima da diagonal principal (sugerindo mobilidade descendente generalizada), ao passo que, no segundo, todos os quadrados vazios estão abaixo da diagonal principal (sugerindo mobilidade ascendente generalizada).

Segue-se daí que a estabilidade de longo prazo da estrutura de três camadas da economia mundial, ao longo dos últimos 45 anos, foi associada a um movimento pendular de médio prazo de ampla mobilidade descendente dos Estados no período de 1938/50-1960-70 e de uma mobilidade ascendente bastante mais ampla no período de 1960/70-1975/83. O resultado líquido é mostrado no Quadro 1, que já discutimos. Ele sugere que o movimento ascendente do período mais recente trouxe a maioria dos Estados que tinha experimentado uma mobilidade descendente no período anterior de volta aonde se encontrava em 1938/50. No entanto, alguns Estados ficaram para trás e não compensaram sua posição anterior (sendo Gana apenas o caso mais claro), ao passo que outros (como o Japão, a Itália, a Líbia e a Coreia do Sul), que não haviam experimentado mobilidade descendente no período anterior, não obstante se moveram para cima, ganhando, dessa forma, uma cabeça-de-ponte numa camada mais alta.

Esse movimento pendular é facilmente interpretado à luz dos principais acontecimentos da economia mundial no período em exame. O evento central foi, sem dúvida, o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos, que anunciou um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais de importância econômica mundial. As relações núcleo orgânico-periferia foram conseqüentemente revolucionadas e um novo "padrão de centralidade" estabelecido. Por algum tempo, os Estados Unidos (Estado e capital) empunhou a "arma realmente eficaz da competição", para usar a expressão que emprestamos de Schumpeter (II.4). As pressões competitivas mudaram de modo

descontínuo de um conjunto de atividades para outro, e a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia da maioria dos Estados apresentou um rebaixamento correspondente. De acordo com nossos dados, apenas dois Estados atingiram plenamente o novo padrão de centralidade: o Canadá (estruturalmente parte da economia norte-americana) e a Suécia (ver Quadro 2 e quadro correspondente do Apêndice III).

Estados tradicionalmente centrais como a Alemanha Ocidental e o Reino Unido foram empurrados para o perímetro do núcleo orgânico, e países que estavam no perímetro do núcleo orgânico, como a França e a Bélgica, foram empurrados para a semiperiferia. Essa caracterização não é apenas o produto de artefatos estatísticos. Ela também faz sentido em termos dos processos históricos da economia mundial, como testemunhado pelo fato de todos esses Estados tradicionalmente centrais terem se envolvido, na década de 50 e início da década de 60, numa competição intensa, com países tradicionalmente semiperiféricos, para capturar a tecnologia, organização, *know-how*, e finanças da nova potência hegemônica. Sobretudo, isso foi feito através da oferta de mão-de-obra mais barata do que se poderia obter nessa última.

A questão é que o estabelecimento da hegemonia norte-americana mudou as regras do jogo competitivo (como sempre ocorre, em algum grau, com um conjunto de inovações de importância econômica mundial). Ele forçou os Estados do núcleo orgânico a desempenhar papéis semiperiféricos e deu início a uma corrida para "alcançar" o novo padrão de centralidade. Na medida em que a zona do núcleo orgânico se tornou menos apinhada, a zona semiperiférica tornou-se mais e, portanto, sujeita a pressões competitivas cada vez mais intensas. Essas pressões competitivas cada vez mais intensas, por sua vez, chegaram às áreas inferiores da zona, empurrando os países semiperiféricos para o perímetro da periferia ou para dentro da periferia.

Estados repentinamente mergulhados em (ou alçados a) uma zona através de choques aleatórios ou revoluções nas funções produtivas, entretanto, não se tornam, através desse fato mesmo,

membros orgânicos daquela zona. Um país se torna um membro orgânico de uma zona somente quando suas instituições econômicas e políticas foram configuradas por uma associação prolongada a uma dada combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia (ver II.5). Essa é a razão por que todos os Estados do núcleo orgânico que foram forçados a assumir papéis semiperiféricos na década de 50 e 60 (acompanhados por uns poucos recém-chegados) conseguiram reentrar na zona do núcleo orgânico na década de 70. À medida que esses Estados passaram para o núcleo orgânico, as pressões competitivas diminuíram, em algum grau, nas camadas inferiores, e seguiu-se a mobilidade ascendente geral que caracterizou a década de 70.

III.5. À luz dessas conclusões, a redução pronunciada do tamanho relativo da zona do núcleo orgânico na década de 50 e seu aumento constante, na década de 60 e 70 (ver Figura 4), podem ser agora reinterpretados como um reflexo da saída e reentrada de alguns de seus membros orgânicos, durante as oscilações da mobilidade ascendente e descendente. Quanto às tendências das diferenças entre as três zonas mostradas na Figura 3, estamos agora em posição de avaliar o grau em que refletem ganhos e perdas dos membros orgânicos das zonas, e não alterações na condição de membro das zonas.¹⁸

A fim de isolar essas influências, devemos identificar grupos de Estados que, devido à sua longa permanência numa dada zona, podem ser considerados seus membros orgânicos.

¹⁸ Considerem, por exemplo, o aumento rápido do modo da semiperiferia, em 1950-70, que criou a impressão de uma fusão das zonas do núcleo orgânico e semiperiférica, e sua derrocada igualmente rápida, em 1970-83, que restabeleceu imediatamente a distância entre as duas zonas. Será que essa subida e descida pronunciadas foram a expressão de *uma melhoria e depois de uma piora* na posição dos membros orgânicos da semiperiferia, face aos membros orgânicos das outras zonas? Ou será que foi devido a *uma piora e depois a uma melhoria* conjuntural na posição de alguns membros orgânicos do núcleo, face aos outros membros da *mesma* zona? Ou será que a oscilação para cima foi simplesmente a expressão de taxas excepcionalmente altas de crescimento de alguns membros da semiperiferia e a oscilação para baixo, o "efeito estatístico" de sua passagem para a zona do núcleo orgânico?

O resultado é que 74 dos 93 Estados permaneceram *ao longo de* todo o período no interior das ou nas fronteiras de uma dada zona, qualificando-se, portanto, como seus membros orgânicos: 10 do núcleo orgânico, 20 da semiperiferia e 44 da periferia (ver Apêndice III).

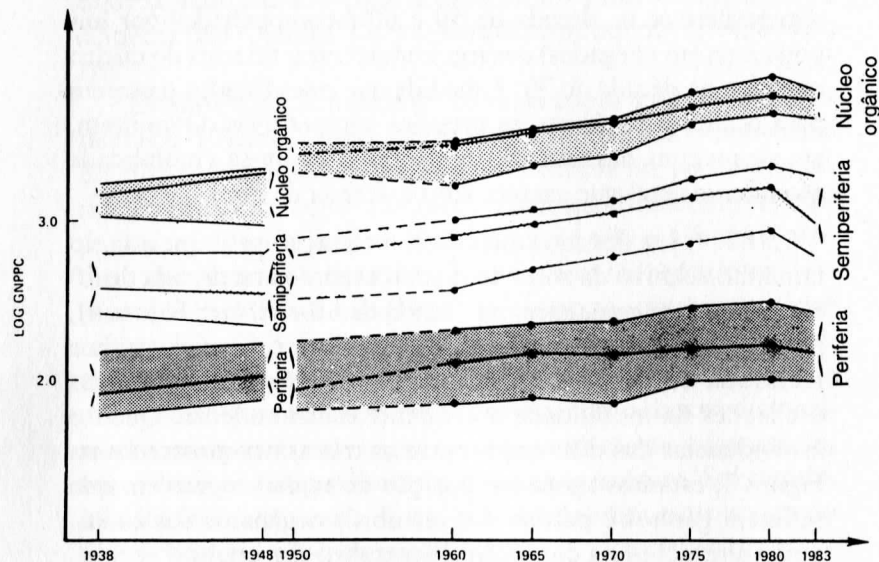


Figura 5
Tendências no comando econômico relativo
(médias ponderadas e amplitude do PNB dos membros orgânicos)

Na Figura 5, representamos o log do PNB per capita de cada um desses três grupos considerados no conjunto, assim como a extensão do PNB per capita de cada grupo (log [média +/- desvio padrão]). Comparando as tendências da Figura 5 com as da Figura 3, podemos avaliar o grau em que o último refletiu fatores estruturais, em vez de fatores conjunturais. A diferença principal entre os dois gráficos reside no fato de a instabilidade de curto e médio prazo do modo semiperiférico da Figura 3 ter praticamente desaparecido na Figura 5. Exceto pela pronunciada curva para baixo de 1980-83, a tendência

do PNB per capita do grupo de 20 Estados semiperiféricos é tão constante quanto (e em 1950-80 é mais constante do que) as tendências correspondentes dos 10 Estados do núcleo orgânico e dos 44 Estados periféricos.

O corolário é que a maior parte da instabilidade de curto e médio prazo do modo semiperiférico e das fronteiras das distribuições da Figura 2 deriva do fato de, em qualquer momento dado, a semiperiferia não incluir apenas seus membros orgânicos. Ao longo de todo o período, esses últimos constituíram a maioria dos Estados que estavam na zona semiperiférica e, estatisticamente, eles explicam a estabilidade de longo prazo das distribuições trimodais da Figura 2, evidenciadas pelas tendências das Figuras 3 e 4.

Entretanto, embora o grupo de Estados semiperiféricos exerça a influência mais forte na tendência, as flutuações de curto a médio prazo se devem principalmente ao fato de a semiperiferia ser também uma zona que funciona como um amortecedor entre o núcleo orgânico e a periferia. Em qualquer momento dado, a semiperiferia sempre inclui alguns países que foram mais ou menos temporariamente rebaixados do núcleo orgânico (ou promovidos da periferia) por um dos muitos choques aleatórios ou sistemáticos através dos quais a economia mundial opera.

No nosso período, como vimos, não houve rebaixamentos duradouros da zona do núcleo orgânico, e apenas uma promoção aparentemente duradoura da periferia (Coreia do Sul). Contudo, houve mudanças temporárias, mas significativas, na posição dos Estados nas e em torno das fronteiras das três zonas que afetaram tanto as próprias fronteiras quanto o modo da zona semiperiférica. Em 1960, 1965 e 1970, o efeito foi tão forte a ponto de borrar a fronteira entre o núcleo orgânico e a semiperiferia e fazer as distribuições parecerem quase bimodais.¹⁹

¹⁹ Esse borrimento de fronteira e o aumento, e depois redução, pronunciados do modo semiperiférico em 1965-70, foram até certo ponto devidos a um outro fator: a presença, na zona semiperiférica, de países envolvidos numa transição para o núcleo orgânico ou para a periferia. Quando um país

Em resumo, uma comparação das Figuras 3 e 5 sugere que, se ajustarmos as tendências a fim de eliminar a influência que os membros conjunturais e transitórios exercem sobre o modo e as fronteiras da semiperiferia, a maioria das flutuações na posição relativa das três zonas desaparece, mas as tendências de longo prazo permanecem essencialmente as mesmas. Portanto, não é preciso alterar muito as nossas conclusões anteriores a respeito das tendências polarizadoras da economia mundial nos últimos 45 anos (ver III.3).

Como podemos ver na Figura 5, ao longo de todo o período, as tendências ajustadas ainda mostram uma polarização maior entre as zonas do núcleo orgânico e periférica, sendo que a semiperiferia conserva sua posição intermediária. Elas também mostram que essa tendência global não se desenvolveu uniformemente ao longo do período. Em 1938-48, não houve uma polarização crescente entre núcleo orgânico e periferia, mas somente entre o núcleo orgânico e a semiperiferia, que convergiu, desse modo, para a periferia. Em 1950-65, as três zonas cresceram aproximadamente no mesmo ritmo. Na realidade, em 1950-60, as distâncias entre as três zonas se estreitaram consideravelmente, na medida em que a taxa de crescimento da periferia foi maior do que a da semiperiferia, e a da semiperiferia foi maior do que a do núcleo orgânico. Como vimos, esses foram anos de uma periferização cada vez mais ampla, em vez de mais profunda. Em 1965-80, a semiperiferia

realmente “decola” numa transição para uma posição do núcleo orgânico, por algum tempo ele experimentará taxas extremamente altas de crescimento. Se se trata de um país grande em termos populacionais, essas altas taxas de crescimento inflarão a taxa de crescimento do modo semiperiférico e/ou borraão as fronteiras entre as zonas. Assim que a transição se completa, a taxa de crescimento do modo volta a cair aos patamares anteriores e fronteiras precisas se restabelecem. É duvidoso que as transições da Líbia e da Itália tenham tido qualquer influência significativa nas distribuições da Figura 2. A população da Líbia é pequena demais para exercer qualquer influência nos números agregados, e a ascensão da Itália ao núcleo orgânico foi bastante plana, já que consistiu de um movimento das áreas superiores da semiperiferia para as áreas inferiores do núcleo orgânico. O Japão, em contrapartida, certamente teve uma influência no modo e nas fronteiras semiperiféricas tanto devido ao seu tamanho quanto a seu crescimento extremamente rápido.

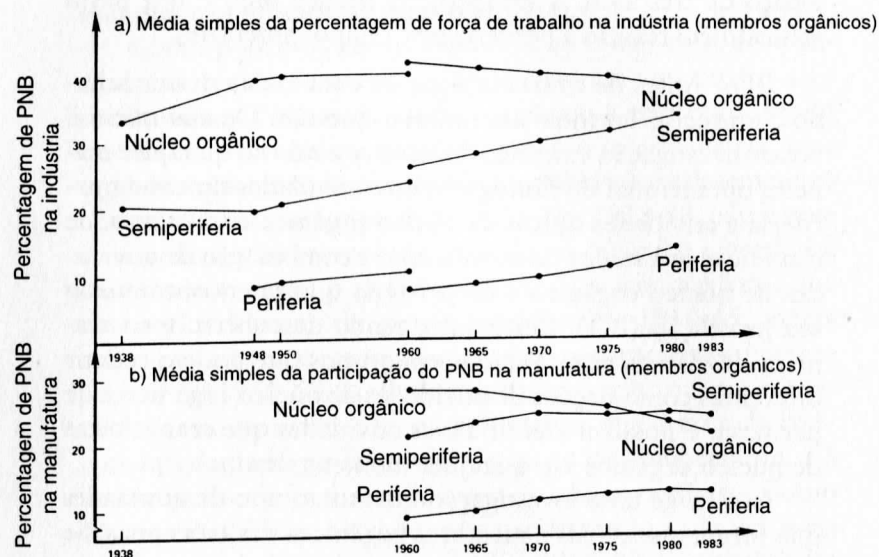
acompanhou a taxa de crescimento do núcleo orgânico, enquanto que a periferia estagnou e ficou para trás de ambas as outras zonas. A ampliação da distância entre periferia e núcleo orgânico se concentra inteiramente nesse período. Finalmente, em 1980-83, todas as zonas experimentaram um declínio, mas o declínio da semiperiferia foi mais pronunciado do que o das outras duas zonas. De fato, foi tão pronunciado que, no curto espaço de três anos, a semiperiferia perdeu tudo o que havia ganhado em relação à periferia nos 15 anos anteriores.

III.6. Antes de tirarmos algumas conclusões desses achados, é preciso levantar uma última questão. Demos início à nossa investigação empírica dizendo que não há qualquer maneira operacional de distinguir entre atividades típicas de periferia e atividades típicas de núcleo orgânico e, portanto, de classificar os Estados de acordo com a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram sob sua jurisdição (II.1). Entretanto, tendo descoberto uma maneira de classificar os Estados em grupos que podem refletir diferentes combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia, é possível identificar as atividades que eram típicas de núcleo orgânico em qualquer momento dado.

Isso exige uma investigação quanto ao tipo de atividades que foram associadas a membros orgânicos das três zonas. Se descobríssemos que, em qualquer momento dado, os membros orgânicos da zona do núcleo orgânico se especializaram em tipos específicos de atividades (que também eram menos generalizadas entre os membros orgânicos das outras duas zonas), poderíamos dizer que aqueles tipos de atividades eram típicos do núcleo orgânico naquele momento específico. Uma investigação dessa natureza vai além do escopo desse artigo, exceto num aspecto específico: o status mutável das “atividades industriais”.

Em estudos sobre o desenvolvimento, “industrialização” e “desenvolvimento” são freqüentemente tratados como sinônimos. Os termos “países desenvolvidos” e “países industrializados” são usados de modo intercambiável, e a industrialização

de países menos desenvolvidos é considerada como um sintoma de sua “equiparação” com os mais desenvolvidos. Warren (1980) e outros críticos da teoria da dependência se apóiam muito no fato de que, em termos de industrialização, a distância entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos tem diminuído. Nossas descobertas podem ser usadas para jogar novas luzes sobre essa questão.



NOTA: Ver apêndice I e II.

Figura 6
Tendências no grau de industrialização

Na Figura 6, parte a, representamos a porcentagem média da força de trabalho empregada na “indústria”, e na Figura 6, parte b, a participação média da “manufatura” no PIB para os três grupos de Estados que identificamos como membros orgânicos do núcleo orgânico, periferia e semiperiferia. Para o período posterior a 1960, ambos os gráficos mostram um estreitamento significativo da distância entre o grau de industrialização do núcleo orgânico, por um lado, e o da semiperiferia e peri-

feria, por outro. Na realidade, de acordo com o gráfico da Figura 6, parte b, em algum momento, no final da década de 70, a semiperiferia não apenas alcançou, mas ultrapassou o núcleo orgânico em termos do grau de industrialização.

Como esses índices se referem aos mesmos grupos de Estados que os índices da Figura 5, é possível compará-los, período por período, a fim de avaliar a relação mutável entre industrialização e comando econômico relativo. No período 1938-48, parece haver uma forte correlação positiva entre os dois. Como vimos (III.5), esse foi um período no qual a semiperiferia estava perdendo comando econômico, tanto em relação ao núcleo orgânico como à periferia. Essa perda relativa é rigorosamente espelhada nos índices de industrialização da Figura 6; portanto, há boas razões para supor que, nesse período, as atividades típicas de núcleo orgânico eram fundamentalmente atividades industriais. É interessante que foi no final desse período que Prebisch e seus colegas introduziram pela primeira vez o conceito de relações núcleo orgânico-periferia e o formularam em termos de uma dicotomia entre atividades primárias e atividades industriais.

No período 1950-60, uma correlação positiva entre atividades industriais e atividades típicas de núcleo orgânico ainda está em evidência, mas de uma forma diferente. Ela se manifesta num estreitamento das distâncias entre industrialização e PNB que separam o núcleo orgânico da periferia e semiperiferia. Estados semiperiféricos e, em menor grau, estados periféricos começam a erodir o “monopólio” dos Estados do núcleo orgânico sobre as atividades industriais típicas de núcleo orgânico. A erosão se reflete num declínio relativo do comando econômico dos Estados do núcleo orgânico.

1960-65 são anos de transição. A distância na industrialização continua a diminuir, mas não há um declínio correspondente no comando econômico dos Estados do núcleo orgânico. Isso pode ser considerado como um sintoma do enfraquecimento da correlação positiva entre as atividades industriais e as atividades típicas de núcleo orgânico. Nos vinte anos subsequentes, uma correlação positiva enfraquecida, transfor-

mou-se numa correlação *negativa* cada vez mais forte. Em 1965-80, enquanto a periferia e a semiperiferia continuaram a se industrializar tão rapidamente como havia ocorrido nas duas décadas anteriores, o núcleo orgânico começou a se desindustrializar, tanto pela parcela da força de trabalho quanto pela parcela dos índices do PIB (ver Figura 6). Conseqüentemente, a distância em termos de industrialização entre o núcleo orgânico e a semiperiferia desapareceu, ou quase desapareceu (dependendo do índice escolhido), e a distância entre o núcleo orgânico e a periferia diminuiu consideravelmente. Contudo, nesse mesmo período, o comando econômico da semiperiferia, em relação ao núcleo orgânico, permaneceu constante, e o da periferia piorou (ver Figura 5 e III.5).

O corolário é que as atividades industriais estavam sendo perifêricizadas – isto é, estavam perdendo seu status de núcleo orgânico anterior. É interessante que foi perto do fim desse período que Wallerstein sugeriu que a dicotomia núcleo orgânico-periferia deveria ser desemaranhada da dicotomia entre atividades primárias e atividades industriais (ver nota 7). A importância dessa sugestão é sublinhada pelas tendências em 1980-83, quando a semiperiferia aumentou ainda mais sua “vantagem” industrial perante o núcleo orgânico e simultaneamente experimentou uma queda pronunciada em seu comando econômico em relação tanto ao núcleo orgânico quanto à periferia.

Em resumo, a industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. Essa descoberta ilustra o processo, enfatizado em nossa conceituação anterior, pelo qual a tentativa generalizada, por parte dos atores econômicos e políticos, de capturar o que, em qualquer momento dado, são atividades de núcleo orgânico, estimulando a competição que transforma essas atividades em atividades periféricas (II.6). Na década de 40, as atividades industriais (ou, pelo menos, muitas delas) eram de fato atividades de núcleo orgânico. Na década de 50, atraídos pelos “prêmios espetaculares” jogados para essas atividades, os atores políticos

e econômicos da periferia e semiperiferia se atiraram à “industrialização”. No início, colheram alguns benefícios e com isso induziram outros a fazer o mesmo. Nas décadas de 60 e 70, entretanto, as atividades industriais se tornaram cada vez mais superlotadas de modo que não apenas os prêmios espetaculares desapareceram, mas até mesmo os benefícios menores colhidos pelos primeiros atrasados se transformaram progressivamente nas perdas generalizadas da década de 80.

Nessa altura, surge uma nova questão: em que setores econômicos específicos se concentram as atividades de núcleo orgânico hoje, se elas não se agrupam mais em atividades industriais ou manufatureiras? Já se sugeriu que a industrialização foi deslocada como a base das atividades de núcleo orgânico pela importância crescente das corporações transnacionais verticalmente integradas em todos os ramos da atividade econômica (da agricultura e mineração à manufatura, distribuição e bancos). Esses últimos desdobramentos serviram para dissolver e borrar qualquer correlação anteriormente existente entre a dicotomia núcleo orgânico-periferia e dicotomias baseadas nos tipos específicos de mercadorias produzidas (por exemplo, manufatura versus agricultura), ou até mesmo nas técnicas de produção usadas (por exemplo, alta produtividade verso baixa produtividade).

Nas organizações corporativas transnacionais, as atividades desenvolvidas em diferentes localidades nacionais são parte de processos integrados e combinados que tornam essas distinções irrelevantes, se é que elas são possíveis. A distinção relevante se dá entre atividades que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução, por outro. A zona do núcleo orgânico tende a se tornar o locus das atividades “cerebrais” do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o locus das atividades “de músculo e nervos”, enquanto que a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades “cerebrais” e de “músculo e nervos” (Arrighi, 1985b: 275).

A validade dessa ou de hipóteses alternativas só pode ser verificada através de uma investigação do tipo sugerida no início dessa seção. A evidência que apresentamos, entretanto, sugere que, em todo caso, um alto grau de industrialização, enquanto tal não consegue explicar a capacidade demonstrada por Estados do núcleo orgânico, nas décadas de 70 e 80, de restabelecer seu comando sobre os benefícios da divisão mundial do trabalho.

IV. Comentários Finais

Essa foi uma investigação preliminar em mais de um aspecto. Como acabamos de ver, novas questões surgem que requerem uma pesquisa muito mais extensa e detalhada do que fomos capazes de fazer até agora. É necessário pesquisar, mas não apenas para tratar dessas novas questões como também para fornecer à análise da economia mundial fundamentos empíricos e teóricos mais sólidos. A confiabilidade e comparabilidade limitadas dos dados que usamos restringiram bastante a possibilidade de manipular e tirar conclusões a partir deles; naturalmente, dados mais confiáveis e comparáveis poderiam ter produzido resultados bastante diferentes.

A principal limitação de nossos dados, entretanto, não é sua confiabilidade ou comparabilidade. É o curto espaço de tempo que eles cobrem. Como eles mal chegam a cobrir uma onda longa (a transição da fase B para a fase A de 1939-48, a fase A de 1950-65/70, e a fase B ainda em andamento), não podemos dizer muito quanto aos ritmos cíclicos e à *long durée* da economia mundial e sua estrutura de três camadas. As evidências que apresentamos, entretanto, não corroboram a visão de que, nas fases B, as tendências polarizadoras da economia mundial são mais fracas do que nas fases A, como foi sugerido por Frank (1969) e por outros. A fase A aparece como um período de periferização cada vez mais ampla e a fase B como um período de periferização cada vez mais profunda e, enquanto todas as transições genuínas para a camada superior

foram completadas na fase B, as “decolagens” correspondentes ocorreram na fase A (III.3-5). Essa bem poderia ser uma peculiaridade da única onda longa que nossos dados cobrem, mas, a fim de nos assegurarmos disso, teríamos que estender nossa investigação muito mais para trás no tempo.²⁰

Em último lugar, mas não menos importante, as evidências estatísticas que apresentamos mostram que, nos últimos 45 anos, a economia mundial se comportou *como se* nossas hipóteses fossem representações exatas de processos históricos. A fim de descobrir se isso é realmente verdade, não há, naturalmente, substituto para a análise histórica.

Mas, depois de dizer e fazer tudo isso, parece-nos que nossa investigação preliminar estabeleceu fortes evidências *prima facie* para a conclusão de que a economia mundial mostra padrões de estratificação e desenvolvimento que não podem ser explicados em termos de “modernização” ou “dependência”. Certamente, ambos os tipos de teoria poderiam reivindicar ter alguma relevância para uma explicação de uma ou outra de nossas descobertas. Mas nenhuma das duas consegue fornecer uma explicação abrangente do padrão global que essas descobertas revelam.

A teoria da modernização (e suas variantes desenvolvimentistas), por exemplo, poderia alegar que houve alguma equiparação. Na realidade, se a equiparação for definida em termos de industrialização, houve muito disso. Essa alegação não deveria ser descartada levianamente. A industrialização e a desruralização ainda mais ampla dos Estados periféricos e semiperiféricos, têm implicações sociais e políticas da maior importância para os Estados que as experimentaram, assim como para o futuro da economia mundial (Arrighi & Silver, 1984). Essas implicações, entretanto, podem ser facilmente mal interpretadas se não levarmos em consideração a descoberta mais notável de nossa investigação: o fato de que toda essa equiparação não afetou significativamente os diferenciais no coman-

²⁰ Um primeiro passo nessa direção foi dado em Arrighi, et al., 1986.

do econômico que separam as diferentes camadas da economia mundial.

Nesse aspecto, a teoria da dependência se sai melhor do que a teoria da modernização. Corroborando a primeira, nossa investigação mostrou que a economia mundial esteve de fato sujeita a tendências polarizadoras generalizadas. De acordo com nossas mensurações, essas tendências podem não ter sido tão fortes quanto suposto pelas versões mais extremas da teoria da dependência, mas elas certamente foram suficientemente amplas e fortes para descartar qualquer reivindicação a uma compreensão holística da economia mundial por parte da perspectiva desenvolvimentista.

Num aspecto importante, no entanto, as duas teorias falharam igualmente. Nenhuma das duas pode realmente explicar a persistência de um grupo intermediário de Estados que, enquanto grupo, não está nem alcançando o pequeno grupo de Estados que estabelecem os padrões de riqueza na economia mundial, nem se juntando ao grande grupo de Estados que estabelecem os padrões de pobreza. Numericamente, trata-se de um grupo relativamente grande de Estados – cerca de duas vezes o tamanho do grupo do núcleo orgânico e metade do tamanho do grupo periférico. Mas sua importância para a política da economia mundial é muito maior do que indicam esses números.

Nos anos entre as guerras, duas grandes inovações políticas de importância mundial tiveram origem nesse grupo: o comunismo na URSS e o fascismo na Itália. Nos anos pós-guerra, a URSS permaneceu firme nesse grupo, ao mesmo tempo que se transformava em uma das duas superpotências. Na atual crise econômica mundial, o grupo inclui a maioria dos epicentros de agitação política (África do Sul, Irã, Iraque, Síria, Israel, Nicarágua, El Salvador, Polônia) e todos os grandes países devedores que não os Estados Unidos (Argentina, México, Brasil, Venezuela, Chile, Polônia).

A semiperiferia, portanto, foi e continua sendo uma zona de turbulência política. À luz disso, é surpreendente que os Estados semiperiféricos tenham sido estudados de todos os

diferentes ângulos, exceto pelo que eles têm em comum: o fato, para falar cruamente, de estarem encaixados no espaço intermediário e de terem que correr rápido para permanecer onde estão.²¹ Depois do “Eurocentrismo” e do “Terceiro-Mundismo”, chegou a hora de um olhar mais detido sobre a zona semiperiférica.

Apêndice I: Fontes e Uso dos Dados

As distribuições da Figura 2, da qual são derivadas as Figuras 3-5 e os Quadros 1-3, se baseiam nas seguintes fontes: Woytinsky e Woytinsky (1953) para 1938 e 1948, Banco Mundial (1984) para 1960-83, e Banco Mundial (diferentes anos) para 1980 e 1983. Para 1950, usamos estimativas que Morawetz (1977) derivou dos dados do Banco Mundial. Com base nesses dados, obtivemos o PNB per capita em dólares americanos, que convertimos em dólares constantes a valores de 1970, usando o deflator do PNB norte-americano, fornecido pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos (1975 e diversos anos).

Os dados de Woytinsky e Woytinsky cobrem apenas 57 Estados em 1938 e 58 países em 1948. Os dados do Banco Mundial cobrem entre 101 e 105 Estados, de acordo com o ano. Como nossa preocupação principal era identificar a distribuição *global* de renda (e a posição dos Estados em relação a essa distribuição), em diferentes momentos, sempre consideramos *todos* os Estados incluídos em cada fonte. Esse procedimento reduziu consideravelmente a comparabilidade intertemporal dos dados. Além disso, dado o grande tamanho

²¹ O fato de os países semiperiféricos terem que correr muito rápido para permanecer numa posição intermediária, está implícito na nossa hipótese de que, na zona semiperiférica, as tendências polarizadoras da economia mundial são neutralizadas pela ação do Estado (II.6). Esse argumento fica explícito e é submetido à verificação histórica nas análises do Research Working Group on Semiperipheral States, a que nos referimos no começo do artigo.

de alguns Estados que foram omitidos de uma ou da outra fonte (principalmente a URSS, dos dados do Banco Mundial, e a China, dos dados de Woytinsky e Woytinsky para 1948 e dos dados do Banco Mundial anteriores a 1980), as distribuições de alguns anos foram muito distorcidas. Para reduzir essas distorções, integramos os dados de ambas as fontes com dados de outras fontes (a serem especificadas abaixo).

Não obstante essas integrações, a comparabilidade das distribuições através do tempo permanece limitada, particularmente, quando elas passam de uma fonte para outra. Assim, em todos os gráficos, registramos a falta de comparabilidade de 1938-48 com 1950, e a comparabilidade limitada de 1950 com 1960-83. Entretanto, os índices da Figura 5 são construídos com base nos "cestos de Estados" constantes (ver Apêndices II e III) e, portanto, fornecem uma base mais confiável para comparações intertemporais do que os índices das Figuras 3 e 4.

Quanto à integração das fontes listadas acima com dados de outras fontes, seguimos dois procedimentos diferentes. No caso da China, Romênia e Hungria (para as quais as fontes do Banco Mundial fornecem dados para os anos mais recentes), fizemos uma estimativa de sua posição nos anos anteriores, com base nas taxas de crescimento do PNB per capita em dólares americanos, implícitas na série fornecida por Banks (s.d.). No caso da URSS, para a qual o Banco Mundial não fornece quaisquer dados, consideramos as estimativas para 1950-60 fornecidas pela CIA (1982), às quais acrescentamos nossa própria estimativa para 1983, baseada numa taxa plausível de crescimento para o período 1980-83.

Ao avaliar a confiabilidade e a comparabilidade dos dados, dever-se-ia ter em mente o propósito para o qual foram usados. Esse propósito era duplo: ver se eles geravam uma distribuição trimodal e, caso isso ocorresse, destacar os intervalos de baixa frequência que poderiam ser usados como as fronteiras das três zonas (ver Apêndice II). Ao longo desse artigo, não se atribui nenhuma importância ao PNB per capita de qualquer país *isoladamente* que não seja em relação a essas fronteiras. Além disso, até mesmo as tendências e flutuações no PNB per

capita modal ou médio de *grupos* de Estados são sempre analisadas *em relação ao* PNB per capita modal ou médio de outros grupos de Estados. Em outras palavras, o que importa na avaliação da confiabilidade e comparabilidade de nossos dados é sua capacidade de nos fornecer uma indicação da distribuição de recompensas na economia mundial e a posição aproximada dos Estados em relação a essa distribuição.

Apêndice II: Procedimento seguido na definição das fronteiras e tamanhos das três zonas

As fronteiras entre as zonas (ver Figuras 2a-2c) e, em consequência, o tamanho relativo das zonas mostradas na Figura 4, foram definidos de acordo com o seguinte procedimento.

Como passo preliminar, destacamos os três máximos nas distribuições que podiam ser identificadas como modos do núcleo orgânico, semiperiférico e periférico. Consideramos o ponto médio do intervalo de mais alta frequência nas amplitudes baixas do PNB per capita (PNBPC), ao qual foi aplicado o logaritmo, como sendo representativo do modo periférico (MP) e o ponto médio do intervalo de mais alta frequência no lado oposto da amplitude como representativo do modo do núcleo orgânico (MNO). O modo semiperiférico foi então definido como o ponto de mais alta frequência na amplitude, três intervalos à direita do modo periférico e três intervalos à esquerda do modo do núcleo orgânico. A "cláusula de três intervalos" foi introduzida para garantir (com uma margem de um intervalo) que os mesmos Estados não entrariam na determinação de dois modos diferentes pela média móvel de três intervalos. Esse critério deixou indeterminado o modo semiperiférico para a distribuição de 1960, que tem dois picos intermediários de igual frequência na amplitude intermediária (ver Figura 2b). Já que os dois picos intermediários eram separados por um único intervalo, nos sentimos justificados em considerar o último como representativo do modo semiperiférico. Caso os dois picos intermediários tivessem sido sepa-

rados por mais de um intervalo, teríamos considerado a distribuição como não trimodal e a teríamos descartado.

A distribuição de 1970 deveria ter sido descartada por uma razão diferente, a saber, porque o que escolhemos como MS e MNO não é separado por mais do que três intervalos (ver Figura 2b). Pela aplicação rigorosa do procedimento definido acima, deveríamos ter escolhido como modo semiperiférico, o máximo muito menos pronunciado contido entre PP1 e PP2. Isso nos pareceu extremamente formalista. Escolhemos como modo semiperiférico, portanto, o intervalo de maior frequência marcado como MS. Entretanto, nos asseguramos de que nenhuma de nossas principais inferências dependesse crucialmente dessa escolha, e, deixamos claro, ao longo da discussão dos dados, que a trimodalidade da distribuição de 1970 é questionável.

Tendo determinado os três modos, as fronteiras entre as zonas foram definidas da seguinte maneira:

(1) Se a distribuição tinha apenas um mínimo local entre dois modos, o intervalo representando aquele mínimo foi considerado como a fronteira que separa as duas zonas, contanto que os Estados que se encontram naquele intervalo não tivessem entrado (por via da média móvel de três intervalos) na determinação de um dos dois ou de ambos os modos. As fronteiras determinadas dessa maneira foram o perímetro da periferia (PP1-PP2) para 1950 e 1965 e o perímetro do núcleo orgânico (PNO1-PNO2) para 1950.

(2) Se a distribuição tinha apenas um mínimo local entre dois modos, mas os Estados que se encontravam naquele intervalo correspondente tinham entrado na determinação de ambos os modos, a distribuição teria sido considerada não trimodal e teria sido descartada. Esse caso não ocorreu em nenhuma das distribuições consideradas.

(3) Se a distribuição tinha apenas um mínimo local entre dois modos e os Estados que se encontravam naquele intervalo correspondente tinham entrado na determinação de um dos dois modos, o intervalo foi incluído na zona, e a fronteira foi definida por uma linha, em lugar de um intervalo. Os perí-

metros do núcleo orgânico para os anos 1960, 1965 e 1970 foram determinados dessa maneira.

(4) Se a distribuição tinha mais de um mínimo local entre dois modos (como ocorreu na maioria dos casos), descartamos os mínimos que tinham frequências mais altas do que qualquer um dos dois modos. Se nos sobrou apenas um mínimo, estabelecemos as fronteiras de acordo com os procedimentos descritos acima. Os perímetros da periferia para 1938 e 1948 foram estabelecidos dessa maneira. Se ainda nos sobrou mais do que um mínimo, consideramos os dois mínimos de mais baixa frequência e definimos os perímetros das zonas como consistindo de todos os intervalos contidos pelos (mas excluindo os) intervalos correspondentes aos dois mínimos. Os perímetros da periferia para 1960, 1970, 1975, 1980 e 1983, assim como os perímetros do núcleo orgânico para 1938, 1948, 1975, 1980 e 1983, foram determinados dessa maneira.

Tendo determinado as fronteiras entre as zonas, os países foram classificados dependendo de seu PNBPC, ao qual se aplicou o logaritmo, se encontrar ou não em uma das três zonas ou em um dos dois perímetros. Através da soma da porcentagem da população mundial pela qual os Estados respondem em cada zona e em cada perímetro, determinamos o tamanho relativo das três zonas mostradas na Figura 4. Além disso, essa classificação foi usada para analisar a mobilidade ascendente e descendente dos Estados discutidos no Apêndice III.

Apêndice III: Procedimento seguido na classificação dos Estados nos Quadros 1, 2 e 3 e na determinação dos membros "orgânicos" de cada zona

No Apêndice II, vimos como os Estados foram classificados em cinco grupos ou "classes": periferia (P), perímetro da periferia (PP), semiperiferia (S), perímetro do núcleo orgânico (PNO) e núcleo orgânico (NO). Não obstante os procedimentos atenuadores que usamos e já incorporamos no nosso banco

de dados, a posição de um Estado em qualquer ano específico ainda está sujeita a fortes influências conjunturais e aleatórias (ver III.2). Os Quadros 1, 2 e 3 (e os Quadros 1a, 2a, 3a, a seguir) foram construídos com o propósito (1) de “fazer a média” dessas influências ao longo de três observações (1938, 1948 e 1950; 1960, 1965 e 1970; 1975, 1980 e 1983) e (2) de comparar a posição “média” num período com a posição “média” num período subsequente.

Infelizmente, não dispusemos de nove observações para todos os Estados. Como mostrado nos Quadros 1a, 2a e 3a a seguir, para muitos Estados periféricos, nós tivemos apenas uma ou duas observações para o período inicial e, em alguns casos, apenas duas observações para o período final. Felizmente, no entanto, tivemos nove observações para todos os Estados que mais consistentemente se encontraram na classe do núcleo orgânico e em seus arredores; para a maioria dos Estados semiperiféricos; e para a maioria dos Estados periféricos maiores. A confiabilidade do quadro global que emerge dos Quadros e que é discutida no texto pode, portanto, ser considerada como mais do que satisfatória.

A posição dos Estados em cada período foi determinada de acordo com o seguinte procedimento:

(1) Quando as três observações estavam disponíveis, o Estado foi classificado:

- no núcleo orgânico, se as três observações foram NO, NO, NO; ou NO, NO, Pno;
- na semiperiferia, se as três observações foram S, S, S; ou S, S, Pno; ou S, S, Pp;
- na periferia, se as três observações foram P, P, P; ou P, P, Pp;

		Posição em 1938-50				
		C	PC	S	PP	P
Posição em 1975-83	C	A	B	C	D	E
	PC	F	G	H	I	J
	S	K	L	M	N	O
	PP	P	Q	R	S	T
	P	U	V	W	X	Y

Quadro 1a
Posição dos Estados em 1975-83,
em comparação com sua posição em 1938-50

Nota: Países no Quadro 1a:

- A: Austrália, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos
- B: Áustria, Bélgica, Finlândia, França
- C: Japão, Itália, Líbia (1)
- D:
- E:
- F:
- G: Irlanda
- H: Hong-Kong (1), Israel (2), Espanha, Trinidad e Tobago
- I:
- J:
- K:
- L: África do Sul
- M: Argélia (1), Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Congo (1), Costa Rica (1), Grécia, Hungria (2), Irã (1) (3), Jamaica, Malásia (1), México, Nicarágua, Panamá, Romênia, Síria (1), Turquia, Uruguai (2), URSS, Venezuela, Iugoslávia (2)
- N: República Dominicana, Equador, Guatemala (2), Paraguai, Peru
- O: Coreia do Sul (1)

- P:
- Q:
- R: Costa do Marfim, Marrocos (1)
- S: El Salvador, Papua-Nova Guiné (1), Zâmbia, Zimbábue (2)
- T: Nigéria (1), Filipinas
- U:
- V:
- W: Gana (1)
- X: Angola (1) (3), Egito, Honduras (2), Senegal (1)
- Y: Afeganistão (1), Bolívia, Birmânia (2), Burundi (1), Camarões, China, República Centro-Africana (1), Etiópia (1), Índia, Indonésia (2), Quênia (2), Madagáscar (1), Malauí (1), Mali (1), Maurítânia (1), Moçambique (1), Nepal (1), Paquistão (1), Ruanda (1), Somália (1), Sri Lanka, Sudão (1), Tanzânia (1), Tailândia (1), Togo (1), Uganda (1), Alto Volta (1)

- (1) Uma observação apenas para 1938-50.
- (2) Duas observações apenas para 1938-50.
- (3) Duas observações apenas para 1975-83.

- no perímetro do núcleo orgânico, se as três observações foram uma das seguintes: Pno, Pno, Pno; Pno, Pno, NO; Pno, Pno, S; NO, NO, S; NO, S, S;
- no perímetro da periferia, se as três observações foram uma das seguintes: Pp, Pp, Pp; Pp, Pp, P; Pp, Pp, S; S, S, P; P, P, S.

(2) Quando duas observações estavam disponíveis, o Estado foi classificado:

- no núcleo orgânico, se as duas observações foram NO, NO;
- na semiperiferia, se as duas observações foram S, S;
- na periferia, se as duas observações foram P, P;
- no perímetro do núcleo orgânico, se as duas observações foram uma das seguintes: NO, Pno; Pno, Pno; S, Pc;
- no perímetro da periferia, se as duas observações foram uma das seguintes: Pp, Pp; S, Pp; P, Pp.

(3) Quando apenas uma observação estava disponível, os Estados foram classificados de acordo com aquela observação.

Com base nesses quadros, passamos a definir os “membros orgânicos” das três zonas, da seguinte forma:

(1) *Membros orgânicos da zona do núcleo orgânico*: Estados que aparecem em todos os três quadros em um dos blocos superiores à esquerda (A, B, F, G). Havia 10 desses Estados: Austrália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental.

		Posição em 1938-50				
		C	PC	S	PP	P
Posição em 1960-70	C	A	B	C	D	E
	PC	F	G	H	I	J
	S	K	L	M	N	O
	PP	P	Q	R	S	T
	P	U	V	W	X	Y

Quadro 2a
Posição dos Estados em 1960-70,
em comparação com sua posição em 1938-50

Nota: Países para o Quadro 2a:

- A: Canadá, Suécia, Estados Unidos
- B:
- C:
- D:
- E:
- F: Austrália, Dinamarca, Alemanha, Nova Zelândia, Noruega, Suíça, Reino Unido
- G:
- H:

SBD / FFLCH / USP

- I:
- J:
- K:
- L: Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Países Baixos, África do Sul
- M: Argentina, Chile, Hungria (2), Israel (2), Itália, Jamaica, Japão, Panamá, Espanha, Trinidad e Tobago (1), URSS, Venezuela, Iugoslávia (2)
- N:
- O:
- P:
- Q:
- R: Costa Rica (1), Grécia, Hong-Kong (1), Líbia (1), México, Turquia, Uruguai (2)
- S: Peru
- T:
- U:
- V:
- W: Argélia (1), Brasil, Colômbia, Congo (1), Gana, Irã (1), Iraque (1), Costa do Marfim (1), Malásia (1), Marrocos (1), Nicarágua (1), Síria (1)
- X: Angola (1), República Dominicana, Egito, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras (2), Papua-Nova Guiné (1), Paraguai, Senegal (1), Zâmbia, Zimbábue (2)
- Y: Afeganistão (1), Bolívia, Birmânia (2), Burundi (1), Camarões (1), República Centro-Africana (1), China, Etiópia (1), Índia, Indonésia (2), Quênia (2), Madagáscar (1), Malauí (1), Mali (1), Mauritânia (1), Moçambique (1), Nepal (1), Nigéria (1), Paquistão (1), Filipinas, Ruanda (1), Somália (1), Coréia do Sul (1), Sri Lanka, Sudão (1), Tanzânia (1), Tailândia (2), Togo (1), Uganda (1), Alto Volta (1)

- (1) Uma observação apenas para 1938-50.
- (2) Duas observações apenas para 1938-50.

(2) *Membros orgânicos da zona semiperiférica*: Estados que aparecem em todos os três quadros em um dos nove blocos centrais (G, H, I, L, M, N, Q, R, S). Havia 20 desses Estados: Argentina, Chile (Costa Rica), Grécia (Hong-Kong), Hungria, Irlanda, (Israel), Jamaica, México, Panamá (Portugal), Romênia, África do Sul, Espanha, Turquia, Uruguai, URSS, Venezuela, Iugoslávia.

(3) *Membros orgânicos da zona periférica*: Estados que aparecem em todos os três quadros em um dos quatro blocos inferiores à direita (S, T, X, Y). Havia 44 desses Estados: (Afe-

ganistão), (Angola), Bangladesh, Benin, Bolívia, Birmânia, (Burundi), (Camarões), (República Centro-Africana), (Chade), China, Egito, El Salvador, (Etiópia), (Guiné), (Haiti), Honduras, Índia, Indonésia, Quênia, (Libéria), (Madagáscar), Malauí, (Mali), (Mauritânia), (Moçambique), (Nepal), (Níger), (Nigéria), Paquistão (Papua-Nova Guiné), Filipinas, (Ruanda), (Senegal), (Somália), Sri Lanka, (Sudão), (Tanzânia), Tailândia, (Togo), (Uganda), (Alto Volta), Zâmbia, Zimbábue.

		Posição em 1960-70				
		C	PC	S	PP	P
Posição em 1975-83	C	A	B	C	D	E
	PC	F	G	H	I	J
	S	K	L	M	N	O
	PP	P	Q	R	S	T
	P	U	V	W	X	Y

Quadro 3a
Posição dos Estados em 1975-83,
em comparação com sua posição em 1960-70

- Nota: Países no Quadro 3a
- A: Canadá, Suécia, Estados Unidos
 - B: Austrália, Dinamarca, Alemanha, Nova Zelândia, Noruega, Suíça, Reino Unido
 - C: Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Itália, Japão, Países Baixos
 - D: Líbia, Arábia Saudita
 - E:
 - F:
 - G:
 - H: Irlanda, Israel, Cingapura, Espanha, Trinidad e Tobago

I: Hong-Kong

K:

L:

M: Argentina, Chile, Grécia, Hungria, Jamaica, Panamá, Romênia, URSS, África do Sul, Venezuela, Iugoslávia

N: Costa Rica, México, Peru, Portugal, Turquia, Uruguai

O: Argélia, Brasil, Colômbia, Congo, República Dominicana, Equador, Guatemala, Irã (1), Iraque (1), Malásia, Nicarágua, Paraguai, Coreia do Sul, Síria, Tunísia

P:

Q:

R:

S:

T: El Salvador, Costa do Marfim, Marrocos, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Zâmbia, Zimbábue

U:

V:

W:

X:

Y: Afeganistão (1), Angola (1), Bangladesh, Benin, Bolívia, Birmânia, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, China, Egito, Etiópia, Gana (1), Guiné, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Quênia, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurítânia, Moçambique (1), Nepal, Níger, Paquistão, Ruanda, Senegal, Somália, Sri Lanka, Sudão, Tanzânia, Tailândia, Togo, Uganda, Alto Volta (1)

(1) Duas observações apenas para 1975-83.

Esses três grupos constituem os “cestos de Estados” constantes com base nos quais os índices das Figuras 5 e 6 foram construídos. Na Figura 5, representamos o log do PNBPC de cada grupo como um todo, assim como a amplitude (média do PNBPC dos Estados de cada grupo, sobre o qual se aplicou o log, +/- desvio-padrão). As representações para 1950-83 se referem a todos os Estados listados acima, enquanto que as representações para 1938-48 excluem os Estados mostrados entre parênteses que não são cobertos pelos dados de Woytinsky e Woytinsky. Os dados representados na Figura 6 são médias simples. As porcentagens da força de trabalho na indústria (Figura 6, parte a) foram tiradas de Banks (s.d.) para o período 1938-60 e do Banco Mundial (1984) para o período 1960-80. Enquanto que os dados dessa última fonte cobrem a maioria dos Estados listados acima, os dados de Banks co-

brem a maioria dos Estados do núcleo orgânico e semiperiféricos, mas apenas uma minoria dos Estados periféricos. As porcentagens do PIB na manufatura são tiradas do Banco Mundial (1984, 1978-85) que fornece séries completas para 9 dos 10 Estados do núcleo orgânico, para 12 dos 20 Estados semiperiféricos e para 35 dos 44 Estados periféricos.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir (1982). “Crisis, Nationalism, & Socialism,” in Amin, et al., *Dynamics of Global Crisis*. New York: Monthly Review Press, 167-231.

ARRIGHI, Giovanni, ed. (1985a). *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, CA: Sage.

ARRIGHI, Giovanni (1985b). “Fascism to Democratic Socialism: Logic and Limits of a Transition,” in G. Arrighi, ed., *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, CA: Sage, 243-79.

ARRIGHI, Giovanni & Silver, Beverly J. (1984). “Labor Movements and Capital Migration: The United States and Western Europe in World Historical Perspective,” in C. Bergquist, et. *Labor in the Capitalist World Economy*. Beverly Hills, CA: Sage, 183-216.

ARRIGHI, Giovanni; Korzeniewicz, Roberto P. & Martin, William G. (1985). “Three Crises, Three Zones: Core-Periphery Relations in the Long Twentieth Century”, GEMDEV Cahier n. 7, March. Paris: GEMDEV, 125-61.

AVERITT, Robert T. (1968). *Dual Economy: The Dynamics of American Industrial Structure*. New York: Norton.

AYMARD, Maurice (1985). “Nation-States and Interregional Disparities of Development,” in G. Arrighi, ed., *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, CA: Sage, 40-54.

BANKS, Arthur S. (s.d.). *Cross-National Time-Series Data Archive*. Fitas compiladas pelo Center for Social Analysis, State University of New York at Binghamton.

CARDOSO, Fernando H. & Faletto, Enzo (1979). *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.

CHASE-DUNN, Christopher (1984). "The World-System since 1950: What has really changed?" in C. Bergquist, ed., *Labor in the Capitalist World-Economy*. Beverly Hills, CA: Sage, 75-104.

CHIROT, Daniel (1977). *Social Change in the Twentieth Century*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

EVANS, Peter (1979). *Dependent Development*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

FRANK, André Gunder (1969). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press.

GALTUNG, Johan (1972). "Structural Theory of Imperialism", *African Review*, I, 4, April, 93-138.

HOPKINS, Terence K. & Wallerstein, Immanuel (1977). "Patterns of Development of the Modern World-System," *Review*, I, 2, Fall, 111-45.

KRAVIS, Irving, et al. (1975, 1978, 1982). *International Comparison Project*. Vols. 1, 2, 3. Statistical Office of the United Nations & World Bank. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

LANGE, Peter (1985). "Semiperiphery and Core in the European Context: Reflections on the Postwar Italian Experience," in G. Arrighi, ed., *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, CA: Sage, 179-214.

MARINI, Ruy Mauro (1969). *Subdesarollo y Revolución*. Mexico: Siglo XXI.

MILKMAN, Ruth (1979). "Contradictions of Semi-Peripheral Development: The South African Case," in Walter L. Goldfrank, ed., *The World Systems of Capitalism, Past and Present*. Beverly Hills, CA: Sage, 261-84.

MORAWETZ, David (1977). *Twenty-Five Years of Economic Development, 1950-74*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

MYRDAL, Gunnar (1959). *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London, Duckworth.

NEMETH, Roger & Smith, David A. (1985). "International Trade and World-System Structure: A Multiple Network Analysis," *Review*, VIII, 4, Spring, 517-60.

PREBISCH, Raúl (1959). "Commercial Policy in the Underdeveloped Countries," *American Economic Review*, Papers and Proceedings 251-73.

ROSTOW, W.W. (1978). *The World Economy, History and Prospect*. Austin: University of Texas Press.

SCHUMPETER, Joseph (1954). *Capitalism, Socialism & Democracy*. London: Allen & Unwin.

SCHUMPETER, Joseph (1964). *Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of Capitalist Process*. New York: McGraw-Hill.

SCHURMANN, Herbert Franz (1974). *The Logic of World Power: An Inquiry into Origins, Currents & Contradiction of World Politics*. New York: Pantheon.

SNYDER, D. & Kick, E. (1979). "Structural Position in the World-System and Economic Growth, 1955-1970: A Multiple Network Analysis of Transnational Interactions," *American Journal of Sociology*, LXXXIV, 5, October, 1096-1126.

UNITED NATIONS (1950). *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. New York: United Nations Dept. of Economic Affairs.

UNITED NATIONS, Department of International and Economic and Social Affairs, Statistical Office (1980-84). *Statistical Yearbook*. New York: United Nations.

U.S. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, DIRECTORATE of INTELLIGENCE (1982). *USSR: Measures of Economic Growth and Development, 1950-1980*. Studies prepared for the use of the Joint Economic Committee, 97th Congress 2nd Session. Washington, DC: Government Printing Office.

U.S. DEPARTMENT of COMMERCE, BUREAU of the CENSUS (diversos anos). *Statistical Abstracts of the United States*. Washington, DC: Government Printing Office.

WALLERSTEIN, Immanuel (1970). *The Capitalist World-Economy*, New York: Cambridge University Press.

WALLERSTEIN, Immanuel (1984). *The Politics of the World-Economy*. New York: Cambridge University Press.

WALLERSTEIN, Immanuel (1985). "The Relevance of the Concept of Semiperiphery to Southern Europe," in G. Arrighi, ed., *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, CA: Sage, 531-39.

WARREN, Bill (1980). *Imperialism: Pioneer of Capitalism*. London, NLB.

WORLD BANK (1978-85). *World Development Report*. Washington, DC: World Bank.

WORLD BANK (1984). *World Tables*, Vols. 1 & 2. Washington, DC: World Bank.

WOYTINSKY, W.S. & Woytinsky, E.S. (1953). *World Population and Production: Trends and Outlook*. New York: Twentieth Century Fund.

A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia*

O beco sem saída da troca desigual

Quando falamos de "semiperiferia", nos referimos a uma posição intermediária na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial. A maioria dos estudos supõe que essa estrutura núcleo orgânico-periferia consiste de redes de "troca desigual", através das quais alguns Estados (frequentemente identificados como "industriais" ou "industrializados") se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho, ao passo que a maioria dos outros Estados colhe apenas os benefícios que são necessários para conservá-los na relação de troca desigual. Diz-se que os primeiros Estados constituem o "núcleo orgânico" da economia capitalista mundial e os últimos constituem sua "periferia". Estados semiperiféricos (frequentemente referidos como "semi-industriais" ou "semi-industrializados") são, por-

* Publicado originalmente em William G. Martin (ed.). *Semiperipheral States in the World-Economy*. Greenwood Press, New York, 1990. Ao revisar este capítulo para publicação, me beneficieei dos comentários e sugestões de Christopher Chase-Dunn, Walter L. Goldfrank, Terence J. Hopkins, William G. Martin, Gonzalo Santos, Beverly J. Silver e Immanuel Wallerstein.

tanto, definidos como os Estados que ocupam uma posição intermediária nessa rede de troca desigual: eles colhem apenas benefícios marginais quando estabelecem relações de troca com os Estados do núcleo orgânico, mas colhem a maioria dos benefícios líquidos quando estabelecem relações de troca com os Estados periféricos.¹

Essa conceituação se baseia num número de suposições que, do meu ponto de vista, são extremamente questionáveis, tanto por razões apriorísticas quanto históricas. A primeira suposição questionável é que “industrialização” é o equivalente de “desenvolvimento” e que “núcleo orgânico” é o mesmo que “industrial”. É interessante que essa suposição atravesse a grande linha divisória entre as escolas da dependência e da modernização. Para ambas as escolas, “desenvolver-se” é “industrializar-se”, por definição. Desnecessário dizer, as duas escolas discordam vigorosamente a respeito de como e por que alguns países se industrializaram e outros não, ou se desindustrializaram, mas a maioria dos profissionais aceita como verdadeiro que desenvolvimento e industrialização são a mesma coisa.

Essa visão está tão entranhada que ela não permanece sem contestação, não obstante a recente onda de desindustrialização entre os Estados mais ricos da economia capitalista mundial. A rápida industrialização correspondente dos Estados comparativamente pobres foi, em geral, considerada em seu valor nominal como o equivalente de “desenvolvimento”. Ao que me consta, ninguém dessas escolas levantou a questão de se esses processos conjuntos de desindustrialização e industrialização foram combinados ou não a um correspondente estreitamento da distância entre riqueza, poder e bem-estar, de um lado, dos grupos de Estados ricos, mas em processo de desin-

¹ Essa caracterização resume as premissas declaradas e não declaradas da maioria dos estudos que fazem uso dos conceitos de núcleo orgânico, periferia e semiperiferia. Muito poucos desses estudos realmente tentaram identificar os Estados centrais, periféricos e semiperiféricos com base nas suas posições nas redes de comércio. Exceções notáveis são Snyder e Kick (1979), Nemeth e Smith (1985) e Smith e White (1989).

dustrialização e do grupo de Estados não tão ricos, mas em processo de industrialização, do outro. Sem dúvida, os defensores da dependência e da modernização concordariam ambos que a industrialização geralmente é buscada não como um fim em si mesmo, mas como um meio na busca de riqueza, ou de poder, ou de bem-estar, ou de uma combinação disso, e que a questão é, portanto, bastante legítima. Mas, para que se possa levantar a questão, é necessário abandonar o postulado de que industrialização é o equivalente de desenvolvimento.

Uma segunda suposição questionável nessa conceituação é que as relações núcleo orgânico-periferia consistem de relações de “troca desigual” e que a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial consiste de uma rede de trocas, tipicamente uma rede de comércio. Em primeiro lugar, não fica sempre claro o que “troca desigual” significa para aqueles que usam o termo. A referência padrão é Emmanuel (1972), mas muito poucos daqueles que se referem a ele parecem estar conscientes do que o conceito de troca desigual de Emmanuel envolve e não envolve.

O conceito de troca desigual de Emmanuel não tem nada a ver com posição numa rede de comércio. Refere-se ao comércio entre Estados caracterizados por diferentes níveis salariais, mas pela mesma taxa de lucro e nível de produtividade. Tem como premissa uma falta de mobilidade dos recursos de mão-de-obra e uma alta mobilidade dos recursos de capital entre os parceiros comerciais e resulta na apropriação dos benefícios do comércio pelo parceiro com o nível mais alto de salários, independente de sua posição nas redes de comércio.

Mais importante, a troca desigual não foi o único mecanismo envolvido na polarização núcleo-orgânico-periferia, nem seus efeitos na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial foram tão destituídos de ambigüidade quanto sugerem aqueles que usam o termo. Não estou, de modo algum, negando o papel decisivo desempenhado pela troca desigual na criação e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial. Historicamente, o capital tem sido muito mais móvel que o trabalho,

através do espaço da economia capitalista mundial, e os diferenciais de salário entre os territórios integrados nesta última, têm sido não apenas maiores, mas têm crescido mais rápido do que os diferenciais de produtividade e de taxas de lucro. É difícil conceber que os Estados do núcleo orgânico pudessem ter atingido seus atuais padrões de poder, riqueza e bem-estar sem uma longa história de trocas diretas e indiretas de mercadorias com Estados e territórios de salários comparativamente baixos.

Admitido tudo isso, não se segue daí que a troca desigual foi o único ou mesmo o principal mecanismo de polarização núcleo orgânico-periferia ou que a polarização núcleo orgânico-periferia é necessariamente seu resultado. A troca desigual é apenas um dos diversos mecanismos da polarização núcleo orgânico-periferia. Igualmente importante foram dois outros mecanismos, que podemos designar como transferências unilaterais de mão-de-obra, por um lado, e de capital, do outro. Diferentemente da troca desigual, essas transferências desiguais não pressupõem a existência de uma relação de comércio ou de uma rede de comércio. Portanto, em princípio, as transferências unilaterais de um Estado ou território para outro são compatíveis com uma ausência completa de relações de troca desigual entre os Estados e territórios envolvidos.²

Historicamente, as transferências unilaterais de capital e trabalho foram tanto forçadas quanto voluntárias. As transferências forçadas são transferências estimuladas pelo uso da violência ou pela ameaça plausível disso pelo Estado receptor e seus agentes. O tráfico de escravos e a transferência e uso de prisioneiros de guerra como trabalhadores são exemplos de transferências unilaterais forçadas de recursos de mão-de-

² Sobre a distinção entre periferização por meio da mobilidade do capital (ou transferência do excedente), periferização por meio da mobilidade de mercadorias (ou troca desigual) e periferização por meio da mobilidade da mão-de-obra (ou extração direta de excedente), ver Arrighi e Piselli (1987: 687-97). Esses autores mostram que cada mecanismo de periferização está associado a um tipo particular de estrutura social e conflito social.

obra, ao passo que a extorsão de instrumentos monetários das colônias ou de reparações de guerra de inimigos derrotados é um exemplo de transferências forçadas de recursos de capital. As transferências voluntárias, por sua vez, são transferências baseadas exclusivamente no auto-interesse dos donos dos recursos que estão sendo transferidos, sendo os exemplos mais proeminentes a emigração de trabalhadores e a “fuga do capital”.

Ambos os tipos de transferências unilaterais foram cruciais na constituição e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial, embora, ao longo do tempo, a importância das transferências forçadas tenha declinado em relação à importância das transferências voluntárias. O fato de as transferências voluntárias serem consideradas moralmente menos objetáveis do que as transferências forçadas não significa que sejam menos eficazes enquanto mecanismos de polarização núcleo orgânico-periferia. Ao contrário, as transferências voluntárias são muito mais eficazes do que as transferências forçadas quando e onde os diferenciais entre as localidades, no nível e na segurança das recompensas, tornaram-se suficientemente grandes para criar um incentivo forte e generalizado para que os donos dos recursos do capital e do trabalho transfiram esses recursos para locais nos quais os retornos são os maiores e os mais seguros.

As transferências unilaterais desse tipo foram muito mais importantes do que a troca desigual na expansão do núcleo orgânico, a fim de incluir a maioria das assim chamadas terras de novo povoamento, os Estados Unidos em primeiro lugar, no final do século XIX e início do século XX. Os efeitos dessas transferências nos países “remetentes” não foram nem um pouco uniformes. De modo geral, entretanto, o efeito foi uma polarização inaudita nas hierarquias de riqueza, poder e bem-estar da economia capitalista mundial.

A troca desigual é, portanto, apenas um dos muitos mecanismos através dos quais a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial foi criada, reproduzida e aprofundada. Mas isso não é tudo. Como já foi mencionado, seus efeitos na

estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial são muito mais contraditórios do que normalmente se supõe. Um país que vende mercadorias que incorporam mão-de-obra bem paga em troca de mercadorias que incorporam mão-de-obra mal paga pode continuar a fazê-lo e colher os benefícios da troca apenas na medida em que a relação na produção e consumo entre os dois tipos de mercadoria é de complementaridade e não de competição. Se, por alguma razão, a relação de complementaridade se enfraquece e a de competição se torna mais forte, a troca desigual nesse sentido torna-se uma arma do país “explorado” na obtenção de riqueza, poder e bem-estar em relação ao, e possivelmente às custas do, país “explorador”. Nessas circunstâncias, a tese de Warren (1980), de que a exploração de países de baixos salários por países de altos salários pode ser melhor do que nenhuma exploração, contém um importante elemento de verdade.

A este respeito, dever-se-ia notar que os exemplos mais notáveis de “mobilidade” ascendente na economia capitalista mundial desde a Segunda Guerra Mundial (Japão, Coréia do Sul e Taiwan) se apoiaram todos pesadamente, num momento ou outro de sua ascensão, na exportação de mercadorias que incorporavam mão-de-obra comparativamente mal paga em troca de mercadorias que incorporavam mão-de-obra comparativamente bem paga. Não se segue, dessas experiências históricas, que todos os Estados periféricos ou semiperiféricos podiam ou podem enriquecer do mesmo modo que o Japão, a Coréia do Sul e Taiwan. Como veremos, isso está fora de questão. Mas segue-se que a troca desigual pode cortar ou funcionar das duas maneiras (em direção à polarização e em direção à despolarização) e que, portanto, a suposição de uma identidade fundamental entre as relações núcleo orgânico-periferia e as relações de troca desigual não se justifica.

Mutatis mutandis, o que se acabou de dizer sobre a troca desigual se aplica às transferências unilaterais de recursos do capital e do trabalho. Historicamente, a exportação sistemática de recursos do capital foi tanto um mecanismo de “centralização” como de periferização. Desde a Holanda do século

XVI até o Japão de hoje, o investimento no exterior (principalmente sob a forma de capital que rende juros) de uma parcela sempre crescente dos recursos de capital de uma nação foi um grande instrumento na formação e consolidação de posições centrais. Quanto à transferência unilateral dos recursos do trabalho, é suficiente registrar que as ascensões à posição central da Grã-Bretanha, nos séculos XVII e XVIII, e da Suíça e Suécia, no final do século XIX, foram precedidas ou acompanhadas por uma maciça migração externa dos recursos do trabalho.

Em resumo, a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial. No entanto, não são traços essenciais das relações núcleo orgânico-periferia. Se as relações núcleo orgânico-periferia dizem respeito, como penso que ocorre, a alguma desigualdade fundamental e auto-reprodutora na distribuição de riqueza entre os Estados e povos da economia capitalista mundial, então a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho são atributos puramente contingentes dessas relações, exatamente como a industrialização e a desindustrialização. Elas podem ou não coincidir com as relações núcleo orgânico-periferia, dependendo das circunstâncias específicas de tempo e lugar sob exame. Em si e por si mesmas, elas não podem jamais dizer quem está e quem não está se beneficiando com as desigualdades estruturais da economia capitalista mundial.

A riqueza das nações da perspectiva dos sistemas mundiais

A análise dos sistemas mundiais nos fornece uma saída fácil desse impasse teórico no qual estamos fadados a nos encontrar, se insistirmos em identificar a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial com base nas redes de troca, ou, pior ainda, com base em graus comparativos de industrialização. Seguindo Marx e Schumpeter, a análise

dos sistemas mundiais concebe o capitalismo como um sistema evolucionário no qual a estabilidade do todo tem como premissa a mudança perene nas e das partes. As relações núcleo orgânico-periferia não são exceção. Supõe-se que os tipos de insumos, produtos e técnicas de produção e distribuição e as posições em redes de comércio e alocação de recursos que dão aos Estados capacidades diferenciadas de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho mudem continuamente em consequência da introdução e difusão de inovações políticas, econômicas e sociais.³

Nesse tipo de conceituação, o que é uma combinação central e o que é uma combinação periférica de atividades variam continuamente ao longo do tempo e do espaço da economia mundial. Uma combinação específica de atividades (por exemplo, a especialização na manufatura; a exportação de mercadorias que incorporam mão-de-obra bem paga e a importação de mercadorias que incorporam mão-de-obra mal paga; exportação do capital e importação do trabalho) pode permitir que um Estado específico em um dado momento se aproprie de uma parcela desproporcionalmente grande de benefícios da divisão mundial do trabalho, mas outros Estados podem não conseguir fazer o mesmo ao mesmo tempo; nem talvez o mesmo Estado consiga fazer o mesmo em outro momento.

As relações núcleo orgânico-periferia são determinadas não por combinações específicas de atividades, mas pelo resultado sistêmico do vendaval perene de destruição criativa e não tão criativa engendrado pela disputa pelos benefícios da

³ Ver Arrighi e Drangel (1986) para fontes e argumentos que corroboram essa asserção. Para simplificar as coisas e tornar a exposição mais clara, postulo aqui que são os "Estados", mais do que as empresas capitalistas, os atores-chave nos processos de acumulação do capital. Para os propósitos aqui, essa simplificação é pertinente porque não afeta significativamente as conclusões da análise. Além disso, a suposição de que os Estados são os atores-chave nos processos da acumulação do capital é menos rígida nas seções sobre "A Política do Desenvolvimento Semiperiférico" e "A Semiperiferia e o Futuro da Economia Mundial", que focalizam a estrutura de classe e étnica dos Estados.

divisão mundial do trabalho. A alegação teórica central da análise dos sistemas mundiais a respeito desse resultado sistêmico é que a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada principalmente por sua posição, não numa rede de trocas, mas numa hierarquia de riqueza. Quanto mais alto na hierarquia de riqueza está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios. Suas oportunidades de iniciar e controlar processos de inovação ou proteger-se dos efeitos negativos dos processos de inovação iniciados e controlados por outros são distintamente melhores do que as oportunidades dos dirigentes e cidadãos posicionados mais abaixo na hierarquia de riqueza.

Além disso, a análise dos sistemas mundiais afirma que essa hierarquia de riqueza consiste de três camadas ou agrupamentos distintos. Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico.

Essas três posições são definidas não apenas em termos quantitativos (isto é, como uma posição superior, inferior e intermediária na escala de riqueza), mas qualitativamente também (como capacidades relacionais de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho). Elas se comparam aos conceitos de riqueza "oligárquica" e "democrática", introduzidos pela primeira vez por Harrod (1958) e salvos do esquecimento por Hirsch (1976). Ainda que esses conceitos tenham

sido formulados para explicar diferenciais de riqueza pessoal, eles podem ser usados para explicar diferenciais de riqueza entre nações.

Harrod (1958) distingue dois tipos de riqueza pessoal, “democrática” e “oligárquica”, e sustenta que elas são separadas por um “golfo intransponível”. A riqueza democrática é o tipo de domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. A riqueza oligárquica, em contrapartida, não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços. Isso se dá, de acordo com Harrod, por duas razões principais. A primeira razão corresponde ao conceito de Emmanuel de troca desigual, mas se refere a trocas entre pessoas. Não podemos todos ter domínio sobre serviços e produtos que incorporam o tempo e esforço de mais de uma pessoa de eficiência média. Se alguém o tem, isso significa que uma outra pessoa está trabalhando por menos do que ele ou ela deveria controlar, se todos os esforços de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente. A segunda razão é que alguns recursos são escassos num sentido absoluto ou relativo, ou estão sujeitos a acumulação anormal ou aglomeração através do uso extensivo. Seu uso ou gozo, portanto, pressupõe a exclusão ou desaglomeração de outros, seja através de um sistema de correção de preços ou de racionamento e leva à formação de lucros ou quase-lucros.

A luta para conseguir riqueza oligárquica é, portanto, inerentemente autofracassada. Como sublinhado por Hirsch, a idéia de que todos podem consegui-la é uma ilusão.

Agindo só, cada indivíduo busca tirar o melhor proveito de sua posição. Mas a própria satisfação dessas preferências individuais altera a situação que outros têm que enfrentar, na busca de satisfação de necessidades semelhantes. Uma rodada de transações que tenham como fim apresentar necessidades pessoais desse tipo, portanto, faz com que cada indivíduo fique com uma barganha pior do que se pensava quando se realizou a transação,

porque a soma desses atos não melhora de modo correspondente a posição de todos os indivíduos considerados no seu conjunto. Há um problema de “adição”. As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente a uma pessoa de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos. O que cada um de nós pode realizar, não é possível para todos (Hirsch 1976:4-5).

A análise de sistemas mundiais sustenta que os Estados em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial enfrentam um problema de “adição” semelhante, e de muitas maneiras mais sério do que, àquele enfrentado pelos indivíduos quando buscam riqueza pessoal numa economia nacional. As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados. Como insiste Wallerstein (1988), desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão. A riqueza dos Estados do núcleo orgânico é análoga à riqueza oligárquica de Harrod. Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial.

Os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração. Tal como usados aqui, esses últimos se referem ao fato de a pobreza absoluta ou relativa dos Estados periféricos ou semiperiféricos induzir continuamente seus dirigentes e cidadãos a participar da divisão mundial do trabalho por recompensas marginais que deixam o grosso dos benefícios para os dirigentes e cidadãos dos Estados do núcleo orgânico. Os processos de exclusão, por sua vez, se referem ao fato de que a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico fornece aos seus dirigentes e cidadãos os meios necessários para excluir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos ou semiperiféricos do uso e gozo de recursos que são escassos ou estão sujeitos a acumulação anormal.

Os dois processos são distintos, mas complementares. Os processos de exploração fornecem aos Estados do núcleo orgânico e a seus agentes os meios para iniciar e sustentar pro-

cessos de exclusão. Os processos de exclusão geram a pobreza necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar continuamente a re-entrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico.

Se a riqueza dos Estados do núcleo orgânico corresponde ao conceito de riqueza oligárquica de Harrod, a riqueza dos Estados semiperiféricos corresponde ao conceito de riqueza democrática de Harrod porque, em princípio, ela poderia ser generalizada. Se todos os esforços humanos de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente e se todos os seres humanos tivessem oportunidades iguais de usar os recursos escassos, todos os povos poderiam usufruir do tipo de domínio sobre os recursos que já é usufruído, em média, pelos povos da semiperiferia. Na realidade, entretanto, o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos. Conseqüentemente, apenas uma minoria da população mundial desfruta da riqueza democrática e o faz somente por meio de uma luta perene contra as tendências excludoras e exploradoras através das quais a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico é criada e reproduzida.

A luta contra a exclusão e a luta contra a exploração são diferentes em gênero. Alguns Estados semiperiféricos confiam mais numa do que noutra, mas a maioria alterna ou combina as duas. Uma luta contra a exclusão é uma luta por um nicho comparativamente seguro na divisão mundial do trabalho. O sucesso neste tipo de luta geralmente implica (1) uma maior especialização das atividades nas quais o Estado semiperiférico tem ou pode obter algum tipo de vantagem competitiva, (2) um envolvimento ativo nas relações de troca desigual, nas quais o Estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra mal remunerada para os Estados do núcleo orgânico em troca de mercadorias que incorporam mão-de-obra bem remunerada e (3) uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais o Estado semiperiférico busca maior especialização.

As lutas contra a exploração se movem na direção oposta. São lutas que visam a criação de divisões do trabalho tão autônomas quanto possível da divisão axial do trabalho da economia capitalista mundial. O sucesso desse tipo de luta geralmente implica (1) o incumbir-se, por parte do Estado semiperiférico, de uma ampla gama de atividades, independente de vantagem comparativa, (2) a auto-exclusão do Estado semiperiférico de relações de troca desigual com os Estados do núcleo orgânico e (3) um envolvimento ativo em relações de troca desigual, nas quais o Estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra bem remunerada a Estados periféricos em troca de mercadorias que incorporam mão-de-obra mal remunerada.

Lutando nessas duas direções, os Estados semiperiféricos podem se manter à frente da pobreza dos Estados periféricos mas, enquanto grupo, nunca podem transpor o golfo que separa sua riqueza da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico. O êxito nesse tipo de luta tem suas limitações inerentes. O próprio êxito das lutas contra a exclusão leva a uma exploração mais intensiva ou extensiva dos Estados semiperiféricos por parte dos Estados do núcleo orgânico e, portanto, acentua a capacidade desses últimos de excluir os primeiros das atividades mais compensadoras e do uso ou gozo dos recursos escassos. O próprio êxito das lutas contra a exploração leva a uma auto-exclusão do acesso aos mercados mais ricos e às fontes mais dinâmicas de inovações.

Os Estados, individualmente, podem conseguir, e conseguem, cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza oligárquica do núcleo orgânico, como ocorreu com o Japão recentemente e com alguns outros antes do Japão. Mas os êxitos, individualmente, levam a um retesamento das tendências excludoras e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás. Fica, portanto, inerentemente mais e mais difícil subir de status.

Isso não significa que as lutas dos Estados semiperiféricos contra a exclusão e a exploração são ineficazes. Pelo contrário,

é exatamente sua capacidade de travar com sucesso essas lutas que impede os Estados semiperiféricos de cair na pobreza abismal dos Estados periféricos. Infelizmente, isso não é motivo de orgulho, pelo menos de um ponto de vista humanitário. Como vimos, o sucesso na luta contra a exclusão geralmente implica uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais os Estados semiperiféricos buscam especialização; e o sucesso na luta contra a exploração geralmente implica uma maior exploração dos Estados periféricos pelos Estados semiperiféricos.

De um modo ou de outro, uma piora das condições dos Estados periféricos, enquanto grupo, é um requisito do sucesso dos Estados semiperiféricos em obter e reter riqueza democrática. Portanto, nem todos os Estados podem ser ou se tornar semiperiféricos. Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia da semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado desse modo aos outros.⁴

⁴ Como observa Wallerstein (1979:76), a ideologia do desenvolvimento é meramente a versão global da Filosofia do Girino de R.H. Tawney: "É possível que girinos inteligentes se resignem com a inconveniência de sua posição, ao refletir que, embora a maioria vá viver e morrer como girinos e nada mais, os mais afortunados da espécie um dia perderão seu rabo, distenderão sua boca e estômago, pularão lepidamente para a terra seca e coaxarão discursos para seus ex-amigos sobre as virtudes pelas quais girinos de caráter e capacidade podem ascender à condição de sapos. Essa concepção de sociedade pode ser descrita, talvez, como a Filosofia do Girino, uma vez que o consolo que oferece para os males sociais consiste na declaração de que indivíduos excepcionais podem conseguir escapar deles ... E que visão da vida humana essa atitude sugere! Como se as oportunidades para a ascensão de talentos pudessem ser igualadas numa sociedade em que são desiguais as circunstâncias que os cercam desde o nascimento! Como se fosse natural e adequado que a posição da massa da humanidade pudesse ser permanentemente tal que lhe permitisse atingir a civilização escapando dela! Como se o uso mais nobre dos poderes excepcionais fosse bracejar até a praia, sem se deixar deter pelo pensamento nos companheiros que se afogam!" (Tawney, como citado por Wallerstein 1979:101).

Ilusões do Desenvolvimento: 1938-1983

Riqueza é renda de longo prazo. Se as alegações da análise dos sistemas mundiais têm alguma validade, a observação da distribuição de rendas entre as diversas jurisdições políticas da economia capitalista mundial, ao longo de períodos de tempo relativamente longos, deveria revelar a existência de três padrões separados de riqueza que correspondem à riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico, à riqueza democrática dos Estados semiperiféricos e à não-riqueza, isto é, à pobreza, dos Estados periféricos. Deveria também revelar que a grande maioria dos Estados tem sido incapaz de transpor os golfos que separam a pobreza dos Estados periféricos da riqueza modesta dos Estados semiperiféricos, e a riqueza modesta dos Estados semiperiféricos da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico.

Isso é exatamente o que uma pesquisa feita por Arrighi e Drangel (1986) revelou. Através do exame da distribuição da população mundial pelo log do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita para os anos de 1938, 1948, 1950, 1960, 1965, 1970, 1975, 1980 e 1983, eles observaram um padrão trimodal recorrente nos dados.⁵ Eles consideraram os valores de

⁵ Como o uso do PNB per capita para identificar a posição dos Estados na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial tem sido largamente questionado (entre outros por Chase-Dunn 1989; Smith e White 1989; Glenday 1989), dois esclarecimentos sobre seu uso por Arrighi e Drangel se fazem necessários. Em primeiro lugar, eles usam o PNB per capita apenas como uma medida do comando econômico relativo sobre os recursos mundiais pelos residentes de diferentes jurisdições políticas. Dito de outro modo, eles tentam medir o comando exercido pelos residentes de uma dada jurisdição sobre os recursos possuídos pelos residentes de todas as outras jurisdições, em relação ao comando exercido pelos últimos sobre os recursos possuídos pelos primeiros. Nenhuma significação é, conseqüentemente, atribuída ao PNB per capita, exceto em relação a todos os PNBs per capita dos outros Estados no sistema, sendo que cada PNB recebe um peso correspondente à sua parcela de população mundial.

Em segundo lugar, o comando econômico relativo nesse sentido é usado para avaliar a posição do Estado na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial apenas por meio de múltiplas observações que cobrem um período tão longo quanto permite a disponibilidade de dados. As diferentes

renda correspondentes aos três modos como indicativos de posições periféricas, semiperiféricas e centrais, e os valores de renda correspondentes às depressões nas distribuições como indicativos de golfos ou limiares que separam a periferia da semiperiferia e a semiperiferia do núcleo orgânico. Eles designaram o primeiro tipo de limiar de “perímetro da periferia” (PP) e o segundo tipo de “perímetro do núcleo orgânico” (PNO). Um total de cinco posições foi portanto identificado: (1) a periferia, (2) o perímetro da periferia, (3) a semiperiferia, (4) o perímetro do núcleo orgânico e (5) o núcleo orgânico.

A distribuição da população mundial entre as cinco posições ao longo do período de 1938-1983 é mostrada na Figura 1. Os espaços que separam a periferia e a semiperiferia e a semiperiferia e o núcleo orgânico correspondem ao perímetro da periferia e ao perímetro do núcleo orgânico, respectivamente. A interrupção entre 1940 e 1950 designa uma mudança na fonte dos dados. A característica mais notável dessa distribuição é sua estabilidade de longo prazo, apesar das mudanças consideráveis no tamanho relativo das três zonas no prazo mais curto. Se tivermos em mente que a riqueza é renda de longo prazo, essa discrepância pode ser interpretada como uma indicação de uma maior estabilidade da distribuição da população mundial por classes de riqueza do que por classes de renda. Ano a ano, ou mesmo década a década, as variações na distribuição da população mundial por classes de renda não são necessariamente sintomáticas de uma mudança na estrutura de três camadas da economia capitalista mundial. Apenas as variações a prazos mais longos na distribuição de renda podem nos permitir perceber essa estrutura. Como pode ser visto a

zonas (ou camadas) da economia mundial são definidas pela distribuição da população mundial pelo PNB per capita em momentos específicos no tempo. Mas um Estado é definido como um membro orgânico de uma dada zona apenas se ele parecer ter se posicionado numa dada zona pelo período inteiro de 45 anos coberto pela análise. O fundamento lógico desse procedimento é que é somente ao longo do tempo que se pode considerar que o PNB per capita mede a “riqueza” e não a “renda”.

partir da Figura 1, meio século é provavelmente o período mais curto que deveríamos considerar, a fim de evitar grandes distorções das tendências.

A Figura 1 não nos diz nada sobre “golfos” que separam o núcleo orgânico, a periferia e a semiperiferia, nem nos diz nada sobre se esses golfos, se é que eles existem, são “transponíveis” ou não. Para se ter alguma percepção sobre essas questões, devemos investigar a composição da periferia, semiperiferia e núcleo orgânico em termos dos Estados incluídos em cada zona e como ela se alterou durante o período de 1938-1983. A informação relevante é dada no Quadro 1.

Os Estados que não mudaram de posição estão localizados nos quadrados que se situam ao longo da diagonal, do quadrado superior esquerdo, núcleo orgânico-núcleo orgânico, até o quadrado inferior direito, periferia-periferia. As diagonais em cada lado dessa diagonal principal (registros nas diagonais a partir dos dois quadrados, núcleo orgânico-perímetro do núcleo orgânico, do lado esquerdo superior, até os dois quadrados, periferia-perímetro da periferia, do lado direito inferior) contêm Estados que se movimentaram, mas apenas de uma zona para seus perímetros contíguos – sem cruzar a própria fronteira. Ao somar os registros nos quadrados ao longo dessas três diagonais, descobrimos que 88 dos 93 países, que respondem por 94 por cento da população total, estavam, de 1975-1983, ainda nas ou dentro das fronteiras da zona na qual estavam localizados em 1938-1950.

No período como um todo, a “mobilidade” ascendente e descendente na hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial foi realmente excepcional. Além do caso duvidoso da Líbia⁶, as exceções foram dois casos de mobilidade ascendente,

⁶ Por alguma razão, que seria interessante investigar, a Líbia tem o poder de provocar fortes emoções, não apenas entre políticos, mas também entre cientistas sociais. O fato de a Líbia ter, de acordo com Arrighi e Drangel (1986:44), ascendido a uma posição de núcleo orgânico, na década de 70, foi considerado por muitos como razão suficiente para descartar como inválida toda a sua metodologia. Um periódico italiano recusou o artigo apa-

da semiperiferia para o núcleo orgânico (Japão e Itália), um de transição da periferia para a semiperiferia (Coreia do Sul, à qual poder-se-ia acrescentar Taiwan, se houvesse dados disponíveis para os últimos anos) e um caso de mobilidade descendente, da semiperiferia para a periferia (Gana).

rentemente apenas por essa razão. Glenday afirma honestamente que ele “é cético em relação a uma metodologia que levaria a incluir a Líbia no núcleo orgânico, ao passo que relega a URSS à semiperiferia” (1989:212). Num estilo mais sério, mas semelhante, Chase-Dunn (1989:209) declarou que “[o] fato de Arrighi e Drangel... afirmarem que a Líbia passou a fazer parte do núcleo orgânico (baseados no seu uso do PNB per capita como medida do status de núcleo orgânico) revela a debilidade da sua identificação de atividade de núcleo orgânico com ganhos de curto prazo baseados em qualquer tipo de atividade. A Líbia está assentada numa fortuna em petróleo, mas, por qualquer medida que não seja o PNB per capita, a Líbia evidentemente não é um Estado do núcleo orgânico”.

Já que a posição atribuída à Líbia parece ser o teste definitivo da validade da análise de Arrighi e Drangel, farei uma longa citação de uma carta que escrevi para Chase-Dunn em 20 de maio de 1987, em resposta à sua crítica: Deixe-me salientar, em primeiro lugar, que não incluímos a Líbia (ou ainda a Itália ou o Japão) entre os membros *orgânicos* da zona do núcleo. Pessoalmente, tenho sérias dúvidas de que ela jamais se torne um deles, do mesmo modo que estou certo de que o Japão já se tornou um deles (Não tenho uma opinião forte sobre a Itália, seja numa direção, seja na outra).

... Entretanto, se, por acaso, o PNB per capita da Líbia da década de 90 ou de 2000 ainda colocar a Líbia no interior da zona do núcleo orgânico, não vejo razão para não incluí-la entre os membros orgânicos da zona do núcleo, independente do modo como sua posição de núcleo orgânico foi conquistada inicialmente e reproduzida subsequente.

Sua afirmação de que, no momento, a Líbia está onde está, no *ranking* do PNB per capita, porque ela está assentada sobre um poço de petróleo é indiscutível. Contudo, não posso deixar de perguntar: “e daí?” Dos dez Estados definidos no seu artigo como membros orgânicos do núcleo (p. 69), pelo menos quatro (Austrália, Canadá, Nova Zelândia e os EUA), e, possivelmente, outros dois (Noruega e Suécia) entraram originalmente na zona do núcleo orgânico graças (entre outras coisas) ao fato de estarem assentados numa dotação extremamente favorável de recursos materiais por cabeça de população. Ao mesmo tempo, há pelo menos outros tantos Estados (Argentina, Rússia, África do Sul e Brasil sendo apenas os exemplos mais óbvios) que, em algum momento de sua história, tiveram uma dotação igualmente favorável, mas nunca se tornaram membros temporários, quanto mais orgânicos, da zona do núcleo. Em resumo, “estar assentado” sobre recursos específicos (ou em localidades específicas) não é condição nem necessária nem suficiente para se tornar membro estável da zona do núcleo orgânico.

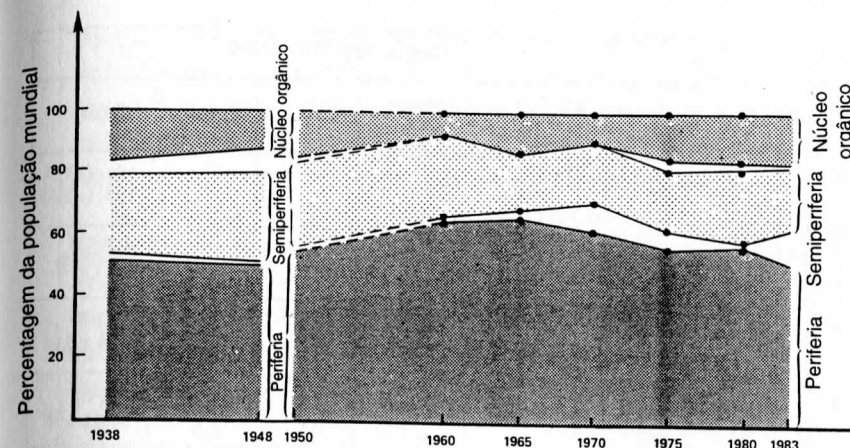


Figura 1
Porcentagem da População Mundial nas Três Zonas.
Fonte: Arrighi e Drangel (1986, 39).

A fim de estabilizar sua atual posição de núcleo orgânico, a Líbia deve atender a uma série de exigências que dependem apenas parcialmente da “vontade e inteligência” de seus empreendedores políticos e econômicos. Ser cético a respeito das chances dessa estabilização significa ser cético a respeito do poder dessa “vontade e inteligência” em relação às forças sistêmicas que estão além do controle dos empreendedores da Líbia. Somente o tempo poderá dizer se esse ceticismo é bem fundado. Enquanto isso, a posição de núcleo orgânico, mais ou menos temporária da Líbia, é muito real e é medida adequadamente pelo seu PNB per capita. Pois os residentes líbios têm um comando sobre os recursos econômicos mundiais que é igual ao de outros membros da zona do núcleo (orgânicos ou não). Esse comando foi exercido não apenas através da importação de mercadorias, mas também através da aquisição de força de trabalho estrangeira para uso/exploração dentro da Líbia e reivindicações sobre os lucros de empresas do núcleo (por exemplo, Fiat). O comando definitivamente esteve lá. O modo particular como foi (está) sendo usado é outra questão e uma das razões por que eu penso que as chances da Líbia de tornar-se um membro orgânico da zona do núcleo são exíguas.

A isso, tenho apenas que acrescentar que o último *World Development Report* (Banco Mundial 1989, informando sobre o PNB per capita para 1987) fornece números para o PNB per capita da Líbia que a colocam de volta na semiperiferia, como previsto pelo ceticismo expresso na carta.

		Posição em 1938-1950					
		Núcleo orgânico	PNO	Semi-periferia	PP	Periferia	Total
Posição em 1975-1983	Núcleo orgânico	(a) 11 (b) 13.1 (c) 10.4	4 2.6 1.8	3 5.6 4.3			18 (+7) 165. (+3.4)
	PNO	(a) (b) (c)	1 0.1 0.1	4 1.4 1.2			5 (-1) 1.3 (-2.0)
	Semiperiferia	(a) (b) (c)	1 0.6 0.8	23 18.6 17.6	5 0.8 1.0	1 0.8 1.0	30 (-3) 20.4 (-5.9)
	PP	(a) (b) (c)		2 0.5 0.7	4 0.3 0.5	2 2.7 3.5	8 (-5) 4.7 (+2.4)
	Periferia	(a) (b) (c)		1 0.2 0.3	4 1.2 1.5	27 51.6 55.5	32 (+2) 57.3 (+2.2)
	Total	(a) 11 (b) 13.1 (c)	6 3.3	33 26.3	13 2.3	30 55.1	93 (0) 100.0 100.0

Quadro 1

Posição dos Estados em 1975-1983, em comparação com suas posições em 1938-1950.

Fonte: Arrighi e Drangel (1986, 43).

Notas: (a) Número de Estados
(b) Porcentagem de população em 1950
(c) Porcentagem de população em 1970

Ainda mais interessante é o fato de a mobilidade ter sido maior ao longo de períodos curtos do que ao longo do período inteiro. Ao comparar as posições dos Estados, como no Quadro 1, porém, para dois subperíodos (1938-1950 a 1960-1970 e 1960-1970 a 1980-1983), Arrighi e Drangel mostram que ambos os subperíodos se caracterizaram por maior mobilidade global do que todo o período de 1938-1950 a 1980-1983 – sendo o primeiro subperíodo caracterizado por maior mobilidade global descendente e o segundo subperíodo sendo caracterizado por maior mobilidade global ascendente. Essa descoberta é interessante por duas razões relacionadas. Em primeiro lugar, ela confirma a observação feita anteriormente

de que a distribuição de riqueza (isto é, de renda de longo prazo) é mais estável do que a distribuição de renda de curto prazo. Os altos e baixos na renda relativa podem significar muito pouco, do ponto de vista da hierarquia subjacente de riqueza, que, de fato, pode permanecer bastante estável.

Se é disso que se trata, então a descoberta é interessante também porque ela revela uma fonte importante da ilusão desenvolvimentista. Ao considerar períodos relativamente curtos como unidade de análise (e períodos de vinte a vinte e cinco anos parecem realmente ser a norma), os estudos sobre desenvolvimento podem facilmente confundir com avanço econômico generalizado aquilo que é, de fato, apenas um movimento ascendente num movimento pendular que simplesmente traz as coisas de volta aonde elas estavam, quarenta a quarenta e cinco anos antes. Ao longo desse movimento pendular, pode haver algum reordenamento dos Estados nas diversas posições (Coréia do Sul para cima, Gana para baixo), ou até mesmo casos genuínos de mobilidade ascendente (Japão e Itália). Não obstante, quando a poeira se assenta, os verdadeiros casos de avanço econômico provam ser a exceção, ao passo que a idéia de que muitos estavam avançando prova ter sido uma ilusão.

A análise da composição do núcleo orgânico, periferia e semiperiferia e de suas mudanças ao longo do tempo, nos permite identificar grupos de Estados que permaneceram consistentemente no interior de ou nas fronteiras de uma dada posição durante todo o período de quarenta e cinco anos. Arrighi e Drangel identificam 75 desses Estados dos 93 incluídos na sua análise e os chamam de membros “orgânicos” das três posições estruturais da economia mundial – 10 no núcleo orgânico, 21 na semiperiferia e 44 na periferia.⁷ Os dados sobre esses membros orgânicos são então usados para construir

⁷ O procedimento exato seguido na classificação dos Estados, nessas três categorias, é detalhado no Apêndice III do artigo de Arrighi e Drangel, que também fornece uma lista completa dos membros orgânicos das três zonas (1986:65-71).

índices de centralidade, perifericidade e semiperifericidade que, presumivelmente, refletem características mais estruturais (de longo prazo) do que conjunturais (de curto prazo) das três posições.

O primeiro conjunto de índices diz respeito ao “comando econômico relativo”, tal como medido pelas médias ponderadas às quais se aplicou o log e a amplitude (desvio-padrão médio para mais/menos) do PNB per capita dos membros orgânicos das três posições. Esses índices são representados na Figura 2 e nos fornecem uma imagem visual notável dos golfos intransponíveis que separam a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico e a riqueza democrática dos Estados semiperiféricos e esses últimos da pobreza dos Estados periféricos.

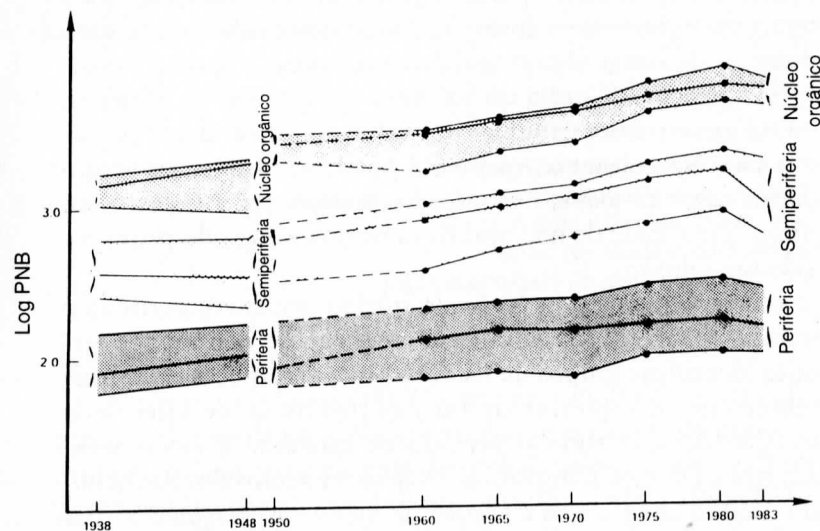


Figura 2
Tendências no comando econômico relativo (médias ponderadas e amplitudes do PNB per capita dos membros orgânicos).
Fonte: Arrighi e Drangel (1986, 50).

Quando olhamos para grupos de Estados, ao invés de para Estados individualmente, a hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial parece estar tão bem entrincheirada hoje quanto estava cinquenta anos atrás. Durante o período como

um todo, o comando econômico relativo do núcleo orgânico, em relação à periferia e à semiperiferia, aumentou, ao passo que o da semiperiferia, em relação à periferia, permaneceu mais ou menos o mesmo. O núcleo orgânico, a periferia e a semiperiferia, enquanto posições estruturais, estão tão separados hoje quanto sempre estiveram.

Certamente, nesse quadro houve também períodos nos quais uma das ou ambas as distâncias se estreitaram (por exemplo, 1950-1960, quando ambas se estreitaram). Mas sempre que um estreitamento ocorreu, logo se seguiu uma ampliação para restabelecer a distância. Particularmente notável, nesse aspecto, é o colapso absoluto e relativo de ambos os índices da semiperiferia (média ponderada e amplitude do PNB) – um colapso, incidentalmente, que foi confirmado pelas tendências desde 1983. Esse colapso mostra como os ganhos absolutos e relativos de trinta anos podem ser aniquilados no curto espaço de três anos.⁸ Já que o colapso foi intimamente associado à explosão da chamada crise da dívida mundial, ele também

⁸ Essa descoberta mostra as sérias limitações do teste empírico de Robert W. Jackman, daquilo que ele chama de Efeito Mateus (de Mateus 13,12, “Pois aquele que tem, a ele será dado, e ele terá mais abundância; mas aquele que não tem, dele será tirado aquilo que tem”). Retrocedendo as taxas médias de crescimento anual no PNB per capita, de 1960 a 1978, ao PNB per capita, 1960, ele descobre que “há poucas evidências do tão discutido efeito Mateus nos lugares onde o núcleo orgânico experimentou taxas mais altas de crescimento do que a periferia”. Ao invés disso, suas estimativas “sugerem um efeito Mateus modificado *no interior* dos países do Terceiro Mundo, de tal modo, que os inicialmente mais ricos desses países cresceram mais rapidamente do que o Ocidente que, por sua vez, cresceu mais rápido do que os países mais pobres do Terceiro Mundo. É importante lembrar, no entanto, que mesmo esse efeito Mateus modificado não é forte” (Jackman 1982: 193-95). Como se pode ver na Figura 2 no texto, as descobertas de Jackman dizem respeito a um período (1960-78) em que a semiperiferia orgânica (e, portanto, os países mais ricos do Terceiro Mundo) teve um desempenho excepcionalmente bom em relação tanto ao núcleo orgânico quanto à periferia orgânica. Mas a Figura 2 também mostra que, se fôssemos estender a análise de Jackman para além de 1980, provavelmente encontraríamos uma forte corroboração para a hipótese de um efeito Mateus não apenas entre os ricos e os pobres, mas também entre os super-ricos e os moderadamente ricos.

mostra que as transferências unilaterais de recursos monetários são uma arma tão eficaz quanto qualquer outra na manutenção dos Estados periféricos e semiperiféricos em seu lugar.

Nesse aspecto, uma comparação entre os índices representados na Figura 2 e aqueles da Figura 3 é extremamente instrutiva. A Figura 3 mostra dois índices alternativos do grau de industrialização dos membros orgânicos das três zonas. Eles mostram, inicialmente, uma ampliação da distância entre o núcleo orgânico e a periferia e semiperiferia e, depois, um fechamento progressivo e marcado da distância que, segundo um dos índices, culmina na superação do núcleo orgânico pela semiperiferia em grau de industrialização.

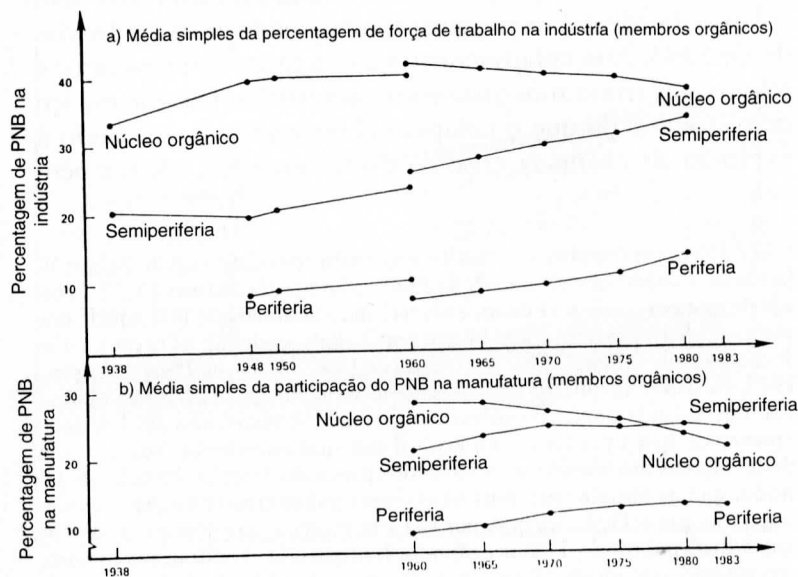


Figura 3

Tendências no grau de Industrialização.

Porcentagem do PIB na "manufatura"

a) médias simples da porcentagem de força de trabalho empregada na "indústria" (membros orgânicos)

b) média simples da parcela do PIB na manufatura (membros orgânicos)

Para aqueles que não conseguem ver a diferença entre industrialização e avanço econômico, esse estreitamento de distâncias é considerado como evidência de um desenvolvimento e equiparação generalizados. Na realidade, o foco na industrialização é uma outra fonte de ilusões desenvolvimentistas. Comparando as Figuras 2 e 3, podemos ver claramente que o estreitamento da diferença de industrialização foi combinado a uma estabilidade básica da diferença no comando econômico relativo e que a superação final do núcleo orgânico pela semiperiferia em grau de industrialização corresponde ao colapso do comando econômico absoluto e relativo dessa última. Dessa perspectiva, a expansão da industrialização aparece não como desenvolvimento da semiperiferia, mas como periferação de atividades industriais.

[A] industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. Essa descoberta ilustra o processo, enfatizado em nossa conceituação anterior, pelo qual a tentativa generalizada, por parte dos atores econômicos e políticos, de capturar o que, em qualquer momento dado, são atividades de núcleo orgânico, estimula a competição que transforma essas atividades em atividades periféricas (II.6). No decênio de 1940, as atividades industriais (ou, pelo menos, muitas delas) eram de fato atividades de núcleo orgânico. Na década de 50, atraídos pelos "prêmios espetaculares" jogados a essas atividades, os atores políticos e econômicos da periferia e semiperiferia se atiraram à "industrialização". No início, colheram alguns benefícios e com isso induziram outros a fazer o mesmo. Nas décadas de 60 e 70, entretanto, as atividades industriais se tornaram cada vez mais superlotadas de modo que não apenas os prêmios espetaculares desapareceram, mas até mesmo os benefícios menores colhidos pelos primeiros atrasados se transformaram progressivamente nas perdas generalizadas da década de 80 (Arrighi e Drangel 1986:56-57).

A Política de Desenvolvimento Semiperiférico

O fato de a industrialização da semiperiferia não ter alterado a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial não significa que nada mudou. Pelo contrário,

a industrialização da semiperiferia foi parte de uma revolução social mais ampla que mudou radicalmente as condições de acumulação em escala mundial. Como observou Eric Hobsbawm, “O período de 1950 a 1975 ... assistiu à mudança social mais espetacular, rápida, abrangente, profunda e global já registrada na história mundial [...] [Este] é o primeiro período em que o campesinato se tornou uma minoria, não apenas em países industriais desenvolvidos – em vários deles permaneceu muito forte – mas mesmo em países do Terceiro Mundo” (1986:13).

Esse aumento súbito da proletarização do mundo criou tensões e contradições que irão influenciar decisivamente a política da economia mundial nas próximas gerações. A semiperiferia é o epicentro dessas tensões e contradições. Processos generalizados de proletarização e industrialização dotaram o proletariado industrial da semiperiferia de um poder social comparável àquele anteriormente desfrutado somente pelo proletariado do núcleo orgânico, mas num contexto nacional de privação relativa há muito esquecido (se é que jamais foi experimentado) nos Estados do núcleo orgânico. Essa combinação de poder social proletário e privação relativa está na raiz da “crise geral de ditaduras” que varreu a semiperiferia nas décadas de 70 e 80.

A democracia parlamentar nunca se sentiu em casa na semiperiferia. Os últimos quarenta anos não foram exceção. Dos vinte e dois Estados que se qualificam como membros orgânicos da semiperiferia, apenas dois Estados comparativamente pequenos (a Costa Rica e a Irlanda) foram governados, ao longo dos quarenta anos, por uma democracia parlamentar aparentada com aquela dos Estados do núcleo orgânico. Dois outros pequenos Estados (a Jamaica e Trinidad e Tobago) tiveram uma experiência semelhante, mas somente a partir do momento em que se tornaram independentes da Grã-Bretanha, no início da década de 60. Com a exceção desses quatro Estados, que respondem por 1,3 por cento da população total da semiperiferia orgânica, todos os outros Estados situados na camada intermediária da hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial foram governados por regimes autoritários durante parte do ou todo o período dos últimos quarenta anos.

Deixando de lado os casos especiais de Hong-Kong (uma colônia britânica ao longo de todo o período), de Israel e da África do Sul (a serem tratados na parte final do capítulo), os outros quinze Estados, que respondem por 92,6 por cento da população total da semiperiferia orgânica, experimentaram dois tipos de regime autoritário. Um dos tipos foi experimentado, durante períodos variáveis de tempo, por Estados semiperiféricos orgânicos da América Latina e sul da Europa, com a exceção da Costa Rica (Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Panamá, México, Portugal, Espanha, Grécia e Turquia). O outro tipo dominou, durante todo o período, a URSS e as “democracias populares” do Leste Europeu, algumas das quais também se qualificam como membros orgânicos da semiperiferia.⁹

Não obstante suas diferentes origens, formas e designações (fascistas, corporativistas, burocrático-autoritários, militares e assim por diante), os regimes autoritários do primeiro tipo se caracterizaram por uma predisposição comum que os dife-

⁹ Nessa e na próxima seção, concentrar-me-ei nos vinte e um Estados que Arrighi e Drangel identificam como membros orgânicos da semiperiferia. A eles, acrescento a Polônia, que foi excluída da análise, junto com quatro outros Estados do Leste Europeu (República Democrática Alemã, Tchecoslováquia, Bulgária e Albânia), por falta de dados confiáveis. Os dados que temos sugerem que a Polônia foi quase certamente um membro orgânico da semiperiferia, assim como a Hungria, a URSS e a Romênia. A República Democrática Alemã e a Tchecoslováquia foram provavelmente membros “precários” do núcleo orgânico e a Bulgária e Albânia, ou membros “precários” da semiperiferia ou membros móveis, mais ou menos ascendentes, da periferia.

Por membros “precários” do núcleo orgânico (semiperiferia), me refiro a Estados que faziam parte do núcleo orgânico (semiperiferia) no início e no final do período de 1938 a 1983, mas foram temporariamente rebaixados ao status semiperiférico (periférico) em algum momento na metade do período. Os Estados semiperiféricos precários mais importantes foram Argélia, Brasil, Colômbia, Irã, Iraque, Malásia e Síria. Esses Estados, juntamente com os Estados semiperiféricos móveis ascendentes, não são considerados nessa e na próxima seção porque meu objetivo é construir uma tipologia preliminar de regimes políticos semiperiféricos que exerçam controle em favor da estabilidade na hierarquia de riqueza da economia mundial. Uma pesquisa futura deveria verificar se e como essa tipologia pode ser estendida com proveito a fim de incluir os Estados semiperiféricos precários e móveis ascendentes.

rencia claramente dos regimes autoritários do segundo tipo.

- Essa predisposição comum foi (1) preservar as extremas desigualdades de classe na distribuição da riqueza pessoal no interior de seu território e (2) desempenhar funções subordinadas nos processos globais de acumulação do capital.

O fato de os Estados semiperiféricos enquanto grupo não conseguirem alcançar os padrões nacionais de riqueza estabelecidos pelos Estados do núcleo orgânico não significa que classes ou grupos específicos no interior da semiperiferia não desfrutem de padrões de riqueza análogos àqueles de seus sucedâneos no núcleo orgânico. Pelo contrário, frações das classes alta e média da semiperiferia sul-européia e latino-americana têm tradicionalmente desfrutado padrões de riqueza que se compararam bastante favoravelmente às de suas sucedâneas nos Estados do núcleo orgânico. Essas frações são menos numerosas em relação à população total do que no núcleo orgânico, mas são igualmente ricas. O outro lado da moeda foi uma pobreza maciça para as classes mais baixas da semiperiferia que se assemelha ou mesmo excede àquela de suas sucedâneas na periferia.¹⁰

Confrontados com esse tipo de extrema desigualdade na distribuição de riqueza pessoal, os regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana, geralmente desempenharam uma de duas funções. Ou eles protegeram a acumulação e o gozo da riqueza oligárquica pelas classes alta e média das exigências e lutas das massas excluídas e exploradas, ou eles regularam a transferência de riqueza oligárquica de uma fração para outra das classes alta e média. Em todo caso, os regimes autoritários, diferentemente dos regimes autoritários da URSS e do Leste Europeu, raramente, se é que alguma vez, minaram as bases estruturais da riqueza oligárquica e da pobreza maciça no interior de seus territórios. Na medida em que essas bases foram minadas, a principal força

¹⁰ Essa afirmação condiz com a "curva em U invertida", largamente observada, que descreve a relação entre níveis de "desenvolvimento econômico" e desigualdade de renda (ver Bornschier e Chase-Dunn 1985; Kuznets 1963; Nolan 1983; Weede 1980).

em ação foi a revelação de tendências mundiais, que as elites dirigentes desses Estados nem iniciaram nem controlaram.

Essas tendências sistêmicas mundiais podem remontar aos efeitos de longo prazo das agudas rivalidades hegemônicas intranúcleo orgânico da primeira metade do século XX. Essas rivalidades deram um impulso tremendo ao desenvolvimento do operariado organizado nos Estados do núcleo orgânico e de movimentos de libertação nacional na periferia. Como resultado desses desdobramentos paralelos, que puderam ser desfrutados depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados do núcleo orgânico e as empresas capitalistas foram forçados a fazer grandes concessões ao operariado organizado, enquanto sua capacidade de contrabalançar essas concessões com uma exploração mais extensiva e intensiva dos recursos humanos e naturais da periferia se tornou mais limitada do que havia sido anteriormente. Nessas circunstâncias, tornou-se cada vez mais lucrativo para as empresas capitalistas do núcleo orgânico estabelecer e expandir unidades produtivas na semiperiferia e/ou recrutar mão-de-obra na semiperiferia para exploração no próprio núcleo orgânico.¹¹

Os regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana encorajaram ativamente tanto a instalação de unidades produtivas em seus territórios quanto o recrutamen-

¹¹ A preferência histórica das empresas do núcleo orgânico pela semiperiferia, em vez da periferia (já que essa última havia sido descolonizada), enquanto espaço de produção e fonte de mão-de-obra, não obstante os salários mais baixos da periferia, se deve a várias razões. Algumas são puramente geográficas: acontece que a maioria dos Estados semiperiféricos está mais próxima das regiões centrais do que os Estados periféricos. Algumas são culturais: acontece que a maioria dos Estados semiperiféricos está mais próxima, do ponto de vista da civilização, dos Estados centrais do que a maioria dos Estados periféricos. Algumas são estritamente econômicas: os mercados domésticos (inclusive os mercados de mão-de-obra) da maioria dos Estados semiperiféricos são mais desenvolvidos do que os da maioria dos Estados periféricos. Como veremos, entretanto, todas essas vantagens comparativas da semiperiferia, em relação à periferia, estão sujeitas a erosão através do uso extensivo, e se tornam menos importantes com a intensificação das pressões competitivas sobre as empresas do núcleo orgânico para cortar custos de mão-de-obra.

to da mão-de-obra de seus territórios, em pronunciado contraste com os regimes autoritários da URSS e Leste Europeu, que se opuseram ativamente a ambos (com a exceção parcial da Iugoslávia, no que dizia respeito a recrutamento de mão-de-obra). Na realidade, do começo da década de 50 até a metade da década de 70, o suprimento de espaços produtivos seguros e rentáveis para as empresas capitalistas do núcleo orgânico e a oferta de força de trabalho comparativamente barata e disciplinada para exploração no interior de seus territórios ou, via migração, nos Estados do núcleo orgânico, tornaram-se a principal vocação dos regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana. A principal atração dessa vocação foi que ela prometeu, e na maioria dos casos realmente entregou, excedentes temporários, mas substanciais de moedas fortes, que podiam ser usadas para manter, reproduzir e expandir a riqueza oligárquica, desfrutada pelas frações mais afortunadas das classes alta e média desses Estados. A mais longo prazo, entretanto, essa "abertura" dos regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana estava fadada ao fracasso.

Quanto mais os Estados semiperiféricos competiam entre si no fornecimento de espaços produtivos seguros e rentáveis e de suprimento de mão-de-obra barata e disciplinada, piores eram os termos que cada um deles obtinha pelo desempenho dessas funções subordinadas na acumulação global do capital. Além disso, a expansão da urbanização e a participação cada vez mais ampla de suas forças de trabalho em processos de produção e troca do núcleo orgânico, em casa ou fora, exauriram progressivamente suas reservas comparativamente grandes de mão-de-obra não-remunerada, nas quais se assentara anteriormente a competitividade de seus suprimentos de mão-de-obra. À medida que os suprimentos de mão-de-obra da semiperiferia sul-européia e latino-americana se tornaram menos competitivos, em termos absolutos e em comparação com a força de trabalho de localidades centrais e periféricas selecionadas, os benefícios, para o capital do núcleo orgânico, de expandir a produção nessas regiões ou de recrutar sua mão-de-obra, so-

freram um decréscimo correspondente e os excedentes anteriores de moeda forte se transformaram em déficits elevados.

Até certo ponto, o poder social crescente da massa proletária cada vez maior dessas regiões podia ser, e foi, mantido sob controle por um uso mais intensivo e extensivo de métodos coercitivos. Com o passar do tempo, entretanto, os métodos coercitivos não conseguiram acompanhar a contradição crescente de um processo de proletarização e industrialização que aumentou o poder social das classes mais baixas, sem minorar significativamente sua penúria maciça. A substituição progressiva de regimes autoritários por democracias parlamentares que caracterizou a semiperiferia sul-européia e latino-americana desde 1974 pode ser interpretada como evidência da falta de habilidade do poder coercitivo de manter indefinidamente sob controle as contradições do desenvolvimento semiperiférico pró-sistêmico.¹² Se a democracia parlamentar, que se apóia muito mais no consentimento, pode controlar ou não essas contradições mais efetivamente do que os regimes autoritários, é uma questão à qual voltaremos na seção final do capítulo.

No momento, vamos observar que os regimes autoritários pró-sistêmicos da semiperiferia sul-européia e latino-americana não são os únicos a ter vivido uma crise. A crise também alcançou ultimamente os regimes autoritários da semiperiferia soviética e leste-européia. Como já mencionado, esses regimes autoritários buscaram políticas, frente às desigualdades de classe no interior de seus territórios e frente aos processos de acumulação capitalista da economia mundial, que contrastam agudamente com aquelas buscadas pelos regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana, pelo menos até a presente crise. Se a orientação desses últimos pode ser caracterizada como "pró-sistêmica", a daqueles bem pode merecer a designação de "anti-sistêmica".

¹² A rápida sucessão de "crises na ditadura" no sul da Europa (Grécia, Portugal e Espanha), pode ser considerada como o divisor de águas entre as fases "autoritária" e "democrática" do desenvolvimento semiperiférico pró-sistêmico.

Essa orientação anti-sistêmica não foi pura retórica. Nas relações intra-Estado, ela se expressou numa revolução mais ou menos completa na distribuição de riqueza pessoal, que foi extensivamente “democratizada”, no sentido de que, comparativamente falando, a riqueza oligárquica foi amplamente eliminada e a pobreza maciça consideravelmente minorada. Nas relações inter-Estados, ela se expressou numa recusa, sustentada pela força, em desempenhar o tipo de papel subordinado, nos processos globais de acumulação de capital, que foi desempenhado pela semiperiferia sul-européia e latino-americana. Até muito recentemente, suas “portas” ficaram tão fechadas quanto possível, tanto ao investimento estrangeiro direto quanto (com a exceção da Iugoslávia) ao recrutamento de mão-de-obra para exploração no exterior. O caráter coercitivo desses regimes se relacionou intimamente à busca desses objetivos anti-sistêmicos.

O objetivo e a dinâmica dos processos de proletarização e industrialização na semiperiferia soviética e leste-européia foram, conseqüentemente, muito diferentes do que foram na semiperiferia sul-européia e latino-americana. Como já observado, nessa última, os processos foram principalmente a expressão de forças sistêmicas mundiais que as elites dirigentes locais nem iniciaram nem controlaram, mas tentaram explorar a fim de criar, reproduzir ou expandir, no interior de seus territórios, uma forma ou outra de riqueza oligárquica. Na semiperiferia soviética e leste-européia, ao contrário, a proletarização e a industrialização foram a expressão de ações intencionais realizadas pelas elites dirigentes locais a fim de (1) revolucionar as relações sociais no plano doméstico e (2) reestruturar as relações de poder internacionalmente.

No plano doméstico, a busca unilateral e forçada de proletarização e industrialização visava à reestruturação das relações sociais a fim de intensificar o poder dos regimes anti-sistêmicos recém-estabelecidos sobre suas respectivas sociedades civis. Enquanto a proletarização foi usada para destruir todas as fontes possíveis de poder social autônomo da burguesia (“alta” e “pequena”, igualmente), a industrialização foi usada para criar um

proletariado completamente dependente, para sua subsistência e proteção, da nova classe dominante.

Internacionalmente, a proletarização e a industrialização visavam à reestruturação do sistema inter-Estados a fim de intensificar o poder dos regimes em questão no sistema mundial em geral. Enquanto a industrialização foi usada para desenvolver capacidades militares comparáveis às dos Estados do núcleo orgânico, a proletarização foi um instrumento-chave no fornecimento, para os complexos industriais-militares resultantes, dos recursos humanos e naturais exigidos pelo seu desenvolvimento, manutenção e expansão competitiva.

O sucesso do desenvolvimento semiperiférico anti-sistêmico em fomentar esses objetivos foi considerável e explica o poder e estabilidade historicamente maiores dos regimes autoritários da semiperiferia soviética e leste-européia, em comparação com os regimes autoritários da semiperiferia sul-européia e latino-americana.¹³ Especificamente, a principal

¹³ Em comparação com os regimes autoritários da semiperiferia pró-sistêmica, o poder e estabilidade muito maiores dos regimes autoritários da semiperiferia anti-sistêmica não receberam a atenção cuidadosa que merecem. A maioria das atuais discussões sobre “o fracasso do comunismo” supõe implicitamente que a comparação relevante na avaliação do “sucesso” ou “fracasso” é a que se faz entre o desempenho econômico da semiperiferia anti-sistêmica e o do núcleo orgânico (quando não supõem, mais cruamente, que o tamanho, geografia e história dos Estados importam pouco na determinação de suas “chances de vida” na economia capitalista mundial). Essa suposição implícita não leva em conta a estabilidade de longo prazo da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial e a impossibilidade prática e teórica de réplicas em grande escala da experiência histórica do núcleo orgânico.

Uma comparação menos tendenciosa se daria entre as experiências das semiperiferias anti-sistêmicas e pró-sistêmicas enquanto regiões da economia mundial de tamanho, população e recursos naturais comparáveis. Essa comparação provavelmente revelaria que essas duas regiões da economia mundial, cada uma considerada em sua totalidade, se saíram igualmente bem em se manter à frente da pobreza da periferia e igualmente mal em alcançar o mesmo nível de riqueza do núcleo orgânico. Dito de outro modo, no agregado, a “abertura” ou “fechamento” provavelmente fizeram pouca ou nenhuma diferença no avanço ou retardamento do comando econômico relativo da semiperiferia na economia mundial.

contradição da proletarização e industrialização pró-sistêmica – isto é, o fato de elas aumentarem o poder social das classes mais baixas sem minorar significativamente sua penúria maciça – afetou num grau muito menor, ou em nada, os regimes autoritários da semiperiferia soviética e leste-européia, principalmente porque a mitigação da penúria maciça foi parte integrante de sua estratégia de desenvolvimento. Mas essa estratégia de desenvolvimento tinha suas próprias contradições que estão chegando a um ponto crítico na presente crise.

Como prognosticado por Isaac Deutscher (1967), com referência especial à União Soviética, a mais importante dessas contradições resulta do fato de a proletarização e industrialização causarem uma divergência crescente entre os interesses de poder das elites dirigentes (funcionários e clientes dos vários partidos comunistas no poder), de um lado, e os interesses materiais do proletariado industrial, de outro. Enquanto o proletariado industrial foi uma minoria impotente e pequena da população, o aumento de seu tamanho, graças à proletarização e industrialização, foi um fator de consolidação e intensificação do poder político dos partidos comunistas dirigentes, como estes previram. Entretanto, quanto mais o proletariado passou a incluir a grande maioria da população, mais difícil tornou-se para os partidos comunistas dirigentes reivindicarem, de modo plausível, representá-lo contra os interesses de grupos e classes que estavam nesse momento em grande parte ou completamente eliminados.

Contudo, é difícil negar que o “fechamento” fez uma grande diferença na promoção do poder dos Estados semiperiféricos no sistema mundial e de justiça social nos Estados semiperiféricos. Não obstante, os recentes retrocessos, o aumento da capacidade relativa da semiperiferia anti-sistêmica de configurar e influenciar a política mundial, por um lado, e a equalização das chances de vida entre as classes e grupos étnicos no interior de seus territórios, de outro, foram incomparavelmente maiores do que o da semiperiferia pró-sistêmica. Como discutido no texto, a crise do regime autoritário na semiperiferia anti-sistêmica deve realmente ser interpretada como o resultado conjunto de seu fracasso em alcançar os padrões de riqueza do núcleo orgânico e de seus êxitos em reestruturar a política mundial e as sociedades nacionais.

Os métodos coercitivos de governo praticados pelos partidos comunistas pareceram, assim, cada vez menos um meio que tinha a finalidade de proteger os interesses de um proletariado fraco, diante de grupos e classes sociais mais poderosos, e, cada vez mais, um meio que tinha a finalidade de proteger dos efeitos de proletarização generalizada o poder e os privilégios dos funcionários do partido e de seus clientes. Ao mesmo tempo, tornou-se mais difícil para os partidos comunistas dirigentes melhorar mais os padrões de vida do proletariado crescente. As melhorias iniciais se deveram principalmente à “democratização” forçada da riqueza nacional. Tendo a riqueza nacional sido “democratizada”, as melhorias passaram a ser restringidas por condições sistêmicas (principalmente a posição semiperiférica desses Estados na hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial), que essas elites dirigentes pouco podiam fazer para mudar.

Essa contradição se combinou às dificuldades crescentes dos regimes comunistas em acompanhar o poder dos Estados do núcleo orgânico no sistema mundial. Inicialmente, o regime autoritário podia ser apresentado como necessário a fim de realocar, pela força, recursos da reprodução da riqueza oligárquica das classes altas para a construção, manutenção e reprodução dos complexos industriais-militares capazes de proteger a população em geral, e suas classes mais baixas em particular, de inimigos agressivos e poderosos. Mas quando essa realocação se completou, os custos sociais de acompanhar os complexos industriais-militares dos Estados do núcleo orgânico aumentaram abruptamente e seus benefícios sociais diminuíram abruptamente.

Os custos sociais aumentaram abruptamente porque os recursos necessários para acompanhar os complexos industriais-militares dos Estados do núcleo orgânico não podiam mais vir da redução da riqueza oligárquica, que havia, em grande parte, desaparecido dos territórios desses regimes. Pelo contrário, tinham que vir de uma redução da riqueza democrática, isto é, da renda de longo prazo de uma sociedade civil completamente proletarizada. Os benefícios sociais diminuí-

ram abruptamente porque, uma vez domada a agressividade dos vizinhos, a acumulação infinita de fundos de guerra trouxe menos e não mais segurança para a população.

A Semiperiferia e o Futuro da Economia Mundial

Ao introduzir o conceito de semiperiferia, Immanuel Wallerstein sustentou que a existência da semiperiferia é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial. Politicamente, um sistema polarizado num setor pequeno e distinto de alto status e renda, de um lado, e um setor relativamente autônomo, de baixo status e renda, de outro, levaria bastante rapidamente a lutas profundas e desintegradoras. O grande meio político pelo qual essas crises são evitadas é a criação de setores “médios”, que tendem a pensar em si mesmos, principalmente como estando em melhor situação do que os setores inferiores, e não como estando em pior situação que o setor superior. Esse mecanismo óbvio, em operação em todos os tipos de estruturas sociais, cumpre a mesma função nos sistemas mundiais (Wallerstein 1979:69).

Além dessa função política, a semiperiferia desempenha a função econômica de aliviar o capital de congestionamento no núcleo orgânico.

Para cada capitalista individualmente, a habilidade de transferir capital de um setor em declínio para um setor em ascensão é a única maneira de sobreviver aos efeitos das mudanças cíclicas nos *loci* dos setores líderes. Para isso, deve haver setores capazes de lucrar com a compressão em produtividade salarial do setor líder. Esses setores são o que estamos chamando de países semiperiféricos. Se eles não existissem, o sistema capitalista enfrentaria uma crise *econômica* tão rapidamente quanto enfrentaria uma crise *política* (Wallerstein 1979:70; em itálico no original).

Em contraste, mas não necessariamente em contradição com essa visão, Chase-Dunn (1988, 1990) recentemente propôs a tese de que as semiperiferias têm sido terrenos excepcionalmente férteis para uma ação anti-sistêmica e transformadora.

Na sua visão, isso é verdade em relação à economia capitalista mundial, assim como foi verdade em relação a todos os sistemas mundiais anteriores. A análise desenvolvida nesse capítulo pode ser usada para conciliar essas ênfases opostas e para lançar alguma luz sobre as possíveis implicações, para o futuro da economia capitalista mundial, da atual crise de regime autoritário na semiperiferia.

Como uma primeira aproximação, podemos dizer que, ao longo do último meio século mais ou menos, a experiência do sul da Europa e da América Latina fornece provas que corroboram a tese de Wallerstein a respeito de uma orientação e função pró-sistêmicas da semiperiferia, enquanto que a experiência da URSS e do Leste Europeu fornece provas que corroboram a tese de Chase-Dunn sobre uma orientação e função anti-sistêmicas da semiperiferia.¹⁴ Se a existência de uma se-

¹⁴ A tese de Wallerstein, entretanto, deve ser reformulada para levar em conta a polarização social típica das semiperiferias não-reformadas. A principal razão pela qual a semiperiferia ou partes dela mostram uma orientação pró-sistêmica e desempenham funções pró-sistêmicas não é a “ilusão de ótica” pela qual os Estados semiperiféricos tendem a se ver principalmente como estando numa situação melhor do que os Estados periféricos, em lugar de se verem como estando numa situação pior do que os Estados centrais, como foi sugerido por Wallerstein (1979:69). Essa ilusão pode ter desempenhado um papel na reprodução da hegemonia do núcleo orgânico sobre alguns Estados semiperiféricos por algum tempo. Mas é duvidoso que muitos Estados pudessem ter sido enganados dessa maneira por longos períodos de tempo, a menos que aqueles que controlavam os aparatos ideológicos e coercitivos desses Estados tivessem algum real interesse pró-sistêmico. Segundo nossa análise anterior, esse interesse pró-sistêmico real foi a possibilidade oferecida pelo sistema capitalista mundial a frações específicas das classes alta e média da semiperiferia de desfrutar de padrões de riqueza que se comparam muito favoravelmente àqueles de suas sucedâneas no núcleo orgânico. Essa possibilidade não é uma ilusão, mas sim um privilégio real que seus beneficiários reais ou potenciais sempre tentaram proteger das predisposições anti-sistêmicas das classes mais baixas, com qualquer combinação de coerção, corrupção, fraude e consentimento que pudesse ser mobilizada efetivamente com esse fim. Entretanto, a mobilização do consentimento pró-sistêmico entre as classes mais baixas sempre foi problemática devido à sua pobreza maciça, que, como observado, freqüentemente se assemelhou a ou até mesmo excedeu aquela de suas sucedâneas na periferia. Em consequência, a modalidade típica de regime dos Estados semiperiféricos pró-sistêmicos até a recente crise

miperiferia pró-sistêmica é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial, quais são as implicações de uma crise geral dos regimes autoritários pró-sistêmicos e anti-sistêmicos na semiperiferia? Essa crise geral pode aumentar ou diminuir a estabilidade do sistema capitalista mundial?

No momento, a tendência dominante parece ser uma propagação, para toda a semiperiferia, dos regimes parlamentaristas pró-sistêmicos e estáveis que foram a norma no núcleo orgânico desde a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos quinze anos, a semiperiferia sul-européia e latino-americana se movimentou, com uma determinação sem precedentes, em direção a democracias parlamentares, sem qualquer mudança perceptível na orientação pró-sistêmica de seus governos. Ao mesmo tempo, os regimes da semiperiferia soviética e leste-européia afrouxaram muito sua orientação anti-sistêmica e começaram a experimentar várias formas de democracia parlamentar.

Essa tendência é uma expressão da crise geral dos regimes coercitivos na semiperiferia que, se nossa análise anterior estiver correta, tem profundas raízes estruturais e, portanto, pode-se esperar que continuem no futuro previsível. Contudo, essa tendência é mais uma expressão do que uma solução da crise. O resultado final da crise permanece obscuro. Em particular, não fica claro o que acontecerá com a democracia parlamentar pró-sistêmica à medida que ela se tornar a regra e não a exceção na semiperiferia.

Uma possibilidade é que a semiperiferia simplesmente siga o mesmo caminho que o núcleo orgânico, sem introduzir qualquer grande inovação na forma e na substância da democracia parlamentar. Essa possibilidade é improvável. A íntima associação, desde a Segunda Guerra Mundial, entre as democracias parlamentares pró-sistêmicas e estáveis, de um lado, e a riqueza oligárquica dos Estados que experimentaram esses regimes, de outro, não é acidental. A abundância de meios cria possi-

do regime coercitivo consistiu principalmente de uma combinação de coerção, fraude e corrupção que foi substantivamente oligárquica mesmo quando assumiu uma forma parlamentarista (ver Mouzelis 1986).

bilidades de mobilização e de reprodução de consentimento pró-sistêmico entre as classes mais baixas que simplesmente não estão disponíveis sob condições de escassez relativa ou absoluta. Nas condições de abundância anormal que caracterizam e definem as posições do núcleo orgânico, a busca de poder e riqueza pelas classes altas pode facilmente ser conciliada com a busca de subsistência pelas classes mais baixas. Como mostra o registro histórico, foi nessas condições que as democracias parlamentares pró-sistêmicas e estáveis prosperaram, quase independentemente das peculiaridades históricas dos Estados e povos envolvidos. Mas nas condições de escassez relativa e absoluta, típica da periferia e da semiperiferia, essas democracias foram a exceção e não a regra.

Como já mencionado, entre os Estados semiperiféricos orgânicos há casos de democracias parlamentares pró-sistêmicas estáveis. As mais estáveis são a Irlanda e a Costa Rica, seguidas pela Jamaica e por Trinidad e Tobago. Entre as aquisições mais recentes ao campo parlamentar pró-sistêmico, a Espanha, Grécia e Portugal parecem, no momento, as mais prováveis a copiar fiel e duradouramente a experiência do núcleo orgânico. É cedo demais para prever o que acontecerá em outros lugares.

Excetuando-se a Espanha, os Estados acima mencionados são todos muito pequenos. Incluindo a Espanha, eles respondem por menos de 10 por cento da população total da semiperiferia orgânica. Dado seu pequeno tamanho individual e agregado e, sobretudo, as peculiaridades de sua geografia e história, foi possível para esses Estados negociar acordos especiais ou com o núcleo orgânico norte-americano ou com o europeu ocidental (ou ambos), que fortaleceram simultaneamente suas instituições parlamentares e sua orientação pró-sistêmica. Entretanto, é duvidoso que acordos dessa natureza possam ser estendidos para a maioria, muito menos para a totalidade, dos Estados semiperiféricos.

Todas as evidências disponíveis parecem sugerir que grandes porções da semiperiferia provavelmente serão deixadas fora desses acordos. Um novo Plano Marshall ampliado seria necessário para que a maior parte da semiperiferia fosse incluída.

Entretanto, os Estados do núcleo orgânico parecem não estar nem dispostos a, nem ser capazes desse empreendimento. Por um lado, faltam-lhes a vontade e a inteligência coletivas que a concepção e execução de um plano assim requerem. A crise da hegemonia norte-americana deixou como legado agências mundiais bastante ineficazes, cuja principal preocupação é o gerenciamento cotidiano, caso a caso, dos recursos monetários mundiais, em vez do uso desses recursos para a promoção de uma mudança institucional de longo prazo e de grande escala.

Além disso, pode-se esperar que a atual tendência a uma maior "abertura" por parte da semiperiferia anti-sistêmica tenha um efeito negativo sobre as chances dos Estados semiperiféricos, em geral, de arrancar do núcleo orgânico acordos vantajosos. Essa tendência enfraquece a predisposição dos Estados do núcleo orgânico de fazer acordos especiais com os Estados semiperiféricos, porque muita dessa predisposição se deveu anteriormente à necessidade de manter pelo menos parte da semiperiferia aberta às atividades globais dos Estados e empresas do núcleo orgânico. Mas, mesmo que a predisposição dos Estados do núcleo orgânico de oferecer acordos especiais a alguns Estados semiperiféricos permaneça inalterada, o aumento do número de Estados que oferecem acordos especiais ao núcleo orgânico reduz o que os Estados semiperiféricos podem, em média, arrancar do núcleo orgânico. O que alguns poderiam conseguir, todos não conseguem.

Em último lugar, mas não menos importante, a acentuada competição econômica entre as empresas e Estados do núcleo orgânico que se seguiu à reconstrução do domínio do mercado mundial – uma reconstrução completada no início da década de 70 – está induzindo os Estados e empresas do núcleo orgânico a cobrir as apostas na corrida de corte de custos. Entre outras coisas, isso significou um desvio da semiperiferia (cuja competitividade se esgotou de qualquer maneira devido à exploração e auto-exploração excessivas) e uma procura de vínculos mais estreitos com localidades periféricas selecionadas. Os recentes "milagres" econômicos da Coreia do Sul e Taiwan (sua ascensão da periferia à semiperiferia) são uma expressão

dessa tendência. Longe de fornecer um modelo para o futuro da semiperiferia, essas transições bem-sucedidas para a semiperiferia agravaram os problemas atuais dos Estados que já se encontravam na semiperiferia.¹⁵

Por todas essas razões, é altamente improvável que a experiência pós-Franco da Espanha seja repetida por muitos outros Estados semiperiféricos de tamanho comparável. Alguns Estados do Leste Europeu podem repetir essa experiência, mas, para cada nova Espanha, as chances são que haverá um pouco mais de Argentinas – o Estado que, melhor do que qualquer outro, exemplifica o impasse político de uma situação estrutural na qual nem o regime autoritário nem a democracia parlamentar pode cumprir o que promete.¹⁶

Pior ainda, para cada nova Espanha e umas tantas Argentinas, a atual tendência à democracia parlamentar pró-sistêmica na semiperiferia pode gerar muitas Áfricas do Sul e Israéis. A África do Sul e Israel são Estados semiperiféricos orgânicos. Contudo, nem um dos dois se encaixa em qualquer dos três principais grupos de Estados semiperiféricos orgânicos identifi-

¹⁵ Sobre as especificidades geográficas e históricas dos milagres da Coreia do Sul e Taiwan, ver Cumings (1984, 1989). Além dessas especificidades, deveríamos ter em mente que a competitividade da Coreia do Sul e de Taiwan foi um fator significativo na crise de "percepção" dos esforços de industrialização dos membros orgânicos da semiperiferia. Quando esses esforços foram assumidos pela primeira vez na década de 60 e início da década de 70, esperava-se, de modo geral, que as futuras exportações para os mercados do núcleo orgânico forneceriam as moedas fortes necessárias para o pagamento das dívidas contraídas para fazer avançar a industrialização. Uma razão importante por que essas expectativas não estão se realizando é que as exportações reais ou prospectivas dos membros orgânicos da semiperiferia foram excluídas dos mercados do núcleo orgânico pela força das exportações de antigos Estados periféricos de mobilidade ascendente, dos quais a Coreia do Sul e Taiwan são os exemplos mais proeminentes e bem-sucedidos. Os Estados semiperiféricos orgânicos se viram, portanto, em dificuldades, com aparatos industriais obsoletos e dívidas em moedas fortes.

¹⁶ A Argentina foi o líder entre os Estados orgânicos da semiperiferia pró-sistêmica nos processos de proletarização e industrialização. Se a tese de que para cada nova Espanha haverá um pouco mais de Argentinas é verdadeira, o Peronismo pode ser mais relevante do que a social-democracia para o futuro da semiperiferia.

cados na seção anterior (regimes parlamentaristas pró-sistêmicos, regimes autoritários pró-sistêmicos e regimes autoritários anti-sistêmicos estáveis). Ao contrário, são regimes híbridos que combinam traços típicos dos outros três tipos de regime.

Ao longo dos últimos quarenta anos, a África do Sul e Israel foram regimes parlamentaristas pró-sistêmicos estáveis, como a Irlanda e a Costa Rica. No entanto, grupos específicos entre seus cidadãos (os negros na África do Sul e os árabes em Israel) foram excluídos da participação efetiva no processo parlamentar. Em relação aos grupos privados ou excluídos do gozo de direitos políticos plenos, ambos os regimes usaram métodos de controle tão coercitivo quanto aqueles usados por regimes autoritários pró-sistêmicos e anti-sistêmicos.

O uso de métodos coercitivos de controle combinados a uma forte orientação pró-sistêmica fez com que esses regimes se parecessem com os regimes autoritários pró-sistêmicos da semiperiferia sul-européia e latino-americana. Entretanto, eles diferiram muito desses regimes, não apenas por causa da estabilidade de suas instituições parlamentares, mas porque sua base social consistiu de uma etnonação específica (a etnonação Africânder na África do Sul, a etnonação judia em Israel), em vez de frações específicas das classes alta e média.¹⁷

Na realidade, desse ponto de vista os regimes da África do Sul e Israel apresentam importantes analogias com os regimes autoritários anti-sistêmicos da semiperiferia soviética e leste-européia. Como as elites dirigentes desses últimos, as elites

¹⁷ Essa diferença entre a África do Sul e Israel, de um lado, e outros países semiperiféricos, de outro, não deveria ser exagerada. Muitos regimes pró-sistêmicos (e alguns anti-sistêmicos) da semiperiferia se apoiaram fortemente no passado, e ainda o fazem, em grupos étnicos específicos como a base central de seu domínio. Particularmente significativo nesse aspecto foi o sucesso obtido pelas etnias de extração européia em monopolizar a riqueza e poder de muitos Estados latino-americanos às custas de grandes grupos étnicos de extração ameríndia e africana. A principal diferença entre esses Estados, de um lado, e a África do Sul e Israel, de outro, é que a discriminação a favor de ou contra grupos étnicos específicos é sancionada e imposta através de mecanismos de mercado, em vez de instrumentos mais visíveis de controle.

dirigentes dos primeiros se engajaram ativamente numa política de industrialização que visava à reestruturação, em seu próprio benefício, tanto das relações sociais no interior de seus territórios, quanto das relações de poder no sistema inter-Estados. No processo, eles melhoraram consideravelmente as chances de vida das etnonações sobre as quais se assenta seu poder (as chances de vida das classes mais baixas dessas etnonações, em particular) e construíram complexos industrial-militares pequenos, mas altamente eficazes que transformaram esses Estados em poderes regionais de grande importância.

Até o presente, esse tipo de regime híbrido foi uma anomalia entre os Estados semiperiféricos orgânicos. Entretanto, é bem possível que a presente crise dos regimes autoritários pró-sistêmicos e anti-sistêmicos da semiperiferia se transforme num terreno fértil de novas variedades de regimes democráticos etnonacionalistas extremos, mais ou menos parlamentaristas e mais ou menos pró-sistêmicos, de acordo com as circunstâncias. Incapazes de satisfazer ou de reprimir as exigências populares de subsistência e democracia, um número cada vez maior de regimes da semiperiferia podem ficar tentados a buscar uma saída desse impasse político, satisfazendo essas exigências seletivamente com base em discriminações raciais, étnicas e religiosas entre seus cidadãos.¹⁸

Certamente, esse tipo de “solução” da crise de legitimidade, enfrentada pelos regimes autoritários semiperiféricos, tem

¹⁸ Para um importante estudo de caso da ascensão do etnonacionalismo das cinzas de um regime autoritário anti-sistêmico (Iugoslávia), ver Magas (1989). A tendência começou a ser observada com alguma preocupação pela mídia do núcleo orgânico. Um editorial do *New York Times* (25 de junho de 1989, 26E), intitulado “Tribalismo Perigoso nos Bálcãs”, menciona as tensões e conflitos étnicos na Bulgária, Romênia, Polônia, Iugoslávia, URSS, Turquia, Irlanda do Norte e Espanha e passa a advertir acerca do que poderia vir pela frente: “À medida que a superpotência retrocede, ascende o nacionalismo. À medida que o império soviético se desemaranha, as rivalidades nacionais voltam à tona, algumas vezes raivosamente ... A combinação instável de chauvinismo nacional e ódio internacional alimentou muito conflito e pode tornar a fazê-lo. A guerra fria acabou, mas a guerra pode irromper tanto do caos tribal quanto do confronto entre superpotências”.

suas próprias contradições. Ao longo do tempo, etno-nacionalismos exploradores e/ou excludentes tendem a gerar contramovimentos que efetivamente minam o poder das etno-nações dominantes, tal como testemunhado pela atual crise de ambos os regimes sul-africano e israelense. Todavia, como mostra a experiência desses regimes, o surgimento de contramovimentos efetivos leva períodos mais longos de tempo, durante os quais o ódio e sofrimento humanos podem crescer além do que é possível controlar.

Que espécie de sistema mundial surgirá desse turbilhão é difícil dizer. Por um lado, a escalada de animosidades raciais, étnicas e religiosas na semiperiferia pode se vincular a e intensificar tendências semelhantes no núcleo orgânico e na periferia. Se não for contida, essa tendência pode muito bem mergulhar o mundo numa situação de caos sistêmico pior do que aquela da primeira metade do século XX. Por outro lado, as tentativas e lutas para conter e se contrapor a essa escalada podem criar, na semiperiferia, novas formas de democracia popular capazes de estabelecer as bases de um sistema mundial menos explorador e excludente.

Como serão essas novas formas de democracia, ninguém sabe. Como todas as inovações, elas surgirão de um processo prolongado de tentativa e erro e passarão a parecer óbvias e “naturais” apenas depois de sua consolidação. Tudo o que podemos dizer, no momento, é que elas não se parecerão nem com as “democracias populares” que estão sendo varridas pelas crises generalizadas do regime coercitivo na semiperiferia, nem com as democracias parlamentares do núcleo orgânico que foram construídas sobre uma abundância de meios que não pode ser generalizada.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni e Jessica Drangel. 1986. “The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone”. *Review*, 10, 1:9-74.
- ARRIGHI, Giovanni e Fortunata Piselli. 1987. “Capitalist Development in Hostile Environments: Feuds, Class Struggles, and Migration in a Peripheral Region of Southern Italy”. *Review*, 10, 4:648-751.
- BANCO MUNDIAL. 1989. *World Development Report*. New York: Oxford University Press.
- BORNSCHIER, Volker e Christopher Chase-Dunn. 1985. *Transnational Corporations and Underdevelopment*. New York: Prager.
- CHASE-DUNN, CHRISTOPHER. 1988. “Comparing World-Systems: Toward a Theory of Semiperipheral Development”. *Comparative Civilization Review*, 19:29-66.
- . 1989. *Global Formation*. New York: Basil Blackwell.
- . 1990. “Resistance to Imperialism: Semiperipheral Actors”. *Review*, 13, 1:1-31.
- CUMINGS, Bruce. 1984. “The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: Industrial Sectors, Product Cycles, and Political Consequences”. *International Organization* 38, 1:1-40.
- . 1989. “The Abortive Abertura: South Korea in the Light of Latin American Experience”. *New Left Review* 173:5-32.
- DEUTSCHER, Isaac. 1967. *The Unfinished Revolution: Russia, 1917-1967*. London: Oxford University Press.
- EMMANUEL, Arghiri. 1972. *Unequal Exchange*. New York: Monthly Review Press.
- GLENDAY, Daniel. 1989. “Rich but Semiperipheral: Canada’s Ambiguous Position in the World-Economy”. *Review* 12, 2:209-61.
- HARROD, Roy. 1958. “The Possibility of Economic Satiety – Use of Economic Growth for Improving the Quality of Education and Leisure”. In: *Problems of the United States Economic Development*, 1:207-13. New York: Committee for Economic Development.

HIRSCH, Fred. 1976. *Social Limits to Growth*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

HOBSBAWN, Eric. 1986. Comentário em "Reflecting on Labor in the West since Haymarket: a Roundtable Discussion". In: *The Newberry Papers in Family and Community History*, editado por J.B. Jenz e J.C. MacManus, 86, 2.

JACKMAN, Robert. 1982. "Dependence on Foreign Investment and Economic Growth in the Third World". *World Politics* 34, 2:175-96.

KUZNETS, Simon. 1963. "Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations, VIII: The Distribution of Income by Size". *Economic Development and Cultural Change* 11:1-80.

MAGAS, Branka. 1989. "Yugoslavia: The Spectre of Balkanization". *New Left Review* 174:3-31.

MOUZELIS, Nicos. 1986. *Politics in the Semiperiphery: Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*. London: Macmillan.

NEMETH, Roger e David Smith. 1985. "International Trade and World-System Structure: A Multiple Network Analysis". *Review* 8, 4:517-60.

NOLAN, Patrick. 1983. "Status in the World System: Income Inequality, and Economic Growth". *American Journal of Sociology* 89:410-419.

SMITH, David e Douglas White. 1989. "Structure and Dynamics of the Global Economy: Network Analysis of International Trade, 1965-1980". Manuscrito inédito.

SNYDER, David e Edward Kick. 1979. "Structural Position in the World System and Economic Growth, 1955-1970: A Multiple-Network Analysis of Transnational Interactions". *American Journal of Sociology* 84, 5:1096-1126.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1979. *The Capitalist World-Economy*. New York: Cambridge University Press.

—. 1988. "Development: Lodestar or Illusion?" *Economic and Political Weekly* 23, 39 (24 de setembro): 2017-23.

WARREN, Bill. 1980. *Imperialism, Pioneer of Capitalism*. London: New Left Books.

WEDE, Erich. 1980. "Beyond Misspecification in Sociological Analysis of Income Inequality". *American Sociological Review* 45:497-501.

A desigualdade mundial de renda e o futuro do socialismo

A tese deste capítulo é que os grandes levantes políticos de nossos dias – da Europa Oriental e União Soviética ao Oriente Médio – têm origem numa transformação radical da estrutura social da economia mundial, combinada com uma desigualdade de renda persistente, cada vez mais profunda, entre as regiões e jurisdições políticas em que a economia mundial se divide.* A transformação radical a que me refiro começou logo após o final da Segunda Guerra Mundial, ganhou impulso nos anos 60 e minguou no final dos anos 70 e 80. Como disse sucintamente Eric Hobsbawn:

O período de 1950 a 1975 [...] assistiu à mudança social mais espetacular, rápida, abrangente, profunda e global já registrada na história mundial [...] [Este] é o primeiro período em que o

* Este capítulo é uma versão ampliada e revisada de um trabalho apresentado na Sexta Conferência sobre o Futuro do Socialismo: Socialismo e Economia, organizado pela Fundacion Sistema, Sevilha, 14-16 de dezembro de 1990. Gostaria de agradecer a Terence K. Hopkins, Mark Selden e Beverly Silver pelos comentários sobre uma versão anterior. Publicado originalmente na *New Left Review*, 189, set.-out. 1991.